

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

SEBASTIÃO MARQUES NETO

**UMA REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA MESTIÇA NA
FICÇÃO DE PEPETELA**

SALVADOR

2009

SEBASTIÃO MARQUES NETO

**UMA REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA MISTIÇA NA
FICÇÃO DE PEPETELA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes.

SALVADOR

2009

UCSAL. Sistema de Bibliotecas.
Setor de cadastramento.

M357r Marques Neto, Sebastião
Uma representação da família mestiça na ficção de Pepetela /
Sebastião Marques Neto. – Salvador: UCSal. Superintendência de Pesquisa e
Pós-Graduação, 2009.
117 p.

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade
Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes.
Inclui bibliografia.

1. Família mestiça - Angola - História Colonial - Séc. XVII . 2. Pepetela
(Pseud.) - Ficção - Crítica e interpretação. 3. Pepetela - A Gloriosa Família: o
tempo dos flamengos. 4. Literatura angolana - História e Crítica. 5. Mestiçagem -
Patriarcalismo -Angola - Séc. XVII. 6. Dissertação. II.Universidade Católica do
Salvador. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.III. Título.

CDU316.356.2:896.09(043.3)

AGRADECIMENTOS

Os maiores créditos para a concretização deste trabalho de pesquisa e de suas maiores qualidades devem ser atribuídos, em primeiro lugar, ao prof. José Euclimar Xavier de Menezes cuja atenção e interesse fizeram com que este trabalho crescesse desde cedo. Nosso relacionamento, desde o início da construção do objeto de estudo, foi caracterizado pelo generoso estímulo intelectual e pelo gosto da reescrita. Sua erudição o tornou um guia exigente; fez de mim um aprendiz mais crítico. Tenho certeza de que vários dos seus predicados humanos e intelectuais estão nestas páginas.

No decorrer do Mestrado de Família na Contemporaneidade, por conta do seu caráter multidisciplinar, tive o prazer de conviver com outros professores que contribuíram para a elaboração deste estudo. Gostaria de destacar, particularmente, as professoras Anamélia Lins e Silva Franco, Ana Maria Almeida Carvalho, Mary Castro e Elaine Pereira Rabinovich que, em aulas e em conversas, me transmitiram informações valiosas para este trabalho.

Agradeço aos amigos Mario Koziner, Lia Mara, Henrique Freitas, Ana Rita Santiago, Graça Maskell, Eduardo Luedy Marques, Milton Bernardes Júnior, Henrique Carvalho, Carla Verônica, Letícia Ribeiro, Ricardo Luedy, Valéria Silveira, Isabel Reis e Samira Safadi pela motivação de seguir em frente.

Às professoras que participaram da banca do mestrado: Denise Coutinho e Lucilene Reginaldo. Sou muito grato às críticas e sugestões que muito contribuíram para aprimorar este trabalho. Ambas encheram-me de motivações estéticas e historiográficas propiciando novas possibilidades para abordar o tema. Espero que as trilhas que segui estejam à altura das suas orientações.

À minha família, em especial aos meus pais, Luís e Anísia, que sempre me deram “régua e compasso” para continuar a travessia dos estudos.

À minha companheira, namorada, mulher, musa, Marcella que, muito antes de mim, acreditou na consecução desta pesquisa e que comigo embarcou em viagens

simbólicas “dentro da noite veloz” e em outras aventuras mais concretas atrás da confecção de um trabalho teórico.

Por fim, agradeço ao próprio autor Pepetela que, numa tarde de novembro de 2008, em Porto de Galinhas, em Pernambuco, conversou longamente comigo não só sobre a sua obra **A Gloriosa Família** – O tempo dos flamengos (1997), mas também sobre a vida de escritor africano de língua portuguesa; sobre a sua necessidade de escrever sobre o seu povo e de falar sobre a sua experiência de, pela literatura, construir uma noção de ser angolano no mundo.

A todos, deixo aqui a minha gratidão.

RESUMO

Neste estudo, busco analisar, a partir do romance histórico *A Gloriosa Família – o Tempo dos flamengos* (1997), de Pepetela, e da historiografia, a representação da família mestiça em Angola, espaço pré-colonial no século XVII, em que os portugueses, os holandeses e os africanos viviam as mudanças sociais, econômicas e políticas durante os sete anos de dominação holandesa em Luanda. A obra do autor angolano é aqui analisada dentro da perspectiva de estudo de caso. *A Gloriosa Família*, a partir de 2003, foi adotada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em seu concurso de vestibular, uma vez que a Lei 10.639/03 colocava nos currículos do ensino fundamental e médio o estudo da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana. A questão do patriarcalismo, da mestiçagem, bem como as estratégias de resistência dos escravos são, também, abordadas, tecendo um paralelo com que acontecia no Brasil, na mesma época, uma vez que as duas margens do Atlântico Sul mostravam a ligação entre as dois lugares para a manutenção do sistema de exploração colonial que deixou marcas profundas nesses dois continentes. Este estudo também discute a literatura como fonte de pesquisa e como formadora da identidade nacional em Angola. Procuo enfatizar o objeto literário para descrever e analisar as vozes dos colonizadores e do colonizado. Neste sentido, investigo o foco narrativo em 1º pessoa, eleito por Pepetela, na figura de um escravo mudo, sem nome e analfabeto que conduz a narrativa, de modo transgressor, sobre o tempo dos malufos em Luanda.

Palavras-chave: Família; Mestiçagem; Patriarcalismo; Literatura; História Colonial.

ABSTRACT

In this study, I try to analyse, based on the historical novel *The Glorious Family* – (*A Gloriosa Família*) – *The Time of the Flamingos* (1997), by Pepetela, and the historiography, the representation of the mestizo family in Angola, pre colonial space in the XVII century, when the Portuguesees, the Dutch and the Afircans lived the social economic and political changes during the seven years of the dutch domination in Luanda. The work by the Angolan author is here analysed under the perspective of study case. *The Glorious Family* , from 2003, was adopted by The Federal University of Bahia (UFBA), in its Entrance Exam, once the Law number 10.639/03 put the study of African Brazilian and African History in the school curriculum of the Fundamental and High School levels. The issue of patriarchalism, mestizoes, as well as the slaves resistance strategies are, also, taken into consideration, making a parallel with what was happening in Brazil, at the same time, once the two borders of the South Atlantic showed a connection between the two places for the maintenance of the colonial exploitation system that left deep marks in these two continents. This study also discusses literature as a source of research and former of the national identity in Angola. I aim at emphasizing the literary object to describe and analyze the voices of the colonizers and colonized ones. Thus, I investigate the narrative focus in the 1st person, elected by Pepetela, in the character of a mute slave, nameless and illiterate that conducts the narrative, in a transgressive way, about the time of the *malufos* in Luanda.

Key Words: African-brazilian families; Mestizoes, Patriarchalism; Literature; Colonial History

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	<i>iii</i>
RESUMO	<i>vi</i>
ABSTRACT	7
SUMÁRIO	8
1. INTRODUÇÃO	9
2. O AUTOR E A OBRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LITERÁRIOS	27
3. UMA FAMÍLIA NO TEMPO DOS MALUFOS	43
3.1 ANGOLA, LUGAR DE AFRICANOS, LUSOS E MALUFOS NO SÉCULO XVII	43
3.2 A FICÇÃO HISTÓRICA E O NARRADOR-TRANSGRESSOR	57
4. O PATRIARCA MESTIÇO E AS RELAÇÕES DE CONQUISTA EM ANGOLA	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A: os filhos da casa e suas uniões	113
APÊNDICE B: os filhos do quintal e suas uniões	114
APÊNDICE C – Entrevista com Pepetela	115

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo, investigo as representações da vida familiar mestiça a partir do romance **A Gloriosa Família** – O tempo dos flamengos (1997), de Pepetela, ambientado em Angola na primeira metade do século XVII. Busco enfatizar a forma como as mudanças sociais, econômicas e políticas do período influenciaram nas relações familiares de brancos, negros e mestiços, submetidas ou não ao regime de cativo, investigando, no tratamento literário, os contornos que adquirem as instituições familiares nesse cenário.

Proponho como hipótese que, para melhor conhecer tais representações de família, há de se considerar uma conjuntura nitidamente em mudança – tanto do ponto de vista político que tende a privilegiar a primazia das forças portuguesas e holandesas as quais se debatiam pelo poder de escravizar e traficar negros para América, quanto da perspectiva igualmente política que confere ênfase às ações capitaneadas pelos próprios escravos. Em outros termos: nas representações familiares que tento isolar neste trabalho, defendo que a sujeição impingida pelo sistema escravista não anula a influência das demandas dos escravos na composição imaginária do que seja a família.

Nesta conjuntura, focalizo a interação entre indivíduos diferenciados, sujeitos em situações complexas, ligados por laços de família, parentesco, relacionamentos afetivos e comunitários. Procuo empreender uma investigação no objeto família, a partir de uma possível constituição de micro-organismo de poder patriarcal que, aos poucos, vai sofrendo fraturas pela ação dos seus componentes internos e externos, num espaço de conquista em que portugueses, holandeses e africanos negociavam a hegemonia em Angola. Os laços de família como metáfora de afeto e tortura (LISPECTOR, 1994), num jogo em que o pai toma para si as decisões sobre os destinos de quase todos os entes sob o seu jugo na casa grande e na senzala.

Para a elaboração deste estudo, o romance **A Gloriosa Família** (1997), do escritor angolano Pepetela, foi analisado conjuntamente a fontes historiográficas, através das quais busquei realizar problematizações que corroborem na elucidação sobre as representações da vida familiar mestiça e do cotidiano da escravidão. A combinação de literatura e história favoreceu a compreensão dos sentidos que os brancos,

negros e os mestiços buscavam conferir às suas próprias experiências no âmbito da intimidade, territorializado pela família.

O estudo sobre a representação ficcional da família mestiça no tempo da escravidão, em Angola do século XVII, se apresenta como um tema instigante, uma vez que a literatura africana promove reflexões, como bem destaca Russel Hamilton (2000): “como é que uma literatura africana é escrita num idioma não-africano? Quais são as origens históricas? Como é esta literatura com respeito a conteúdo, temas e estilo?” (HAMILTON, 2000, p.11). Para responder a essas indagações, que perpassam qualquer trabalho sobre literatura, foi realizada uma pesquisa a partir da obra **A Gloriosa Família** (1997), de Pepetela (pseudônimo de Arthur Maurício Pestana dos Santos), uma vez que os fatores geográficos, étnicos, históricos, econômicos e políticos convergem para o espaço sociocultural construído pelo discurso literário, cujo foco recai sobre esse micro-cosmo que é a vida familiar, aqui inquirida a partir de suas representações delineadas no imaginário de um autor que se remete a um período histórico e espaço geopolítico ainda pouco explorado no Brasil.

Mas há que se perguntar: o que nos ensina a literatura africana sobre a realidade da família mestiça? O que possui de específico para capturar a atenção de um pesquisador sobre a família? Como lança luzes que possibilitam verificar a realidade familiar se ordenando no tempo?

Segundo Carmen Lucia Tindó Secco (2001), há um frescor nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa que burilam elementos ainda não escavados pelos estudiosos. Embora os primeiros textos, a que se refere a autora, estejam localizados na segunda metade do século XIX, apenas, na década de 30 do século XX, em Cabo Verde, com **Claridade**, revista literária surgida em 1936 na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, cujos autores Manuel Lopes, Baltasar Lopes da Silva e Jorge Barbosa estiveram no centro de um movimento de emancipação cultural, social e política da sociedade cabo-verdiana e, em Angola, com **Mensagem** (1951), revista literária que seguia o movimento **Vamos Descobrir Angola**, liderado por Viriato da Cruz, cujos textos buscavam a singularidade angolana, bem como a expressão de revolta contra a opressão colonial portuguesa, as expressões literárias

começaram o seu processo de independência dos paradigmas europeus e colonialistas.

Nas décadas de 40, 50 e 60 do século XX, as literaturas africanas ganharam relevância por conta de estudantes africanos, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Mário Pinto de Andrade entre outros reunidos na Casa dos Estudantes do Império de Lisboa. Esses jovens escritores

[...] iniciaram, sob os ecos da negritude francesa, do negrismo afro-americano e sob o signo do anticolonialismo, um movimento político-literário de valorização das literaturas de seus países. Nesse processo, além da negritude, cuja influência levou à defesa da africanidade no campo literário, tiveram também importância o Neo-Realismo português e o Modernismo brasileiro por seus conteúdos sociais que serviram de modelo à fundação do nacionalismo nessas literaturas. (SECCO, 2001, p.95)

Ainda segundo Secco (2001), a década de 1970 e o pós-independência trouxeram à tona uma literatura em que os escritores, através do humor, teceram a crítica da realidade. Em Angola, destacam-se Manuel Rui, Uanhega Xitu e Pepetela entre outros.

Pepetela é exemplo da literatura contemporânea africana em que as vozes silenciadas e os silenciamentos da vida angolana se esbatem, como pássaro engaiolado a buscar saídas quebrando as amarras do discurso oficial sobre a África. O silêncio, ou vozes silenciadas, representa a visão tradicional de que um escravo é objeto sem subjetivação, sem cultura, sem família, sem sentimentos de dignidade; um escravo é coisificado sob o olhar de uma época que se alonga até nós, muitas vezes, sob a égide do racismo. Já o silenciamento é, ao mesmo tempo, a estrutura colonialista e escravocrata que amordaça o escravo e censura qualquer forma de expressão cultural e subjetiva deste ser humano. Estratégia que também é o silenciamento para dificultar o acesso à terra espoliada – uma forma ativa e decidida de usar o que se sabe, calando-se diante do colonizador. (CHAVES, 2005)

Segundo Antônio Hildebrando (2000), o fio que liga, tematicamente, as obras de Pepetela é a questão da formação da nação angolana:

Se tivéssemos que nos perguntar sobre o que escreve Pepetela, a resposta seria simples: sobre Angola. Mas, se descobrir o tema principal da sua obra não é uma tarefa difícil, sabemos que não será possível desvendar, nesta breve exposição, todas as formas e pontos de vista de que ele se utiliza para abordá-lo. Em todos os seus textos fica clara a preocupação com a questão da nacionalidade, que forma uma espécie de fio condutor da sua produção literária, [...]. (HILDEBRANDO, 2000, p.304)

Acrescento que, em sua narrativa, ao buscar uma nação angolana, ocorre uma ruptura com a história oficial. E nessa perspectiva, proponho que a intimidade da família é a ferramenta privilegiada dessa narrativa de ruptura. É dessa forma, sob o meu ponto de vista, que Pepetela evidencia um narrador que busca a identidade de seu povo e que busca a sua própria pertença familiar numa posição sutil que inquire o estigma de colonização, de escravo e de mestiço. A condição de enunciação deste narrador traça um desenho das condições políticas e do perfil subjetivo que desafiam a projeção de um olhar sobre a escravidão que seja linear, ou efetivado de cima para baixo, de forma apenas etnocêntrica. O narrador, em questão, é o escravo mudo, analfabeto e sem nome que nos conta do seu mundo, especialmente seu mundo familiar. Somente nós, leitores, o ouvimos ou lemos as suas histórias sobre a família gloriosa afro-holandesa que se perfila multiplamente e independente da vontade patriarcal.

Sobre esse ponto, destaca Benjamin Abdala Junior (1989),

O engajamento literário leva o escritor à explicitação, criando formas do imaginário de ênfase política. Para ele, a literatura discute questões fundamentais do ser e da vida político-social e procura desenvolver estratégias discursivas tendo em vista romper com a alienação do cotidiano [...]. Mais do que a denúncia social, o engajamento literário solicita uma atitude reflexiva do leitor, quando suas expectativas interagem com as novas estruturas articulatórias. (ABDALA JUNIOR, 1989, p.188)

Segundo Alfredo Bosi (2002), existem, no mínimo, duas formas de se considerar a relação entre a escrita e os excluídos: a primeira, mais usual entre os historiadores de literatura, é ver o excluído social como “objeto da escrita”. A segunda forma seria o oposto, ou seja, “o excluído enquanto sujeito do processo simbólico”. (BOSI, 2002, p.259)

Pepetela opta, claramente, pela segunda forma, principalmente por colocar o foco narrativo em primeira pessoa, em um narrador-personagem que é um escravo mudo, analfabeto e sem nome que se torna o enunciador do processo simbólico de contador da história.

Ao escolher um narrador não convencional, o autor angolano

[...] constitui lugar a partir do qual os indivíduos destituídos de voz, por força das desigualdades sociais (e raciais), estabelecem a sua auto-representação. Ao tecerem as estratégias dessa literatura realizam-se como sujeitos da comunicação, isto é, manejadores de códigos através dos quais respiram e colocam em prática seus projetos de superação da exclusão social. (PEREIRA, 2000, p.38)

A publicação de **A Gloriosa Família**, de Pepetela, em 1997, pela editora Don Quixote, de Portugal, coincide com o ano de recebimento do Prêmio Camões pelo conjunto de sua obra. Pepetela foi o mais jovem escritor a receber esse prêmio que já foi ofertado a Jorge Amado (1994), José Saramago (1995) e, mais recentemente, a João Ubaldo Ribeiro (2008). Instituído pelos governos do Brasil e de Portugal, o Prêmio Camões de Literatura outorga ao vencedor anual a quantia de 100 mil euros pelo conjunto da obra em língua portuguesa.

O ano de 1997, no Brasil, marca a estréia do escritor Alberto Mussa com **Elegbara**, obra que aborda o universo africano em contos curtos. Nos Estados Unidos, Spielberg lança o drama histórico **Amistad** cuja história remonta ao ano de 1839, baseada em documentos que asseveram o que ocorreu a bordo do navio homônimo ao filme. A obra cinematográfica relata a luta dos escravos num navio negreiro que chegam ao território norte-americano. Os africanos são presos, julgados e, finalmente, libertados. A trama, num breve resumo, nos mostra as condições de captura e transporte dos escravos africanos pelo Atlântico em navios negreiros, como funcionava a ordenação jurídica americana em meados do século XIX e o germe das primeiras medidas para abolição da escravatura naquele território.

Em Angola, o ano de 1997, é marcado, em abril, pela posse do Governo da União Nacional. Entretanto Savimbi, líder da UNITA, não aceita o cargo de vice-presidente; não aceitando, pois, sair do interior e entregar o controle das áreas minerais mais lucrativas para a exploração de diamantes. Em maio, dois soldados brasileiros,

integrantes das forças de paz da ONU são atingidos, quando escoltavam civis: o cabo do Exército, Samuel Sobrinho Correia, sobrevive; mas o cabo-fuzileiro naval, Aladarte Cândido dos Santos morre. A participação das Forças Armadas brasileiras termina, oficialmente, em agosto deste ano. (CABAÇO, 2007)

A retirada da UNITA da região de Luzamba (leste de Angola) se dá em outubro de 1997. Somente em março de 1998, Savimbi desmobiliza militarmente a UNITA. O Governo Nacional transforma a UNITA em partido político. Porém Savimbi o acusa de não ter desarmado a população civil de Angola e, novamente, ele volta ao interior. A ONU reconhece que as tropas da UNITA ainda atuam no interior de Angola e mantém uma força internacional de paz no lugar. Entretanto, os representantes políticos da UNITA tiveram os direitos suspensos na Assembléia Nacional pelas autoridades angolanas até que a organização cumprisse todos os termos do acordo de paz. (CABAÇO, 2007)

Desde 1961, Angola luta pela libertação nacional contra a ocupação portuguesa na África. A guerra se prolongaria até 1974. Depois de várias tentativas de paz, finalmente em 2002, Angola rompe com o ciclo beligerante, e a paz é selada no País.

Quatro décadas de guerras sucessivas marcaram a fundo a sociedade angolana. A economia está totalmente dependente do petróleo, uma vez que a instabilidade e a violência desvincularam a economia da atividade agrícola. A corrupção e o compadrio banalizaram-se em Angola. Entretanto, os indicadores da economia, como o PIB, vêm crescendo desde 2003. Apesar do crescimento da economia, há a crise de valores éticos; há o urbanismo crescente que com sua cultura globalizada entra em choque com antigas tradições tribais. (CABAÇO, 2007)

Qual o lugar que a literatura ocupa em um continente devastado pela miséria, pelo analfabetismo, pelos conflitos armados e pela precariedade da vida? (CHAVES, 2005) E, neste lugar, inquirio que representação a família possui, conferindo mínima estabilidade à ordenação social?

Segundo Lugarinho, é da literatura africana que “emerge um conceito de nação derivado da utopia revolucionária que consegue criar alegoria da nova nação emergindo dos conflitos da guerra colonial e das disputas internas pelo poder.” (LUGARINHO, 2007, p.304)

Na medida em que os povos colonizados se encontravam atrelados à história de seus colonizadores e, por isso, não dispoñdo dos mecanismos convencionais de reivindicação de sua história, a literatura, durante o período colonial, foi o discurso possível para a história africana. [...] Vale reafirmar: através da literatura a África de língua portuguesa encontrou condições de narrar a sua história, contrapondo-a ao discurso uniformizado do colonizador. (LUGARINHO, 2007, p.305)

Em Angola, Pepetela, com suas obras, vai evidenciar os personagens que durante a dominação portuguesa foram desconsiderados pela chamada literatura colonial.

Os pobres, os negros, os excluídos ganham cena na prosa de ficção, alçados ao estatuto de protagonistas do que se pode chamar de uma outra história. Nos anos que antecederam a independência e no período imediatamente posterior, as obras publicadas empenhavam-se em oferecer versões da história que se contrapusessem às imagens disseminadas pelo discurso colonial. Os silenciados exercitavam o direito à voz conquistada com a libertação. (CHAVES, 2005, p.46)

A Gloriosa Família (1997) traz a saga da família mestiça aos olhos do escravo que, mesmo excluído da “civilização”, está presente como testemunha do que se passa ao seu redor. O poder que ele detém é o de narrar a sua história em meio aos acontecimentos colonialistas da época; em meio a uma família afro-holandesa, que multiplica o seu poder através dos seus descendentes. O escravo-narrador percebe a questão do poder, na família mestiça, fragmentando-se, escapando do controle absoluto do patriarca. Em certo sentido, explicita-se, na narrativa do escravo, a emergência de outras forças, dentro da família, a romper com a força do pai. A entrada em cena dos filhos com seus desejos e perspectivas futuras em dissociação à manutenção do desejo do pai em fazer com que o negócio negreiro fosse hereditário.

Através da literatura busco apresentar o conflito entre o homem e a sociedade. Ao recorrer à historiografia, busco analisar as histórias que conta Pepetela de forma polifônica, numa ordem literária que possibilita a mediação entre a ficção e a história,

calcada em fatos, e as subjetividades que emergem dos indivíduos sejam escravos ou não. O fenômeno literário possui uma diversidade histórica que impede de atribuir regras para delimitá-lo. Melhor seria organizar estratégias para investigá-lo como um complexo literário-histórico.

Como afirma Sevcenko (2003),

O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosaísmo dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real. (SEVCENKO, 2003, p.29)

Busco apresentar uma possibilidade de leitura de **A Gloriosa Família** (1997), como um estudo de caso, em que a visão de Pepetela sobre a história política e social de Angola no século XVII coloca uma família mestiça no centro da narrativa da obra. Esse romance traria, pois, uma hipótese de interpretação da sociedade angolana durante o período em que os holandeses a dominaram. Todavia, o autor angolano não realiza apenas o registro da instituição família como estruturação de dominação. Podemos dizer que, no romance, há duas narrativas: a do autor (1997) e a da narrativa (1642 a 1648). Pepetela escreve na perspectiva de colocar em xeque o convencionalismo de definir o patriarcalismo como força hegemônica e única no período em que o colonialismo ainda se organizava na África e nas Américas. Interessa-me a dinâmica dessa família e a relação do narrador-intérprete e tradutor de fatos e versões do que podem ter ocorrido naqueles tempos holandeses em Angola.

O romance **A Gloriosa Família** (1997) relata os pêniplos e as desventuras de um africano que, naqueles tempos da expansão colonial portuguesa, em meio às guerras religiosas e comerciais do século XVII, vivencia a experiência de tornar-se escravo de um holandês católico, Baltazar Van Dum, que já havia constituído uma extensa família mestiça. A obra inscreve-se na fronteira entre os registros

historiográficos e literários, em que se preserva a riqueza estética e comunicativa do texto literário. A produção discursiva do romance não perde o conjunto de significados condensados na dimensão social. “O tempo dos flamengos”, subtítulo da obra, indica os sete anos em que Angola é dominada pelos holandeses (1642 a 1648) através da Companhia das Índias Ocidentais cujo tráfico negreiro liga, através do Atlântico, Luanda ao Brasil. (CHAVES, 2005)

No início de sua carreira, a Companhia Holandesa da Índias Ocidentais tentou retirar o controle do sul do Atlântico de Portugal, conquistando partes do Brasil e depois atacando sistematicamente as possessões portuguesas na África – o posto de Mina caiu em 1637, os de o príncipe e Angola em 1641, e o de São Tomé em 1647. Embora os holandeses tenham justificado a investida contra os pleitos monopolistas portugueses pela defesa dos direitos de liberdade marítima, eles rapidamente reivindicavam a soberania quase da mesma forma. (THORNTON, 2007, p.112)

As obras de Pepetela como *A Gloriosa Família*, *Lueji*, *A Geração da Utopia*, *O Desejo de kianda* e *a Parábola do Cágado Velho* denunciam

[...] as guerras sempre presentes na história angolana, chamando atenção, nos três últimos livros (publicados nos anos 1990), para as guerrilhas entre o MPLA e a UNITA que desestabilizaram o processo de independência e transformaram as utopias revolucionárias em distópicas ruínas, cujos destroços assinalam o dilaceramento atual de Angola. (SECCO, 2001, p.109)

A respeito da família mestiça em Angola sob a égide da escravidão há estudos que focalizam o tema, como os de Selma Pantoja (1999) e Linda M. Heywood (2008). Nesta esteira, busquei comparar a constituição da família angolana tendo a brasileira como espelho, uma vez que ambas enfrentaram processo de colonização portuguesa e a presença holandesa durante certo período, fatores relevantes quando se trata de pensar as representações familiares a partir de lastros comuns. Para isso, servi-me das idéias de Darcy Ribeiro (1995), Gilberto Freyre (1980), Alberto da Costa e Silva (2002) e Luis Felipe Alencastro (2000) cujos estudos sobre África percorrem o Atlântico Negro e, principalmente, as relações Brasil- Angola.

A constituição da família angolana, assim como a brasileira, no período colonial foi marcada pela ação de subsunção, inicialmente, realizada pelos portugueses na

África, em um momento de grande circulação, onde diversos contingentes humanos sofreram exposição a múltiplos contatos étnicos e sociais.

Sem descartar que a violência do colonizador sobre os autóctones se estendeu não somente sobre a sua cultura, mas também sobre os seus corpos. Devo ressaltar que esses novos grupos sociais foram feitos, misturando-se os vínculos afetivos e comerciais que os manteriam no Novo Mundo. De certo modo, mundos diversos e distantes promovem a gênese da família angolana.

A família mestiça emerge, portanto, como representação do grupo social, no momento em que Angola torna-se espaço de disputa econômica e territorial de portugueses e holandeses. Esse grupo mestiço engloba o espaço de experiências e existências sociais dentro e fora do patriarcalismo europeu. Necessário, portanto, se faz seguir as trilhas, nem sempre precisas, dos caminhos e vias que foram modelando a mestiçagem de nossa família brasileira. Do concubinato ao casamento legalizado pela Igreja, o casamento-instituição em que Estado e Igreja se unem em defesa de normas e padrões que mimetizassem o que ocorria na metrópole, muitos grupos se fizeram.

Pepetela,

Em *A Gloriosa Família*, por exemplo, dedica-se a palmilhar as fronteiras históricas da constituição do povo angolano através da genealogia de uma família arquetípica. Sua obra pode ser resumida, em rápidas e redutoras palavras, como aquela que busca dar conta da carência de discurso que a história de Angola apresenta desde a sua independência política. (LUGARINHO, 2007, p.307)

A ordenação do mundo colonialista obedecia a uma lógica binária: composta pelo dominador europeu e pelos povos submetidos ao seu poder? Ao que parece não, pois os contatos e os conflitos entre os diversos grupos humanos que passaram pelas Colônias Portuguesas afiançam comportamentos oscilantes, flutuantes, em que trocas culturais se davam em desigualdades de relações, mas que sofriam negociações: fossem lingüísticas, fossem comerciais, fossem culturais, fossem ainda em seus padrões ordenadores da intimidade familiar etc.

Assim, misturas e mestiçagens tornam-se importantíssimas para entendermos a dinâmica colonialista e as sociedades que foram criadas a partir do encontro de povos tão diferentes.

A literatura fornece vasto manancial para a desmistificação do passado e nos ajuda entender as mestiçagens, uma vez que as representações estéticas trazem à tona o humano e o social imbricados.

De acordo com Carlos Fuentes:

O romance não mostra nem demonstra o mundo, senão que acrescenta algo ao mundo. Cria complementos verbais do mundo. E, conquanto sempre reflita o espírito do tempo, não é idêntico a ele. Se a história esgotasse o sentido de um romance, este se tornaria ilegível com o passar do tempo e com a crescente palidez dos conflitos que animariam o momento em que o romance foi escrito. (FUENTES, 2007, p.19)

Pepetela, então, nos oferece em sua obra os conflitos externos e internos que compõem a dinâmica de uma família mestiça em um espaço dividido por interesses econômicos e políticos, em que a escravidão e o comércio açucareiro faziam uma conexão direta entre a África e o Brasil. Angola, no século XVII, era vista como grande reservatório de escravos, indispensável, pois, à produção de açúcar do Brasil. (MELLO E SOUZA, 2006)

Podemos traçar um paralelo aproximando a constituição da família mestiça em Angola e no Brasil? Alguns pontos o autorizam: poucos colonizadores trouxeram suas famílias, quando desceram às colônias. No Brasil, Duarte Coelho e Pero Campo Tourinho, respectivamente donatários das capitanias de Pernambuco e de Porto Seguro, estão documentados como homens que chegaram com suas esposas e filhos (SILVA, 1998, p.11). Interessava mais a Portugal que fossem para a colônia do Brasil soldados e homens de ofícios para os serviços necessários à construção das futuras vilas.

Entretanto, a miscigenação, por aqui, já saltava aos olhos dos jesuítas durante o século XVI, embora a união entre brancos e índios só viria a ser aceita pela Igreja no século XVIII. Em 1549, Manuel de Nóbrega, um dos primeiros jesuítas a aportar ao Brasil, defendia o envio de mulheres brancas do Reino para impedir a

mestiçagem. As mulheres, segundo Nóbrega, poderiam ser as “erradas” ou as órfãs. Embora a Coroa portuguesa houvesse tentado a promoção do povoamento através de contingentes femininos, a população, na colônia, continuou escassa. (RIBEIRO, 1995)

Já em Angola, no século XVII, portugueses, holandeses e franceses estavam ali em busca do negócio do tráfico negreiro. Não vieram com suas famílias, nem queriam constituir famílias ali. Pepetela destaca, na obra em foco, que Baltazar é uma exceção entre os homens brancos que estavam na África: casou-se com uma negra dentro da Igreja Católica e constituiu uma extensa família de filhos legítimos e bastardos. A Igreja regulamentava os matrimônios dos europeus que assim o quisessem, mas nada podia fazer contra a “luxúria dos trópicos, abaixo do Equador”. Baltazar Van Dum era um colono, um habitante de Angola diferenciado por vários motivos: branco, católico, holandês, dono de terras e de escravos, mantinha proximidade política com Jinga, com os holandeses e portugueses e, claro, com a Igreja. Na sua trama, o autor parece sugerir que, talvez, o ato de se casar dentro dos preceitos católicos fosse mais um plano mercantilista para a instalação e manutenção de seu poder em Angola. (VAINFAS, 1997)

A adoção do catolicismo por Baltazar Van Dum pode ser vista da seguinte forma:

Diferentemente do Congo, onde o catolicismo serviu para fortalecer a centralização do poder nas mãos de uma facção por oposição a outras, em Angola, o catolicismo fazia parte do conjunto de relações introduzidas pelos portugueses, dentre os quais se destacavam as relações comerciais e as alianças políticas, ambos fatores que podiam mudar a configuração das hierarquias de poder locais, permitindo que chefes secundários expandissem seus domínios com a força adquirida na relação com os portugueses, que garantia acesso a mercadorias cobiçadas e, se necessário, assistência militar. (MELLO E SOUZA, 2006, p.291)

Entretanto, o ato de aceitar o catolicismo não implicou, de modo algum, o afastamento de antigas crenças e de costumes tradicionais. A poligamia, por exemplo, continuou sendo exercida, embora Baltazar fosse cristão e batizado. (REGINALDO, 2005)

O catolicismo avançou na África:

Durante os séculos XVI e XVII, centenas de missionários alcançaram a costa e os sertões dos reinos do Congo e Angola. Efetivamente, quatro ordens religiosas tiveram um maior peso no movimento de propagação do catolicismo na África Central. A primazia coube aos soldados da Companhia de Jesus, seguidos pelos terceiros franciscanos, carmelitas descalços e capuchinhos. Jesuítas e capuchinhos, entretanto, foram os principais responsáveis pela penetração missionária na África Central. (REGINALDO, 2005, p.22)

Para as sociedades africanas havia uma interligação entre os mundos material e imaterial; entre o presente e o passado. A constituição e a legitimação do poder passavam por essa harmonia entre as forças do mundo invisível e do mundo concreto. Dessa forma, o catolicismo foi aceito por grande parte da elite conguesa e angolana porque os chefes “perceberam a sua estreita associação com o comércio das novas mercadorias, cuja posse levava a uma ampliação do raio de influência e conseqüentemente do poder daqueles que tivesse acesso a elas.” (MELLO E SOUZA, 2006, p.287)

Alencastro (2000) difere os termos miscigenação e mestiçagem. O primeiro refere-se apenas à mistura biológica, já o segundo vai além, envolvendo uma aculturação. No Brasil, a mestiçagem foi corrente em todo o processo de colonização, ao passo que em Angola:

[...] o colonato local tinha filhos com as negras. Mas não havia mestiçagem: quando os pais se afastavam ou morriam, as mães retornavam às suas aldeias com seus filhos mulatos, levando-os de volta à comunidade tradicional e à africanização. A sociedade luso-angolana conservava povoados nativos, núcleos etnogênicos que absorviam os mulatos transformando-os em negros. (ALENCASTRO, 2000, p.350)

Entretanto, é bom lembrar que Baltazar Van Dum era um holandês católico e que, por mais ânimo lusitano que estivesse correndo em seu corpo cristão, nele havia mais que o sujeito transplantado para a África. Havia um desejo de africanizar-se para o pleno domínio daquela terra. Por isso que de cada filho, ele esperava um avanço em direção às negociatas do poder; cada filho e, por que não incluir, também as filhas, era uma peça preciosa no intrincado jogo de xadrez para se manter vivo e hierarquicamente superior sob a égide da principal transação econômica do século XVII: o tráfico de escravos.

Ainda segundo Alencastro (2000), diferentemente do que ocorria no Brasil, em que os espaços constituídos por negros eram considerados ameaçadores, vistos como quilombos que deveriam ser destruídos, a fragilidade militar em Angola fazia com que os portugueses fizessem alianças com os nativos. No Brasil, miscigenação torna-se mestiçagem, criando o mulato. Em Angola, a mestiçagem não chegava a ocorrer e conclui:

No final do século XVII o Brasil formado a partir de Angola estava prontinho. O mercado atlântico impusera o primado do tráfico negreiro, interpretado pela Igreja como uma obra de caridade cristã e de evangelização. O escravismo dominava tudo, a barreira indígena no interior fora destroçada, o território se repovoava dentro de esquadro colonial, o gado se expandia, os mestiços e mulatos furavam o seu lugar. (ALENCASTRO, 2000, p.353)

Todavia, o próprio Pepetela é exemplo de mestiçagem: um mulato angolano, em cuja ancestralidade se encontram, em Benguela, português e brasileira. Logo seria ele um luso-africano. Lucilene Reginaldo (2005) destaca que, no século XVII, em Angola, “mais que mestiço de europeu e africana, o pardo ou luso-africano era, sobretudo, um mestiço cultural.” Selma Pantoja (1999) acrescenta ao debate a indagação de que, como Luanda, até o século XVIII, era fortemente mestiça e passou a não ser no séculos seguintes, enquanto, no Brasil, o Rio de Janeiro manteve a sua mestiçagem? Uma explicação possível seria “a política de povoamento de brancos por parte da Coroa portuguesa com seus resultados para as duas regiões e a disponibilidade de mulheres africanas para os brancos”. (PANTOJA, 1999)

Reforçando a questão da mestiçagem em Angola, Lucilene Reginaldo (2005), baseando-se nos estudos de Linda M. Heywood (2008), afirma que

Luanda, no século XVIII, era uma sociedade mestiça e para além das características físicas da população. Segundo Linda Heywood, a miscigenação entre europeus e mulheres africanas, livres e escravas, nos Reinos de Angola e Benguela propiciou a criouliização dos portugueses e sua cultura. A interpenetração das sociedades portuguesa e africana foi evidente em termos culturais, a mestiçagem se revelava no cotidiano dos moradores da cidade. (REGINALDO, 2005, p.32)

Em relação à política e economia, os holandeses foram os grandes inimigos dos portugueses no século XVII na questão colonial, porém esses europeus acabaram aproximando Luanda de Recife, por conta do tráfico negreiro e da produção açucareira. O Atlântico Sul foi disputado como espaço econômico por malufos e lusitanos cujas rivalidades, costumes, religiões e tradições deixaram as suas marcas, de diferentes modos, tanto Brasil quanto em Angola.

A Gloriosa Família (1997) de Pepetela se inscreve nesta rota que busca os indícios da fundação do povo angolano, cuja cultura, há muito, tornou-se mestiça pela convivência forçada com holandeses e, principalmente, com portugueses que, durante muitos séculos, ergueram as suas espadas e vozes sobre esse espaço, no litoral da África. Nessa perspectiva, a obra de Pepetela é ponta de lança na composição desse repertório. Pepetela não hesita em seguir variados caminhos: recorre a mitos, vai às fontes da História, subverte-as; reinventa o passado; e critica, satírica ou acidamente o presente (CHAVES, 2005, p. 87).

A família Van Dum forma-se numa sociedade fragmentada em que as culturas européias e africanas se misturam num processo de adaptação e assimilação: de um lado a cultura renascentista e católica, do outro lado, uma cultura pluridimensional, com seus mitos, ritos e religiões. Entretanto, numa Angola em que transitavam europeus distintos, lusitanos e malufos principalmente, essa família não só mimetizou os hábitos do europeu. Ao contrário, a família mestiça dos Van Dum começou a criar proles em que a mestiçagem acaba se transformando numa reação àqueles invasores que, de certa forma, estão representados na figura do pai – Baltazar Van Dum.

Vale apenas voltar a indagar o que é mestiçagem. Muitos vocábulos são usados para defini-la: mesclar, misturar, cruzar, interpenetrar, amalgamar, imbricar etc. Segundo Gruzinski (2001),

A idéia a que remete a palavra 'mistura' não tem apenas o inconveniente de ser vaga. Em princípio, mistura-se o que não está misturado, corpos puros, cores fundamentais, ou seja, elementos homogêneos, isentos de qualquer 'contaminação'. Percebida como uma passagem do homogêneo ao heterogêneo, do singular ao plural, da ordem à desordem, a idéia de mistura carrega, pois, conotações e

a priori dos quais convém fugir como o diabo da cruz. O mesmo acontece com o termo 'hibridismo'. (GRUZINSKI, 2001, p.42)

Ao falar de mestiçagem, Gruzinski (2001) discute as noções de mestiçagem biológica e cultural. A primeira ressalta a mistura de corpos através da sexualidade. Entretanto, não podemos deixar de perceber a pressuposição da existência da pureza de grupos humanos, notadamente os europeus. Já a segunda concepção envolve maior complexidade, uma vez que solicita também o conceito de cultura. O certo é que as duas noções de mestiçagem já nascem interligadas; impossível, pois, negá-las: uma está dentro da outra.

O embaraço de uma família mestiça, num espaço fraturado, onde várias demandas se multiplicam, como consequência do jogo comercial envolvendo Portugal e Holanda, como também as subjetividades dos integrantes carnis deste grupo de vínculos afetivos, traz à tona o universo social e histórico complexo de uma Angola que se transubstanciava não só por ser um espaço de conquista e negociação entre africanos, portugueses e holandeses, mas também pelo desejo cotidiano de homens e mulheres que queriam constituir famílias novas, fora do controle patriarcal europeu, branco e mercantilista.

Está tudo bem, está tudo bem, ia dizendo Baltazar ao bando de homens, mulheres, jovens e crianças, que o rodeava, todos seus filhos. A maior parte paridos de D. Inocência, outros feitos no quintal, cujas mães escravas já tinham atravessado o mar, exigência da esposa oficial pela lei da Igreja. Os filhos todos eram mulatos, como eu, mas havia tonalidades diferentes e uns tinham olho azul, outros verde e ainda outros castanho. Do casamento tinha ele oito filhos, do quintal o número era incerto (PEPETELA, 1997, p.21)

A experiência de vida familiar mestiça cujas relações interétnicas se davam em espaços de poder e de afirmação identitária é o retrato, inacabado, que Pepetela nos oferece. Entre Portugal e Holanda, Baltazar opta pela África, assentando a sua identidade de aprendiz do Novo Mundo em meio a uma relação dialética com o outro, representado não só pelos escravos, mas por seus filhos e filhas. Se o narrador-escravo nos conta o que viu e ouviu, apropriando-se simbolicamente do poder de construção e de interpretação do mundo pré-colonial; é, através da família mestiça e, principalmente, dos embates entre pai e filhos que se desencadeiam as rupturas e as brechas de um patriarcalismo pífio diante de um sentimento de

pertença que precisa ser sedimentado por todos da família, cada um a seu modo, para que não se percam num antinomia ou numa “ninguendade” (RIBEIRO, 1995).

Durante quatro anos, de 2003 a 2006, a UFBA (Universidade Federal da Bahia) colocou **A Gloriosa Família** (1997) como obra de leitura obrigatória para o seu vestibular. Foi a primeira vez que se cobrou uma obra de literatura africana na Bahia. Isso se deu, talvez, pela Lei 10639/03 que determinou, a partir de 2003, nos currículos do ensino fundamental e médio, a inclusão do estudo da História da África e dos afrodescendentes. Mia Couto, escritor moçambicano, substituiu Pepetela em 2007 com a obra **O último voo do flamingo** (2002) na lista de obras obrigatórias da UFBA. Em vigor desde março de 2008, atualmente a Lei 11.645 obriga a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena como disciplina no currículo oficial das redes pública e particular de ensino.

Vale destacar que as obras da literatura africana dão conta da história do seu povo, afinal a literatura cumpre, também, o papel de narrar as pequenas histórias complexas de relações sociais, econômicas, afetivas, políticas e familiares. Para mim, latino-americano, brasileiro, ex-colonizado, essa literatura africana, que aqui está representada por Pepetela, é-me muito próxima, porque “[...] participa dos esforços e do movimento de auto-definição do país e de seus povos, e o texto literário pode ser visto como um espaço de representação política e de manifestação cultural de um tecido social coletivo.” (AUGEL, 2007, p.22)

Entre os vários órgãos que proporcionam os estudos de pesquisa sobre a História da África no Brasil, é importante destacarmos o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia, fundado em 1959 e que, desde 1974, é responsável, oficialmente, pelo Programa de Cooperação Cultural entre os Países Africanos e para o Desenvolvimento dos Estudos Afro-Brasileiros; o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e o Centro de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Cândido Mendes (UCAM), e o Centro de Estudos Africanos, da USP. Esses órgãos são importantíssimos para fomentação e divulgação dos estudos afro-brasileiros.

O presente estudo foi dividido em três partes: a primeira se refere ao autor e a obra **A Gloriosa Família** – O tempo dos flamengos (1997), percorrendo não só uma

biografia ou bibliografia de Pepetela, mas sim uma análise de como o testemunho, a experiência de viver a construção de um novo País, se concretiza na produção romanesca, em particular, numa ficção histórica em que a formação do povo angolano é reinventada. O próprio Pepetela define a construção histórica de sua nação como **a geração da utopia**, “que se levanta dos escombros de um passado desmembrado e fragmentado, passado que é preciso lembrar e reagregar para retrabalhar os traumas do presente e suas duradouras seqüelas.” (AUGEL, 2007, p.21). A segunda parte se refere à representação de uma família mestiça na ficção histórica de Pepetela em Angola, no século XVII. A família mestiça transparece pelos fios literários de Pepetela como prática de resistência e de engenharia do futuro. Os desejos dos filhos, contrários ao patriarca, conferem à família um espaço de conflito. A terceira parte se refere ao patriarca mestiço Baltazar Van Dum e as suas relações dentro e fora da família no meio pré-colonial da época. As estratégias de sobrevivência de um estrangeiro numa terra em que o poder decisório oscilava entre portugueses, holandeses e africanos.

2. O AUTOR E A OBRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LITERÁRIOS

O escritor Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, cujo pseudônimo Pepetela significa, em umbundo, 'pestana', nasce em 29 de outubro de 1941, em Benguela. Filho de pai português e mãe brasileira, de origem pernambucana.

Pepetela nasceu numa região fronteiriça do velho reino de Benguela, onde terminava a cidade branca e começava o musseke, portanto, produto já, como a própria cultura angolana, da confluência de base africana civilizacional e a influência euro-ocidental, notadamente portuguesa. (TUTIKIAN, 2006, p.90)

A ambigüidade cultural e a mestiçagem familiar estão presentes no escritor Pepetela. A sua literatura congrega os elementos da memória coletiva e a invenção estética no ato de narrar as histórias que são suas, mas também de um povo.

Antes de completar dezoito anos, Pepetela vai estudar em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, transferindo-se em 1961 para o curso de Letras. Durante dez anos (1960 a 1970), frequenta a CEI – Casa dos Estudantes do Império. Participa de variadas trocas culturais através do movimento literário organizado por estudantes africanos em Portugal, na segunda metade do século XX. O tema principal debatido eram as múltiplas identidades nacionais que acabam sendo publicadas num boletim denominado de **Mensagem**, que também é veículo da literatura. Os textos defendem a igualdade racial, social e tribal, num claro discurso de libertação de Angola. Pepetela publica, pela primeira vez nesse periódico, o conto **Velho João**.

Depois da eclosão da luta armada, Pepetela sai de Portugal, indo para Paris e, posteriormente, para a Argélia, onde trabalha no Centro de Estudos Angolanos, em um grupo do Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA). Ainda na Argélia, Pepetela reescreve o antigo conto **Velho João**, publicado na **Mensagem**, transformando-o, em 1969, em seu primeiro romance **Muana Puó**, cuja publicação só acontece em 1978.

Formado em Sociologia, exerce a função de professor no Fronte de Cabinda. **Mayombe**, sua segunda obra ficcional, é produzida neste período, início da década de 70, sendo publicada em 1980. Antes disso, em Brazzaville, em 1973, preocupado

com o fato de o ensino ser dominado por uma visão do estrangeiro sobre Angola, publica a obra **As aventuras de Ngunga**, cuja motivação era a de contar a história de Angola a partir do angolano.

Segundo Pepetela,

[...] o Ngunga não ia ser livro. Eu estava no Leste e estava a fazer um levantamento das bases do MPLA, pela primeira vez ia-se saber quantas bases havia, quantos homens havia, quantas armas...eu ia de base em base e ao mesmo tempo acompanhava o ensino, dava uma ajuda aos professores com os manuais de matemática que eram da Ex RDA, demasiado modernos, e os professores tinham dificuldades com eles, comecei também a aperceber-me que os miúdos só tinham os livros da escola para ler o português, conclui que era preciso fazer textos de apoio, é aí que começa o Ngunga. Eram textos muito simples que pouco a pouco se iam tornando mais complexos. Como ainda assim não era suficiente, os textos eram traduzidos para Mbunda depois eu tentava dar-lhes regras gramaticais reescrevendo o Mbunda, assim os miúdos podiam aprender a ler na sua língua e recorrer a ela sempre que tivessem dificuldade nalguma palavra em português. Quando acabei cheguei à conclusão que aquilo era uma estória, dei-lhe um fio condutor e mais tarde decidimos publicá-lo. – É assim que o próprio autor nos conta como surgiram, em livro, **As Aventuras de Ngunga**. (PEPETELA, 1983)

De volta a Luanda, no período pós-independência em 1975, recebe o cargo de vice-ministro da educação no governo de Agostinho Neto. Depois de alguns anos no governo, Pepetela leciona Sociologia na Universidade de Luanda. Em 1975, casa-se com Filomena, sendo a cerimônia interrompida, para que ele liderasse um combate pela libertação de Angola.

Ainda em 1975, juntamente com outros intelectuais de Angola, funda a União de Escritores Angolanos (UEA), a fim de combater o analfabetismo e a dificuldade de impressão e comercialização de obras de escritores e intelectuais angolanos. Os participantes da UEA encontravam-se, uma vez por semana, para debater questões estéticas e políticas de Angola. Entre eles, além de Pepetela, Luandino Vieira e Manuel Rui.

Os textos literários escritos em línguas africanas começaram a ganhar popularidade, a partir de 1987, quando as rádios passaram a divulgá-los. Como um contador de histórias, o escritor através da sua voz, realiza sua narrativa oral, faz com que circule

o simbolismo de sua cultura num processo de manutenção e contribuição, a fim de que a resistência cultural se concretize frente àquela outra cultura que, durante o período colonial, foi imposta através do europeu branco e dominador cuja língua escrita daria o tom do saber oficial.

O contador e seus ouvintes são seres em interação para quem o dito cria a necessária cumplicidade e reitera que é preciso ser, na força da diferença, preservando-se com isso, o vasto manancial do saber autóctone. Do ponto de vista da produção cultural, a arte de contar é uma prática ritualística, um ato de iniciação ao universo da africanidade, e tal prática e ato são, sobretudo, um gesto de prazer pelo qual o mundo real dá lugar ao momento do meramente possível que, feito voz, desengrena a realidade e desata a fantasia. (PADILHA, 2007, p.36)

Durante as décadas de 1970 e 1980, Pepetela investe na criação de histórias curtas (estória ou novela) que se dividiam em duas classificações: o conto oral e o conto moderno. O tema, pois, da identidade angolana tem como alvo, inicialmente, os ouvintes, ou seja, os analfabetos e, posteriormente, os leitores. Dentro dessa perspectiva, a oralidade pode ser considerada como uma das formas de resistência angolana para a preservação de sua cultura autóctone diante do colonialismo lusitano.

Aproximando a tradição oral à literatura de língua portuguesa, fazendo o mesmo como os acontecimentos históricos e ficcionais, Pepetela mescla, em sua narrativa, variadas tradições culturais européias, americanas e africanas num jogo em que as identidades estão em rotação no continente africano, onde o discurso oficial de quem domina a escrita e o discurso oral mantêm-se em contato e em conflito. Embora a cultura luso-européia esteja presente neste angolano, é inexorável afirmar que o universo de imagens de cuja tessitura se reveste a sua ficção é pleno das manifestações da oralidade angolana.

O projeto literário de Pepetela é o ato de construir, através do diálogo entre ficção e história, a nacionalidade angolana. **A Gloriosa Família** (1997) é um romance do período pré-colonial, que envolve a busca pelas raízes culturais a partir do contato e conflito com os conquistadores europeus. Esse retorno investigativo do passado não envolve a idealização da volta às origens – até porque a dominação ocidental sobre

a África de cinco séculos marcou profundamente a forma de expressão literária em língua portuguesa.

A obra está dividida em doze capítulos que seguem uma ordenação numérica linear, excetuando o prólogo de abertura, retirado da História Geral das Guerras Angolanas (1860), de António de Oliveira Cadornega. Portanto, temos Capítulo primeiro (Fevereiro de 1642), Capítulo segundo (Maio de 1643), Capítulo terceiro (Setembro de 1643), Capítulo quarto (Janeiro de 1644), Capítulo quinto (Julho de 1644), Capítulo sexto (Junho de 1645), Capítulo sétimo (Novembro de 1645), Capítulo oitavo (Abril de 1646), Capítulo nono (Dezembro de 1646), Capítulo décimo (Março de 1647), Capítulo décimo primeiro (Outubro de 1647), Capítulo décimo segundo (Agosto de 1648). Os títulos sugerem um diálogo permanente entre a ficção e a história, ou seja, um romance histórico em que dois personagens se apresentam: de um lado, o conquistador, o holandês Baltazar Van Dum e do outro lado, o escravo angolano, sem nome, mudo, analfabeto, mas que é o narrador do romance.

A Gloriosa Família (1997) reconstrói ficcionalmente Luanda, quando os holandeses a dominavam, em meados do século XVII. O prólogo da obra é de António Oliveira Cadornega, um dos primeiros historiadores angolanos, cujos escritos ainda hegemônicos do colonialismo europeu informam ao leitor que o protagonista Baltazar Van Dum foi um dos homens mais influentes na Angola daquele período. Na obra, Oliveira Cadornega é transformado em um “fugoso e apaixonado”, soldado das tropas portuguesas que luta contra os holandeses. E o seu trabalho de cronista-historiador já evidencia as manipulações do discurso de quem detém o poder de contar a história, ou parte dela. É do relato histórico de Cadornega que emerge a personagem Baltazar Van Dum, holandês, católico, patriarca da extensa e glorificada família do romance:

Em a cidade assistia hum homem por nome Baltazar Van Dum, Flamengo de Nação, mas de animo Portuguez que havia ido dos primeiros Arrayaes para Loanda com permissão de quem governava os Portuguezes, o qual esteve posto em risco de o matarem os Flamengos, a respeito que antes desta tregoa e Comunicação corrente, hum cidadão, por sua via podíamos haver algumas inteligências de que passava entre o Flamengo para este effeito [...]. (CADORNEGA, 1972, p.334).

Ao referendar a sua obra em um historiador real, inclusive mantendo a língua portuguesa arcaica do século XVII, Pepetela tem como projeto transfigurar os dados reais do prólogo para ficionalizá-los. Longe de querer ser neutro e estável, o autor angolano enriquece e transcende o tempo pré-colonial em sua obra com os conflitos e dúvidas sobre a história de Angola:

Às vezes essas coisas escondidas não são tão insignificantes em repouso, até que alguém cosa as pontas. Sucedo provavelmente com certa frequência não surgir alguém com esse talento de coser pontas e o conhecimento se perde. Não sou muito versado na história dos homens, sei apenas o que o meu dono sabe e contou, ou o que outros lhe contaram e ouvi, coisa pouca. Mas o suficiente para entender que muito se perdeu, ao longo dos séculos, na ligação às verdadeiras causas de fenômenos aparentemente inexplicáveis. (PEPETELA, 1997, p.115)

A obra de Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, sem dúvida, é o mais importante relato dos confrontos militares em Ndongo, durante o século XVII, porém vale ressaltar alguns problemas desse autor. O primeiro é que Cadornega, militar e escravagista, chegou a Luanda em 1639, logo não participou das guerras anteriores a essa data. Segundo, apesar de manter contato com militares que testemunharam as guerras, o autor é lacônico em suas informações cronológicas e, quando data, o faz de forma equivocada. (PARREIRA, 1989)

As guerras na África Central ocidental constituíram uma importante actividade econômica que exigia avultados investimentos financeiros, e cujo objectivo principal foi a captura de prisioneiros de guerra, que depois de vendidos aos Europeus, eram posteriormente encaminhados para o tráfico transatlântico de escravos. (PARREIRA, 1989, p.25)

A literatura de Pepetela busca indagar a ideologia dos discursos europeus sobre Angola. Usando a estratégia de epígrafes, cujas vozes identificam a história oficial e eurocêntrica sobre a África encabeçando a quase totalidade dos capítulos, Pepetela vai construindo as versões não oficiais, a enunciação dos angolanos sobre os fatos da época dos flamengos. Os textos hegemônicos do Ocidente sobre África, como a **História Geral das guerras angolanas**, a **Monumenta missionária africana**, **A dupla restauração de Angola** e a **carta do Padre António Viera ao Marquês de Nisa**, dentre outros que abrem os capítulos da obra, são contrapostos a partir do ponto de vista local. Enquanto as epígrafes trazem um tom opressor e dogmático, a

narrativa, ironicamente, traz à tona o cotidiano de Luanda. De um lado, o discurso oficial de Cadornega, por exemplo; de outro, o discurso não autorizado do escravo angolano, narrador das peripécias da família Van Dum.

O meu dono, Baltazar Van Dum, só sentiu os calções mijados cá fora, depois de ter sido despedido pelo director Niulant. Mijado mas aliviado, com a cabeça de raros cabelos brancos ainda em cima dos ombros. (PEPETELA, 1997, p 11).

Pepetela organiza a obra em dois blocos: as epígrafes configurando-se como a voz do branco, europeu, católico e “civilizado”, referendado pela escrita, e a voz do negro (ouvida por nós – leitores) numa dicção eruptiva, de baixo para cima, afirmando-se como sujeito histórico, rasurando o binómio do branco contador da História e do negro, ser contado pela voz do outro. Ao dar ao escravo a voz narrativa, Pepetela confere à ficção um carácter autóctone em que a oralidade e a escrita se equivalem como lados, nem sempre cordiais, da representação dos fatos colonialistas.

A disposição cronológica das epígrafes oferece aos leitores a gradual aproximação do espaço africano sob o olhar do europeu. Já no contraponto da leitura dos capítulos, vemos que aquelas informações cujos autores são parte da História da Europa sobre a África não se concretizam na versão heráldica e comovente da documentação. Os capítulos, através da narrativa do escravo, denunciam a posição estratégica da família mestiça cujo dinamismo nem sempre é captado ou capturado pela engrenagem do mercantilismo escravista. É na família que ocorre o adensamento de um olhar crítico sobre “o papel histórico do oprimido e das formas arbitrarias de exercício das várias facetas do poder.” (PADILHA, 2007, p.211)

A obra **A Gloriosa Família** (1997) narra a trajetória da família mestiça dos Van Dum como metonímia da formação étnica em Angola, na segunda fase do conflito luso-holandês, ou seja, na fase de colaboração entre esses europeus. Uma africana, filha de um soba, é desposada por um europeu sem posses. Juntos geram onze filhos, dos quais oito sobrevivem. Fora do casamento, Baltazar possui incontáveis filhos, alguns ficam na periferia da casa grande.

Os filhos se relacionam com pessoas advindas da Europa, da África e do Brasil. Os filhos são mulatos, pertencentes a uma família mestiça cuja formação identitária é a do povo angolano.

O tráfico de escravos importou, para os diferentes países das Américas e Antilhas, negros provenientes das mais diversas regiões da África. Desta aproximação, poderia ter resultado uma mistura de usos e costumes completamente estranhos uns dos outros. Ao contrário, o jogo de trocas comerciais estabeleceu relações precisas entre clientes e fornecedores dos dois lados do Atlântico [...] (VERGER, 1987, p. 9)

Fabricar uma família e, ao mesmo tempo, ser um traficante de escravos em Angola, proporcionava à família de Baltazar Van Dum um espectro plural e, às vezes lábil, em que a taxionomia racial a fazia progredir frente às adversidades próprias de um posto comercial, encravado na África. Afinal, ele não era um donatário, não havia recebido nenhuma missão ou proteção do Reino; ele era um lançado cujo maior vislumbamento foi a constituição de uma família, “um criatório de gente” (RIBEIRO, 1995), para obtenção de um espaço de negociação propício à manutenção de poder para a sua família, num período crítico de grande tensão pré-colonialista envolvendo duas nações europeias.

A maior vocação de Baltazar Van Dum era enriquecer naquilo que era o mais lucrativo de todos os negócios da época, o tráfico negreiro. A sua meta, e por que não dizer a sua herança para a família, era manter a sua posição e fortuna como intermediário e armazenador de escravos africanos para o tráfico.

Pepetela, ao colocar a voz narrativa num homem angolano, já miscigenado, filho de jesuíta napolitano com uma das escravas da rainha Jinga, busca, ironicamente, compor o painel de etnias que percorriam o continente africano, deixando seus descendentes. O nome desse narrador não se sabe, assim como também os de seus pais não são mencionados. A macro-história, formada pelas vozes europeias nas epígrafes e prólogo do livro, busca legitimar a escrita da história de Angola pelo viés do europeu conquistador. Contudo, a voz do narrador, ouvida pelos leitores, se constitui num contraponto, na quebra do ritmo mercantil desumano, impondo-se a ordenar, ficcionalmente, o que pode ter ocorrido, e que a escrita branca não deu conta. É a palavra marginal, “palavra sempre deixada de fora do centro, onde a

cultura do dominante ditava as suas leis – que o leitor reencontra na literatura angolana moderna”. (PADILHA, 2007, p.228)

Baltazar Van Dum possui um projeto de construir uma genealogia mestiça através de sua família. Numa sociedade de castas em que a nobreza e o clero tinham posições bastante claras em relação ao funcionamento da colônia, ele buscava negociar os filhos e as filhas em casamentos arranjados para que a sua posição se mantivesse próxima da elite. Buscando a sua nobiliarquia, Baltazar enaltece os filhos: o heroísmo de Rodrigo que luta contra a ocupação holandesa, a inteligência de Ambrósio na engenharia que trará águas para Luanda e o seu próprio casamento com D. Inocência, uma “princesa” angolana.

Numa sociedade cujo sistema exigia reciprocidade entre o tráfico, a senzala e a monocultura (BOSI, 1992), Baltazar tinha que sobreviver entre os percalços da política internacional da época. A vida colonial estabelecia alianças entre o arcaico e o moderno: “um sistema agromercantil, voltado para a máquina econômica européia, com uma condição doméstica tradicional, quando não francamente arcaica nos seus *mores* e nas suas políticas.” (BOSI, 1992, p.26)

Viver num espaço de conquista, onde ainda não se efetivara a colônia africana, ao mesmo tempo em que a Europa inaugurava preocupações novas, como o processo de individuação e a privatização das sociabilidades (VAINFAS, 1997), exigem-nos lembrar que as benesses angariadas por Baltazar são, antes de tudo, frutos da expansão comercial e marítima do que o individualismo ou o familismo burguês. A grande motivação para se viver numa colônia era o enriquecimento a partir da exploração do território e de tudo que dele poderia ser retirado, incluindo os homens da terra.

O espaço da casa-grande dos Van Dum é inclusivo de filhos, agregados e escravos; espaço privativo de um patriarcalismo que se assenhorava de outros espaços da terra conquistada, em que as margens do público e do privado se tocavam. A existência de espaços privados na Europa já era difícil entre os séculos XVI e XVII, na colônia, então, não poderíamos ter uma sociabilidade privada. O contingente numérico de habitantes do espaço social, constituído pela casa e quintal dos Van

Dum, era enorme. Não havia, portanto, separação nesse espaço entre o morar e o produzir. A casa e o quintal mantinham estreita em comunicação, nada era tão particular que não pudesse tornar-se geral. (ARIÈS, 1978)

Uma das sátiras do poeta baiano, Gregório de Mattos Guerra (1684) pode exemplificar o que seria o viver social no Brasil, e por que não estender a Angola o mesmo arrazoado? : “Em cada porta um freqüentado olheiro/Que a vida do vizinho e da vizinha/Pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha/Para levar à Praça, e ao Terreiro”. (MENDES, 1986, p.27)

Seguindo a historiadora: “Portanto, a distinção clássica entre o público e o privado não se aplica à vida colonial antes do final do século XVIII e início do XIX e, ainda assim, só de forma muito tênue, pois o privado assume conotações distintas daquelas adequadas à nossa sociedade atual.” (ALGRANTI, 1997, p.89)

Se em relação aos espaços sociais, o domínio do patriarca deixava brechas para a ação dos filhos; em relação à política comercial da época, Baltazar se posicionava como um colono cuja idéia de sobrevivência engendrava múltiplas combinações filiais em que seus filhos e filhas deveriam tornar-se construtos para que o seu poder não fosse abalado de modo algum.

De certo modo, Baltazar Van Dum compartilha com Portugal o sonho de ver a nação lusitana em sua outrora grandiosidade, principalmente vivida no apogeu dos descobrimentos no início do século XVI. Portugal entrara em declínio desde a perda da autonomia política, em 1580, no momento em que Felipe II, rei da Espanha, toma posse de Portugal e suas colônias, começando um longo período de decadência que se estende até 1640.

Mesmo não sendo um reinol, Baltazar Van Dum acaba ajudando Portugal com a sua produção de filhos mestiços, implementando a agricultura, o tráfico negreiro dentro do mercado comercial do Atlântico. Vale dizer que, onde o império português impôs o modelo de feitorias de ocupação, a exemplo da Índia e da África, não houve expressiva miscigenação como no Brasil.

Na contramão, a obra de Pepetela abre fendas nos estudos sobre a família mestiça. É certo que a colonização e a sexualidade pluriétnica (VAINFAS, 1997) eram parceiras no processo de aculturação e dominação sobre os africanos. Entretanto, isso não impede a hipótese de uma gradativa africanização dos europeus colonos. No Brasil, esse escambo cultural está presente em Pernambuco, com os mamelucos; em Angola, os filhos dos Van Dum apreendem várias línguas e o *modus vivendi* não só dos africanos, mas dos europeus também. São pumbeiros (caçadores de escravos), engenheiros, guerreiros, agricultores, apresadores de escravos, ou seja, ampliam os espaços da colonização.

Sob o tripé da escravidão, do sexo pluriétnico (VAINFAS, 1997) e do concubinato se articulava as relações interpessoais em Angola. Mas, o casamento entre Baltazar e Inocência se deu na Igreja, portanto era um casamento legal. Como patriarca que era, ele queria fazer valer os interesses econômicos que defendia, arranjando os casamentos de sua prole. Nesse ponto de interferência, nem sempre logrou êxito o maluco.

Os impulsos sexuais e eróticos não sofriam repressão tácita da Igreja, principalmente se fossem os homens brancos que os concretizassem com as mulheres negras. O protótipo do casal miscigenador (MOUTINHO, 2004) seria formado pelo europeu libidinoso que se apoderava das mulheres negras lúbricas, subordinadas ao poder de seu falo. Portanto, “A predação sexual masculina tornou-se quase institucionalizada entre os brancos dominadores.” (THERBORN, 2006, p.60)

Alfredo Bosi (1992) dá um passo a mais quando se refere ao o comportamento do colonizador europeu, afirmando que a libido do conquistador “teria sido antes falocrática do que democrática, na medida em que se exercia quase sempre em uma só dimensão, a do contacto físico.”

Entretanto, o casamento dentro dos padrões sacramentado pelo catolicismo conferia ao colono notável diferença na colônia. Segundo Leila Mezan Algranti (1997), “[...] não se pode negar a importância do casamento no projeto colonizador do Estado e da Igreja, embora na prática ele tenha sido uma instituição primordialmente da elite.”

O aspecto religioso também aflora como ideologia que, na ficção, estabelece o paradoxal por meio da ironia e do contraste. No espaço do sagrado da igreja se apresenta o profano e, no espaço do cotidiano, do considerado mundano, o sentimento sublime e o maravilhoso se consolidam longe das instituições do poder.

Pepetela revela que a natureza é o espaço da sacralização e que, através dos elementos naturais, o divino também é expresso. O lago, onde o corpo de Thor é jogado, depois de ser morto por Dimuka a mando de Baltazar, por ter se envolvido com Rosário, produz flores – nenúfares.

Apanhei o colar de unhas de leão, seria útil um dia por causa das feras que vinham beber à noite na lagoa. E então eu vi. O sangue de Thor, boiando à superfície, se transformava em folhas redondas de nenúfares e delas cresciam hastes com flores brancas. Flores brancas como as dos jarros e que exalavam um perfume muito forte. Com um pau consegui puxar uma folha de nenúfar e colhi uma flor. Para oferecer a Rosário. Flor que ela guardaria para sempre. (PEPETELA, 1997, p. 247)

Pepetela reitera, ao longo da narrativa, a voz de quem perdeu a batalha colonialista e foi escravizado em sua própria terra. Porém, a voz do narrador não detém a primazia sobre as outras vozes discursivas sobre a África. O autor pretende, de certo modo, extrair dessa família mestiça a forma escamoteada de não se deixar dominar pelo europeu. Um movimento duplo em que ser filho de europeu e africano impõe pensar mestiçamente o mundo no qual se vive. A mestiçagem, então, torna-se uma dinâmica de sobrevivência em que a linearidade do modelo patriarcal, imposto pelo pai holandês, acaba por fracassar diante das vicissitudes de sua prole.

Como bem observa Gruzinski,

Ora, as mestiçagens quebram essa linearidade. Surgindo na América do século XVI, na confluência de temporalidades distintas – as do Ocidente cristão e dos mundos ameríndios –, elas as colocam brutalmente em contato e as imbricam umas nas outras. Aqui, deixa de valer a metáfora do encadeamento, da sucessão ou da substituição, que serve de base à interpretação evolucionista, pois não apenas o tempo dos vencidos não é automaticamente substituído pelos dos vencedores, como pode coexistir com ele séculos a fio. (GRUZINSKI, 2001, p.58)

A família Van Dum era orientada pela mão coercitiva do pai. Os filhos seriam modelados para os valores comerciais do período colonialista em que estão inseridos. As ações da prole deveriam girar em torno das posições tomadas por Baltazar dentro de um sistema produtivo. Mas o que vemos é que a maioria dos filhos consegue burlar a pedagogia hegemônica e branqueada do pai e, principalmente, da mãe. Os bastardos e os naturais constroem alianças e amizades, como a cumplicidade entre as filhas Catarina e Matilde respectivamente.

Assim, Pepetela, ao articular o texto, coloca em evidência o viés político. A apropriação dos textos do prólogo e das epígrafes que abrem quase todos os capítulos da obra serve para a mediação com uma nova estrutura articulatória em que o ser escravizado, apesar de todas as negações impostas pelos conquistadores, faz-se presente com seu olhar irônico e corrosivo sobre o que se passava ao seu redor. Uma testemunha muda, analfabeta, sem nome, pouco incomodaria o sistema colonial. Aliás, é assim que Baltazar o descreve, em meio às gargalhadas, quando interpelado pelo senhor Domingos Fernandes sobre a confiança em andar com um escravo mulato e deixá-lo escutar a todas as conversas:

– Não tem perigo. É mudo de nascença. E analfabeto. Até duvido que perceba uma só palavra que não seja de kimbundu. Sei lá mesmo se percebe Kimbundu... Umas frases se tanto! Como pode revelar segredos? Este é que é mesmo um túmulo, o mais fiel dos confidentes. Confesse-lhe todos os seus pecados, ninguém saberá, nem Deus. (PEPETELA, 1997, p.393)

O narrador-personagem, entretanto, através de variados referenciais autóctones, dá aos leitores a voz angolana, mestiça, colocando-nos a par de sua consciência de narrador ao encadear as diversas narrativas sobre o núcleo familiar dos Van Dum. Vale destacar, finalmente, que o conhecimento iletrado do narrador faz surgir uma materialidade discursiva em que a oralidade se eleva, legitimamente, à condição de instrumento de enunciação para contar as histórias do debuxo do colonialismo.

No relato do angolano, o autor e o narrador se encontram no processo metalingüístico de desvelar a narrativa e explicitar quem nos conta a história da intricada teia familiar mestiça. Teia real e simbólica em que o ser escravizado está

inserido numa ordem estabelecida de imposições pelo colonialismo. Porém, a oralidade do narrador nos chega para conferir autoridade ao texto ficcional.

Sempre achei que o meu dono subestimava as minhas capacidades. Bem gostaria nesse momento de poder falar para lhe dizer que até francês aprendi nos tempos dos jogos de cartas. E que bem podiam baixar a voz ao mínimo entendível que eu ouvia sem esforço, bastando ajustar o tamanho das orelhas. Mas se tão pouco valor me atribuía, então também não merecia o meu esforço de lhe fazer compreender o contrário, morresse com a sua idéia. Uma desforra para tanto desprezo seria contar toda a sua estória, um dia. Soube então que o faria, apesar de mudo e analfabeto. (PEPETELA, 1997, p.393)

Pepetela procura entender os modos de viver de uma família mestiça em Angola, numa sociedade que buscava conciliar aspirações mercantilistas e patriarcais com ideais de conquista entre portugueses e holandeses. De um lado Baltazar Van Dum cujo desafio era amealhar as benesses de ser um colono sem abrir mão do sistema escravista exportador, consolidando seu poder na região através de sua extensa família. A manutenção de uma parentela em locais estratégicos dava ao holandês o conhecimento do que estava acontecendo em Angola, em Portugal e no Brasil. A família Van Dum, assim, compõe uma rede intrincada de sólidas relações e cumplicidades que se firmavam através de casamentos que facilitavam as transações comerciais e as trocas de favores. O patrimônio de Baltazar Van Dum era composto de riqueza, prestígio e poder sobre as decisões locais. Do outro lado, o escravo-narrador, ao compor as brechas do tecido do poder colonialista mostra o quão esgarçada estava a força patriarcal sobre os filhos da casa e do quintal.

O escravo-narrador promove a fratura lingüística da história oficial do início do colonialismo europeu sobre a África. Aquele que não fala, o colonizado, abre o diálogo com os leitores na ficção. Emerge, dessa voz muda aos outros personagens, a prosa pejada de ironia pelo adensamento do papel do oprimido em outra rotação, que não aquela de colocá-lo imóvel a um canto. A fala angolana irrompe as páginas de **A Gloriosa Família** (1997), com consciência cada vez maior de seu autor sobre a escrita e a voz (PADILHA, 2007). Duas dimensões do ato cultural inerentes à literatura, a linguagem se justapõe a outras linguagens dentro de um enunciado. A

mestiçagem do romanesco, em Pepetela, se dá pelo contato e pelo conflito entre europeu e africano: dois enunciadores de mundos complementares e díspares. (BAKHTIN, 2002)

O escravo-narrador enuncia uma transgressiva biografia do seu dono, Baltazar Van Dum, próspero traficante de origem flamenga cuja habilidade para lidar com os negócios fizera dele uma figura central nos jogos de poder que disputavam o controle da máquina escravista. Gerenciando uma rede de afetos e interesses que se multiplicavam para além da sua grande família de filhos mulatos, estendendo-se a influentes amizades entre holandeses, portugueses e congolezes, Baltazar apresenta-se, enfim, como uma personagem emblemática para observarmos a construção de uma identidade mestiça produzida pelas relações humanas experimentadas em Angola.

A problemática da voz narrativa de um escravo sobre o seu dono e os recursos ficcionais utilizados testemunham a relação senhor - escravo numa visão dupla. Como na fundição de uma moeda, o explorador está ligado ao explorado e vice-versa.

Afinal o meu dono fazia coisas nas minhas costas, escondia-me dados importantes? [...] Abri mais os ouvidos e a partir dessa noite dormi ainda menos. A imaginação trabalhava para me entreter nas horas de espera. Grande sono, o meu dono, não era mesmo feio trair o seu escravo de estimação? Nunca lhe pedi nada, nem mesmo a liberdade, não perco tempo nem saliva a pedir o impossível. Não merecia ao menos um pouco de *transparência* nos seus gestos, eu que me alimento praticamente do que vejo e oiço? Não é só curiosidade vã, eu tenho *sentido da história* e da necessidade de a alimentar, embora os padres e outros europeus digam que não temos nem sabemos o que é História. Sou muito *diferente* do governador Pedro César de Menezes, que deixou perderem-se todos os documentos de Luanda [...]. [...] Depois somos nós que não temos sentido da história, só porque não sabemos escrever. Eu, pelo menos, sinto grande responsabilidade em ver e ouvir tudo para um dia poder contar, correndo as gerações, da mesma maneira que aprendi com outros o que antes sucedeu. Por isso o meu dono não tinha o direito de tentar me esconder tão magnos acontecimentos que passam na sua cabeça, mesmo se um pouco loucos. (PEPEPTELA, 1997, p.118)

Os papéis estereotipados do colonizador e do dominado estão invertidos numa clara postura paródica. Ou seja, os lugares das identidades estão numa ordenação outra

que não aquela cujo discurso colonial asseverava como local de poder. Os sujeitos da colonização – quer seja o colonizador, quer seja o colonizado – ultrapassam a generalização; estão colocados numa projeção e introspecção que marcam, sem rigidez, as suas, posições na colônia. (TUTIKIAN, 2006)

Pepetela nos apresenta a família mestiça, em seu dinamismo, a provocar erosão no sistema patriarcal importado da Europa. Inegável dizer que a constituição de uma família deu a Baltazar a chance de enriquecer em Angola; foi, a seu modo, o “cimento” de sua construção de parentes próximos e distante; de filhos da casa e do quintal; de escravas do eito e da cama. “O complexo simbólico” (PETRINI, 2003, p.86) da família Van Dum desobedece ao padrão secular, ainda que esse fosse imposto pelo processo colonialista, ainda que a ordenação do mundo fosse europeia numa incipiente colônia, o que predomina é o plano discursivo do angolano, escravo-narrador, cuja materialidade discursiva articula um outro olhar para o mundo dos europeus e da família.

Ao construir uma ficção histórica, em **A Gloriosa Família** (1997), Pepetela incorpora as mudanças do próprio discurso histórico; incorpora o descentramento, o questionamento, a desconstrução da história tradicional na contemporaneidade. (CUNHA, 2006)

[...] a narração e o narrado incorporam também tendências recentes, como a vontade de construir um contraponto à história dos dominantes que possibilite a expressão dos dominados; ou, ainda, construir uma história das mentalidades que relegue a um plano secundário o acontecido para penetrar e espriar-se na malha complexa dos discursos, das representações e do simbólico [...] (CUNHA, 2006, p.85)

Para Pepetela, o gesto de ruptura com os valores e representações construídos pelo imaginário do colonizador se evidencia fortemente na voz do escravo-narrador cujo discurso povoado de versões dá vazão ao imaginário do colonizado. (CUNHA, 2006)

Em suma, o enredo da obra evidencia uma representação familiar em que a dominação patriarcal não apresenta os subordinados passivos ou incapazes de buscar a consecução dos seus objetivos. A família, então, é vista de duas formas: na primeira, como um lugar fixo de negociação para o pai, Baltazar Van Dum. Na

segunda, como um lugar flexível para a maioria dos filhos que orientavam a sua vida para além da vontade do patriarca. Na voz do narrador, vemos as entrelinhas da narrativa, trata-se da produção de um novo texto, um “contratexto”, a mostrar como a ferrugem das ações dos filhos corroíam os alicerces do frágil patriarcalismo em Angola.

3. UMA FAMÍLIA NO TEMPO DOS MALUFOS

3.1 ANGOLA, LUGAR DE AFRICANOS, LUSOS E MALUFOS NO SÉCULO XVII

Parte da África Central Ocidental, Angola compreende os seguintes países: Camarões, Gabão, República do Congo, República Popular do Congo e a Zâmbia. Essa região é formada por desertos e floresta Equatorial e por savanas. Os povos de língua Bantu foram os responsáveis pelo desenvolvimento dessa região no passado. Atualmente, na África Central Ocidental, quase toda a população é de origem Bantu. (PANTOJA, 2000)

Antes dos povos Bantu chegarem à África Central Ocidental, os bosquímanos que eram caçadores e coletores habitavam essa região. Eram nômades e não possuíam uma língua própria ao grupo. A chegada dos povos Bantu marcou uma troca: de um lado houve a absorção lingüística por parte dos bosquímanos, além da introdução das técnicas metalúrgicas; de outro, a aprendizagem das técnicas de caça pelos povos Bantu. (PANTOJA, 2000)

A cultura do inhame foi a atividade agrícola mais antiga na África Central. O seu cozimento se dava através do óleo de palmeiras que eram cultivadas na zona das florestas. Nas savanas, se encontrava a cultura de cereais. O uso da metalurgia na agricultura produzia um crescimento e alargamento para as áreas dos lagos e das savanas. Surgiram, então, plantações de banana, milho e mandioca. De forma paralela ao cultivo dos cereais se deu a domesticação de animais, como: cabras, galinhas, carneiros e gado bovino. (PANTOJA, 2000)

Os bantus viviam em aldeias cuja organização se dava em linhagens matrilinear e patrilinear. Entretanto, o regime de residência virilocal (o casal deveria viver na aldeia com a família do marido) favorecia a estrutura aldeã e enfraquecia as linhagens. Portanto, o poder dos chefes políticos era representado pelo ato de ser o primeiro a ocupar determinada terra. (PANTOJA, 2000)

Segundo a historiadora, “No século XVII não havia uma região ‘angolana’: Angola era como os portugueses chamavam as sociedades africanas situadas ao sul do Zaire, e isto porque um dos chefes dessas sociedades tinha o título de Ngola.” (PANTOJA, 2000, p.80)

Angola está localizada entre a África Central e a Meridional. O oceano Atlântico está a oeste. Do ponto de vista da hidrografia, há uma profusão de quatro grandes bacias: do Zaire, do Kwanza, do Cunene e do Zambeze. A maior e mais importante é a bacia do Kwanza por estar totalmente no território angolano e desaguar no Atlântico.

Esses rios são os principais sistemas de comunicação que davam acesso aos mercados e às feiras. A população do litoral baseava a sua sobrevivência na pesca, na agricultura e prática da pastorícia. Utilizavam a navegação de cabotagem ao longo da costa com embarcações construídas com instrumentos de ferro extraídos, das minas localizadas na floresta próximas a embocadura do Kwanza. (PANTOJA, 2000, p.52)

Apesar de chegar a Angola em 1520, a Corte portuguesa só se convenceu, em 1571, que deveria fundar a Capitania e a Governança de Angola no mesmo molde das capitanias hereditárias do Brasil; tornando, em 1575, Paulo Dias Novais o seu donatário. Entretanto

O que o donatário não conseguia era fazer valer os seus pretensos direitos sobre o comércio, sem indignar os brancos e mulatos que mercadejavam no litoral, muitos dos quais, nascidos em São Tomé, em Cabo Verde ou no continente africano, reinos degredados ou cristãos-novos de volta ao judaísmo, não se sentiam obrigados a obedecer-lhe nem ao rei de Portugal. (SILVA, 2002, p. 408)

Para o rei da Espanha e I de Portugal, Angola seria um novo Peru. Portanto, em 1591, Felipe II nomeia um novo governador-geral, D. Francisco d'Almeida para a conquista definitiva dessas terras africanas. As guerras se sucederam através de negociações pelo suposto ouro das minas até 1603, quando os europeus descobrem que as amostras colhidas eram de chumbo, não havendo ali nem mesmo prata. (SILVA, 2002)

A Europa tinha necessidade de ouro e prata. A Espanha assentava seu poder sobre os metais preciosos que achava no México e Peru. Portugal tinha o ouro que fosse buscar em Mina. Naquela época, o Brasil nada mais era do que colônia de segunda importância, sendo suas principais fontes de recursos a cana de açúcar e a madeira de tintura chamada pau-brasil. (VERGER, 1987, p.10)

O rei Felipe III de Espanha e II de Portugal, decepcionado, suspende as guerras e ordena “Que se ficasse onde se estava, a traficar com escravos”. (SILVA, 2002, p.415)

O porto de Luanda era movimentado pelo comércio de marfim, cobre e um pouco de cera, mas o principal produto comercializado era o escravo:

Já se contaram em 52.053 cabeças embarcadas entre 1575 e 1591, sem que no cálculo estivessem incluídas as peças que, para burlar o pagamento de impostos, não se declaravam, nem as que seguiam em contrabando. (SILVA, 2002, p.414)

A vila de São Paulo de Assunção de Luanda, fundada em 1576, ascendeu à condição de cidade no ano de 1605. Constituindo-se na primeira fundação urbana europeia no ocidente africano. Para os objetivos da coroa portuguesa na região, o estabelecimento dessa vila foi fundamental, uma vez que a localização geográfica oferecia os elementos necessários para a futura fundação do centro político, administrativo e militar da conquista. Ademais, o seu porto natural e a sua posição propiciavam a penetração pelo interior, através do rio Kuanza. Esses dois fatores não só asseguravam o fornecimento e o tráfico atlântico de escravos, mas também o caminho a Cambambe, onde estariam as lendárias minas de prata. (REGINALDO, 2005)

Com o fim da Trégua de Doze Anos (1609-21), as hostilidades e disputas territoriais e econômicas entre os espanhóis e os holandeses se acirram. Para os holandeses, o alvo era duplo, ou seja, os portos comerciais lusitanos do Atlântico estavam conjugados no Brasil e na África. Em 1642, a Companhia das Índias Orientais planeja apossar-se de Luanda e da Bahia açucareira. O plano era ter os canaviais e provê-los de trabalhadores. Na Bahia, os holandeses obtiveram um transitório êxito, porém em Angola, nada conseguiram. Entretanto, já estava construído o “arco transcontinental da ofensiva no Atlântico.” (ALENCASTRO, 2000, p.218). Decorreram 17 anos, para que os barcos oriundos de Pernambuco tomassem Luanda, Benguela e a ilha de São Tomé. Em agosto de 1641, os holandeses chegaram a Luanda:

[...] eles haviam saído de Pernambuco com 21 navios e cerca de três mil homens, dentre os quais três companhias de brasilienses (200 ameríndios e provavelmente alguns mamelucos) e, apesar das perdas durante a travessia, apresentavam uma ampla superioridade em relação aos portugueses. Estes, após uma resistência desesperada, fugiram para o interior. (SILVA, 2002, p. 466)

Ao conquistar dois pólos da economia: um produtor de escravos, outro produtor açúcar. Os holandeses triunfam, temporariamente, em sua empreitada econômica. “Luanda fora o alvo escolhido porque constituía o principal mercado de escravos. Sem eles, o cultivo de cana-de-açúcar no Brasil parecia impossível.” (ALENCASTRO, 2000, p. 214)

Holandeses, no litoral, e portugueses, no interior, reproduziam na África o momento de paz entre Holanda e Portugal na Europa. Porém, isso era uma simulação. As disputas e hostilidades seguiam entre os dois colonizadores: nem os holandeses queriam abdicar da conquista completa de Luanda, nem os portugueses se conformavam em perder o litoral para os holandeses. Esse *modus vivendi* mantinha, aparentemente, a calma na região. De um lado, o governador português, Pedro César Menezes, de outro o representante do Congo, o *maniluanda*, D. Cristóvão Corte-Real e a rainha Jinga que negociava tanto com os portugueses, como com os holandeses, o tráfico negreiro, além de dominar terra e rios com um grande exército. Jinga, ou Nzinga, construiu um grande arco de alianças durante a invasão holandesa: com o rei do Congo, com portugueses e com holandeses. Um tratado de paz só foi possível com Jinga em 1683, quando ela se converteu, pela segunda vez, ao catolicismo. (ALENCASTRO, 2000)

Em 1641, Portugal

[...] era, a um só tempo, aliado e inimigo dos Países-Baixos: aliado por uma luta comum contra o opressor espanhol e em estado de guerra nas diversas possessões portuguesas, pois os interesses das poderosas e privilegiadas Companhias Holandesas das Índias Orientais e Ocidentais estavam em conflito com aqueles dos portugueses na África, Brasil e Índias Orientais. (VERGER, 1987, p. 10)

A fim de garantir a duradoura posse dos territórios conquistados da América portuguesa, o governador da Nova Holanda, João Maurício de Nassau-Siegen

(1636) acreditava que a liberdade de comércio atrairia novos colonos norte-europeus, principalmente para o Brasil.

Saído da Holanda, Nassau, o príncipe humanista, se assenhoreia de uma base colonial portuguesa cujo modo de exploração o induz a varrer o 'escrúpulo inútil' de seus patrícios e a incorporar o escravismo no caçulo econômico dos burgueses de Amsterdam. (ALENCASTRO, 2000, p.211)

Para substituir Pedro César de Menezes, chega a Luanda o novo governador português, Francisco de Soutomayor em 1645. Vindo do Rio de Janeiro com 240 soldados, alguns deles veteranos de lutas contra flamengos em Pernambuco; trouxe, também, ameríndios com ele, para o começo dessa luta da reconquista, ou como ficou conhecida no final: a restauração de Angola.(SILVA, 2002)

Foi com Salvador-Correia de Sá, em 1649, que se deu a queda dos holandeses na África.

Mais de mil holandeses, alemães, franceses embarcaram em seguida para a Europa. Em outubro, os portugueses recuperaram Benguela, mas somente em janeiro de 1649, e mediante pagamento aos flamengos, pelos moradores da ilha, de uma indenização de 37 mil patacas, São Tomé voltou ao controle de Lisboa. (SILVA, 2002, p. 478)

As lutas entre portugueses e holandeses em Angola revelam os objetivos polarizados do tráfico negreiro, ou seja, uma luta pelo controle das zonas africanas, produtoras de escravos e das zonas brasileiras, produtoras de açúcar. Segundo Alencastro,

Três fases costumam dividir a periodização do conflito luso-holandês na América portuguesa: a resistência ao ocupante (1630-37), a colaboração com o ocupante (1637-45) e a restauração da soberania portuguesa (1645-54). Pensado no contexto transcontinental do Atlântico Sul, onde se situa seu teatro de operações, (1621-30) e, no final, o contra-ataque lusitano e brasileiro em Angola (1648-65). (ALENCASTRO, 2000, p.190)

Depois da restauração portuguesa em 1648, Luanda tornara-se, por conta da intensificação do tráfico de escravos para a América, "o maior porto negreiro do Atlântico". (ALENCASTRO, 2000, p.288). O que proporcionou a Luanda ganhar sua conformação urbanística com definições mais nítidas:

No século XVIII, a cidade estava dividida em centro e periferia. O centro, por sua vez, subdividia-se em duas zonas, uma administrativa – cidade alta – e uma zona comercial – cidade baixa. Na cidade alta se concentrou o centro dos poderes político, militar e religioso da conquista. O palácio do governo, a residência episcopal, a matriz da Freguesia da Sé (Nossa Senhora da Conceição), a Santa Casa de Misericórdia e a maioria dos conventos da cidade. (REGINALDO, 2005, p.29)

Todo esse cenário histórico se torna imensa moldura para as ações narrativas em que a família mestiça se movimenta, em meio às peripécias e manobras econômicas do maluco Baltazar, a fim de sobreviver em Angola, durante a invasão holandesa. A família Van Dum constituiu-se, então, numa planta baixa de arquitetura, isto é, cada filho ou filha age sob a geometria do engenheiro Baltazar, artífice das relações com portugueses, africanos e holandeses. A família Van Dum e seus agregados não são somente testemunhas da história sobre a África; são, em grande medida, fazedores de histórias no espaço exíguo, entre as divergências do poder colonialista.

O interesse dos holandeses não se restringia apenas à África. O Brasil também era focado, sobretudo por conta do açúcar. Conforme Alberto da Costa e Silva (2002), “Os holandeses não se satisfaziam com romper o monopólio lusitano. Queriam substituir os portugueses como senhores do Atlântico e do Índico.” (SILVA, 2002, p.464), o que provoca a indagação: no imaginário do colonizador não haveria uma espécie de visão unificadora de culturas, de modos de viver, de ordenação social, e, especialmente, de ordenação familiar?

Evaldo Cabral de Mello (2003) se debruçou, em vários de seus estudos, ao entendimento dos matrimônios estratégicos e da endogamia predominantes nas famílias de Pernambuco. O casamento entre os primos se destacava, seguido de perto pelo matrimônio entre os filhos. Isso não invalida as relações periféricas com seus filhos fora do casamento. Os filhos ilegítimos eram muitos, e estavam bem perto das famílias naturais muitas vezes. No Brasil quinhentista, então, conviviam, de forma bastante desigual, os casais da terra, não reconhecidos pela Igreja, cujos parceiros pertenciam a etnias diferentes, e os casais estruturados segundo os padrões do Reino.

Já em Angola, no século XVII, portugueses, holandeses e franceses estavam ali em busca do negócio do tráfico negreiro. Não vieram com suas famílias, nem queriam constituir famílias ali. A Igreja regulamentava os matrimônios dos europeus que assim o quisessem, mas nada podia fazer contra a “luxúria dos trópicos, abaixo do Equador.” (ALENCASTRO, 2000)

O modelo patriarcal foi, historicamente, o primeiro a estruturar a família brasileira. Visto como “civilizador” e ordenador social, na colônia, o patriarcalismo combateu a anomia de qualquer outra organização familiar. Alicerçado numa estrutura econômica agrária, latifundiária e escravocrata, o patriarcalismo ainda contou com a ajuda de outros fatores para se assentar no Brasil - colônia: a falta de uma centralização administrativa local e a dispersão populacional.

Localizada, nos primeiros séculos da nossa história, principalmente no ambiente rural, dispersa pelos latifúndios monocultores, condicionou seus membros a uma certa trama de relações aparentemente estáveis, permanentes e tradicionais. Nesse contexto era quase uma contingência para os indivíduos de se incorporarem às famílias ou grupos de parentesco, que funcionavam ao mesmo tempo como organizações defensivas e centros de propulsão econômica. (SAMARA, 1987, p.11)

O poder da família afetava, portanto, a Igreja e o Estado, na colônia; afetando, também, as relações comerciais, sociais e políticas. Então, não apenas os filhos, a mulher e demais dependentes estavam sob a autoridade do pai, chefe da família, o patriarca, mas tudo aquilo que estava em seu entorno sofria a sua apreciação e escolha de mando.

Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, entre os anos 1930-1950, publicam obras em que descrevem a família patriarcal como sendo rural e extensa, do período colonial até o século XIX. A partir do século XX, por conta do urbanismo crescente, no Brasil, a família se transforma em nuclear.

Autor pioneiro no estudo da família no Brasil, Gilberto Freyre desenhou o perfil patriarcal para a família brasileira, principalmente durante o período colonial. Oliveira Vianna, estudando as raízes coloniais e a evolução de nossa sociedade, voltou-se, também, para a família senhorial e as relações de parentescos. (SAMARA, 2003)

Podemos, então, descrever o modelo patriarcal como sendo constituído por um grupo extenso de núcleo conjugal e prole legítima a que se incorporam afilhados, agregados, escravos, parentes, concubinas e bastardos. Todos protegidos pelo patriarca: seja na casa-grande, seja na senzala. A casa-grande seria a representação espacial dessa família patriarcal para onde convergia a política, a economia e a religião, ou seja, todas as instituições sociais da colônia estariam ligadas diretamente na trama do patriarca.

Esses teóricos defendiam que a força do patriarcalismo colonial se dava pela própria estrutura da colônia, uma vez que Portugal não conseguia representar-se politicamente em seus domínios, deixando brechas, cada vez maiores, para que o proprietário de terras tomasse o poder local.

Por outro lado, estudos mais recentes sobre a família brasileira dos séculos XVII, XVIII e XIX, observam transformações em sua estrutura, ou seja, mostram a existência de famílias mais simplificadas e com menos componentes. Eni de Mesquita Samara (1998) destaca o equívoco de simplificar o conceito de família brasileira, principalmente nos séculos XVIII e XIX, como sendo sinônimo de família patriarcal ou extensa.

[...] a família paulista do passado (especialmente dos séculos XVIII e XIX) não apresentava as mesmas características de composição se comparadas às encontradas nas áreas de lavoura canavieira do Nordeste brasileiro do período colonial. Concluimos, portanto, pela ineficácia de se utilizar um conceito genérico como adequado para representar a sociedade brasileira como um todo. (SAMARA, 1987, p.18)

Nos anos 50 e 60, do século XX, houve uma revisão sobre as teorias anteriores sobre a família brasileira. Destacam-se estudiosos, como Antônio Cândido de Mello e Souza, Emílio Willens, Donald Pierson, Oracy Nogueira e Thales de Azevedo que acrescentaram aos estudos a questão da estrutura e organização das famílias, englobando não só os casamentos, mas também o divórcio. (SAMARA, 2003)

A década de 1960 foi, sem dúvida, aquela que nos forneceu novos estudos sobre a família brasileira ao enfatizar a questão do poder e das parentelas, os autores acima

“buscaram as bases patriarcais da sociedade brasileira e o entendimento das relações sociais e raciais.” (SAMARA, 2003)

Se a década de 1960 se fechava com a máxima de que era “impossível pensar o Brasil sem pensar em família” (SAMARA, 2003), por seu turno a década de 70 trazia novos avanços para o estudo da família brasileira. O primeiro, indubitavelmente, foi admitir

[...] ser impossível conceber uma imagem única de família aplicável ao longo do tempo para os vários segmentos sociais. Havia de se ter em mente as diferenças de raça e de classe para se entender a sociedade brasileira. Para o conjunto da população foram desvendados comportamentos, atitudes e valores que divergiam do ideal concebido ao modelo patriarcal. (SAMARA, 2003, p.20)

As décadas de 1970 e 80 introduziram ao debate questões, como: testamentos, divórcios, legitimação dos filhos, crimes passionais, sexualidade etc. O que derivou em novos campos de pesquisa: “sobre a mulher, a sexualidade, a criança e as relações de gênero”. (SAMARA, 2003)

O que pode ser notado é que a família é de suma importância para compreender a formação da sociedade brasileira nos primeiros séculos de colonização. Stuart Schwartz (1988), afirma que a sociedade brasileira, na colônia, mesclou concepções medievais e clássicas na sua hierarquia e organização, contudo as questões de raça, cor e condição social favoreceram a um sistema de gradações que a diferenciavam do modelo (hipotético ou ideal) da família da Metrópole.

Nesse sentido, o estudo de uma sociedade patriarcal e escravocrata e as suas relações com o poder europeu, em áreas de disputas coloniais, como Angola e Pernambuco, no século XVII, interessam-nos para a investigação, a partir da ficção histórica de **A Gloriosa Família** (1997) em que se evidenciam “algumas estratégias familiares de manutenção de poder e de status social”. (SAMARA, 2003)

Darcy Ribeiro (1995) defende a tese de que a formação do povo brasileiro se constitui através da instituição social do “cunhadismo”, ou seja, a incorporação de estranhos à comunidade indígena. O processo de incorporar o estranho era simples: uma jovem índia era dada ao europeu como esposa. No momento em que

ele a assumisse assim, todos os membros da comunidade tornavam-se seus parentes.

Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão-de-obra para os trabalhos pesados de cortar paus-de-tinta, transportar e carregar para os navios, de caçar e amestrar papagaios e soins. Mais tarde serviu também para fazer prisioneiros de guerra que podiam ser resgatados a troco de mercadoria, em lugar do destino tradicional, que era ser comido ritualmente num festival de antropofagia. (RIBEIRO, 1995, p.82)

Ainda, de acordo com Darcy Ribeiro (1995), a mestiçagem se fez, no Brasil, através do “cunhadismo”. Portugal, evidentemente, não via isso como bons olhos, pois qualquer europeu podia manter relações comerciais com os nativos da terra, tendo-os do seu lado para facilitar o escoamento das riquezas. A mestiçagem, envolvendo inicialmente europeus e índios, possibilitou a aproximação com a língua e com a cultura indígena a fim de viabilizar a economia mercantil que funcionava através do escambo em que artigos europeus eram trocados pelas mercadorias da terra.

No Brasil quinhentista, João Ramalho é considerado o fundador da paulistanidade (RIBEIRO, 1995), cujos relatos históricos comprovam que, em Santo André, os estrangeiros, entre eles, Ulrich Schmidel, sentiam-se mais seguros na aldeia de índios de Ramalho do que em qualquer parte da colônia. A figura de João Ramalho levantava controvérsias entre os poderes que se instalavam na colônia: Tomé de Souza o admirava, já o jesuíta Nóbrega se horrorizava com o seu comportamento polígamo.

Na Bahia, Diogo Álvares Correia, “o pai heráldico dos baianos” (RIBEIRO, 1995), é, também, exemplo do “cunhadismo” como prática corrente dos lusitanos que, “cordialmente”, se misturavam aos índios. Em Pernambuco, a Jerônimo de Albuquerque, líder português, que associado aos Tabajaras expulsou os franceses do Maranhão, se atribui a formação mameluca desses lugares.

A esses homens são atribuídos o mito fundador de nossa brasilidade. Entretanto, faz-se necessário diferenciar formação e fundação de um mito de brasilidade. Segundo Chauí (2000), a formação engloba não só os fatores econômicos, sociais e políticos produtores dos acontecimentos históricos, como também a continuidade ou

descontinuidades, ou seja, a transformação daqueles acontecimentos, encarados como processos temporais.

Para Chauí,

Diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. (CHAUÍ, 2000, p.9)

Os dois termos, formação e fundação, estão lado a lado nas representações da realidade. O mito fundador transcende os relatos históricos, a fundação da brasilidade; o fundamento se apóia num conjunto inicial de elementos representativos da realidade, em dado momento da formação histórica. Já a formação reorganiza esses elementos “tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo.” (CHAUÍ, 2000, p.10)

Essa digressão foi necessária não somente para fazer ecoar entre nós a reflexão encetada por Pepetela, como também para o retorno ao fulcro da argumentação. O patriarca Baltazar se relaciona tanto como o fundador e o formador de uma nova gente: os filhos mestiços que produz tanto com sua mulher oficial, Dona Inocência, como com as escravas da senzala/quintal. Os corpos negros de uso e frutos, dentro de uma mentalidade falocêntrica e econômica, também, se misturam numa logicidade mercantilista, própria da que caracteriza o modelo colonialista da época. A família, então, pode ser entendida como entrelaçamento da vida pública (o quintal) e a vida privada (a casa). Dois espaços que entrecruzam trazendo variadas conseqüências para a narrativa do grupo familiar. Baltazar, de certa forma, torna-se o narrador dos destinos da maioria dos filhos.

Em todos os capítulos da obra **A Gloriosa Família** (1997), Pepetela se utiliza de variadas epígrafes, retiradas do arquivo colonial e histórico de procedência européia,

em sua maioria, excetuando-se as palavras de Cadornega, empreendendo um painel de discursos eurocêntricos sobre a África. O que deseja Pepetela?

Primeiramente, trazer à tona os discursos hegemônicos sobre a África para, em seguida, através do narrador-escravo, a partir de foco interno, nativo e local, multiplicar o fato em vários ângulos a fim de construir versões possíveis para a certeza do relato europeu. Num jogo especular entre a história oficial, retida nas epígrafes, e as versões do narrador, em sua narrativa legitimada por ser um homem da terra, cuja observação perspicaz e extraordinária, o autoriza a desfocar a história oficial.

Segundo, Pepetela busca, em cada capítulo, jogar luz sobre determinado filho de Van Dum. Cada filho tem uma história que se junta à grande história dessa família gloriosa. Assim os casamentos de seus filhos, o nascimento de seus netos, as mortes sob o mando de Baltazar compõem a criação de um grupo que representa a própria nação angolana, composta de personagens de nacionalidades diversas que convergem para esse núcleo familiar cuja figura central é o seu fundador. A previsão de Matilde sobre a ocupação dos malufos em Angola é bastante relevante para o pai que estabelece, em seu projeto familiar, o hibridismo cultural, como forma de alicerçar o seu poder, durante o domínio de sete anos dos holandeses. A presença dos fatos históricos é moldura para o desenvolvimento de micro-narrativas diversas acerca dessa família e o respectivo contexto social de sua formação.

A família de Baltazar Van Dum constitui-se em metáfora da formação da nação angolana: um europeu sem posses, desgarrado de seu mundo, vem para a África atrás de enriquecimento fácil pelo comércio de escravos e casa com a filha de um soba, um nobre africano e, juntos, geram onze filhos, dos quais três não sobrevivem. Contudo existem três substitutos, bastardos do quintal, filhos de Baltazar com escravas distintas. Seus filhos se relacionam com pessoas advindas da Europa, da África, e até do Brasil, como Angélica Ricos Olhos. Os filhos dessa geração são mulatos ou mestiços.

São vários fios de histórias miúdas que se entrelaçam, às vezes em nó cego, às vezes em laço. Pequenos acontecimentos que vão marcando a ferro e fogo, a vida

dessa família: como a história de Thor, africano, que morrerá longe de sua família; como a de Dolores, africana e escrava do quintal que teve um filho de Hermenegildo, isto é, produziu um neto para os Van Dum, mas que foge com a criança de nome Gustavo. Henri, o filho de Matilde, depois batizado de Henrique, é o neto que permanece na família. Esse neto é batizado duas vezes. Recebe, portanto, dois nomes, porém o que prevalece é o nome português e católico.

O seqüestro da criança mestiça, Gustavo, pode ser encarado como uma metáfora para a identidade angolana, mestiça, ambígua, em que, mormente, há o destaque para o elemento europeu sobre a ancestralidade africana. Neste sentido, a grande família de Baltazar é formada por diversas origens distintas, os filhos do casal constroem, como os pais, uma descendência de mestiçagem na África.

A maior parte paridos de D. Inocência, outros feitos no quintal, cujas mães escravas já tinham atravessado o mar, exigência da esposa oficial pela lei da igreja. Os filhos todos eram mulatos, como eu, mas havia tonalidades diferentes e uns tinham olho azul, outros verde e ainda outros castanho. Do casamento tinha ele oito filhos, do quintal o número era incerto. (PEPETELA, 1997, p.21)

A narrativa histórica de Pepetela busca investigar a origem e as estratégias da mestiçagem do povo angolano. No romance, as mulheres brancas são pouquíssimas. Quando aparecem, são destacadas como prostitutas ou como assexuadas, como as prostitutas Madame Gigi e Angélica Ricos Olhos, e Dona Maria, a dona da bodega em Luanda, respectivamente. A mestiçagem, então, se dava num movimento duplo: homem branco sobre mulheres negras fossem elas desposadas dentro do catolicismo, fossem elas apenas para “deitar no capim” (PEPETELA, 1997), esse era o caso de Baltazar Van Dum. O outro movimento era o composto pelas relações entre os filhos de Baltazar e as mulheres da terra, excetuando-se o casal formado por Ambrósio e Angélica, porquanto as filhas de Baltazar eram casadas com os europeus – fossem holandeses, portugueses, franceses, de preferência cristãos, nem que fosse cristão-novo, como Antônio Pereira, marido de Gertrudes.

A família Van Dum representa, metonimicamente, a nação angolana. O recorte temporal e espacial de Angola, no século XVII, é focado na cosmopolita cidade de

Luanda, fundada pelos portugueses em 1575, em que o contexto colonial do tráfico escravagista, os conflitos religiosos entre holandeses adeptos do calvinismo e os portugueses, do catolicismo se entrecruzam; a luta pela conquista do rio Kwanza, caminho do litoral para o interior, onde se conseguiriam mais escravos, o combate com Ndongo e seus poderosos jagas, guerreiros violentíssimos. Ao transportar a cena da narrativa ficcional para o passado, Pepetela busca encená-lo a partir da ligação dos Van Dum com o colonialismo. O movimento da narrativa são os negócios do patriarca holandês Baltazar Van Dum que envolve, prioritariamente, a sua família.

A família Van Dum ou Van-Dúnem é vastíssima, ainda hoje, em Luanda e arredores, considerada uma das mais conhecidas famílias mestiças cuja constituição está relacionada a uma burguesia europeizada e instruída durante o século XIX. Sua importância social é atribuída à imigração portuguesa em massa pós-Ulтимatum e, sobretudo pós-Ato Colonial, tornando-se uma elite depois da independência, que coincide com o êxodo massivo dos brancos em 1975. A relevância de um sobrenome notadamente europeu contribuiu, efetivamente, para isso. (PINTO, 1999)

Em meados do século XVI, já havia, ainda que em pequena escala, a comercialização de escravos angolanos pelos portugueses. A partir de 1600, com o açúcar de Pernambuco e da Bahia tornando-se o principal produto agrícola do mundo, o fluxo de escravos saídos de Angola para o Brasil torna-se substancial. (MILLER, 1999)

Os carregamentos de escravos, quase todos próximos de Luanda, tornaram-se o foco da inveja holandesa na década de 1620 e, durante algum tempo, foram controlados pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, durante sua ocupação no nordeste brasileiro e das possessões portuguesas na África, na década de 1640. (MILLER, 1999, p.15)

A ocupação de Luanda pelos holandeses obrigou aos portugueses a procurar outras alternativas para a continuação do fornecimento de escravos de Angola aos engenhos da América portuguesa. Em 1643 o Conselho Ultramarino considerava que, dado o processo de paz com a Holanda, os vassalos do rei português podiam continuar o seu comércio, à foz do Cuanza. Durante a permanência dos holandeses

em Luanda (1641-1648), o complexo colonial buscava garantir a mão-de-obra escrava para a produção de açúcar. A ocupação holandesa dura até 1648, quando Portugal restabelece, através de Salvador Correia de Sá e Benevides, o poder lusitano em Angola.

Em 1648, ocorreu a restauração de Angola, ou seja, Portugal retoma a soberania sobre o comércio de escravos de Angola para o Brasil. Vale destacar que a restauração foi realizada pelo sul do Brasil e não por Portugal, uma vez que

Sob a autoridade formal de Portugal, as exportações de escravos diminuíram em Angola durante a segunda metade do século XVII, uma vez que os formuladores da política em Lisboa haviam consolidado uma aliança comercial com a Inglaterra e procuraram estimular reformas econômicas em todo o Império Português, de forma a ressarcir os custos pesados da dominação espanhola, as três décadas de luta contra os holandeses, a perda do mercado asiático de especiarias, o declínio dos preços do açúcar e a competição acirrada com os britânicos nas Índias Ocidentais. (MILLER, 1999, p.16)

No romance, convergem vários discursos sobre o século XVII, em que ocorrem intensas e distintas trocas culturais, uma vez que Angola é um espaço de convivência de países diferentes – Portugal, Holanda, Brasil e Angola – o que determina uma narrativa múltipla, em que diferentes cosmovisões se encontram.

3.2 A FICÇÃO HISTÓRICA E O NARRADOR-TRANSGRESSOR

A intertextualidade manifesta-se, no texto de Pepetela, entre a ficção e a história. O olhar e a voz do excluído se apresentam nas versões ao discurso histórico presente nas epígrafes de abertura de cada capítulo, com exceção do último. Dessa forma, ocorre um diálogo transgressivo entre os conteúdos ideológicos que envolvem a presença holandesa no Brasil e em Angola. Uma vez que as guerras holandesas ainda não foram suficientemente investigadas dentro da História, a tênue linha que une ficção e realidade sustém a profusão de pormenores que contribuem para a sua recriação no romance.

Refiro-me ao que Jim Sharpe (1992) denomina de “A história vista de baixo”, a qual mapeia, de forma minuciosa, um vasto campo de documentação, dos relatos orais ao documento escrito, guardado em arquivos públicos. Para Sharpe, o escritor, ao adotar esta linha de baixo para cima, usa a imaginação para criar o liame entre o real e a ficção.

Concebe-se a ficção como o espaço de produção de sentidos, reveladora dos valores significativos e dissimulados, muitas vezes, nos discursos oficiais sobre a missão colonizadora e sobre a imposição ao povo autóctone dos sistemas organizados e simbólicos dos europeus, a saber, a língua e a religião que juntas, através da catequização, formaram uma única força a serviço da Metrópole.

Segundo o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy:

História, aqui, é preciso dizer, está entendida não como uma ciência “exata”, moldada nos parâmetros do século passado [do século XIX], e sim como um saber construído com critérios metodológicos que remetem às evidências do acontecido e que se articulam ao longo do tempo, promovendo versões dos fenômenos; literatura, por sua vez, como uma produção que, mesmo tendo compromisso direto com a “realidade”, admite a invenção como maneira de sugerir o que poderia ter se passado, mantendo um vínculo irrestrito com a boa solução estética sem contudo ser um “espelho do mundo” ou desmentir a inventividade. (MEIHY, 1993, p. 142-143)

A história contada pelos próprios historiadores há muito deixou de ser unificada e homogênea. Ao contrário, compõe-se de uma polifonia e multiplicidade de parciais fatos e de relatos contraditórios. A história como relato está em voga, indo na contramão das filosofias totalizantes da história. De acordo com o crítico literário Alfredo Bosi, o estatuto menos rígido das ciências humanas, no século XX, acabou aproximando as fronteiras entre literatura e história, transubstanciando um discurso no outro.

Tanto a prosa do historiador quanto a prosa do narrador têm que se valer dos signos, têm que se valer das metáforas, têm que se valer daquilo que há de mais profundo e primeiro, que é o próprio uso da linguagem. (BOSI, 1992, p.138)

A ficção histórica é tomada aqui como nódulo dramático cuja articulação discursiva busca desvendar a teia do mundo patriarcal e as brechas construídas no ténue

espaço das negociações e conflitos dentro da família, em sua condição de terra conquistada, na África, precisamente em Angola. Esses elementos são norteadores de nossa pesquisa, que visa destacar, no espaço privado, os perfis dos personagens, suas condutas no ambiente do lar quando experimentando a intimidade, nas ocasiões em que tecem recíprocas inflexões que conferem a identidade de cada um, neste “espaço privado familiar”.

A obra de Pepetela é ficção histórica em que o olhar crítico sobre a história oficial se interpõe, provocando rasuras no relato em que se assentavam os enunciados dos europeus sobre a África. Isto é, há uma busca, em Pepetela, de uma identidade narrativa, ou seja, de um sujeito narrativo capaz de contar a sua história, em que a mestiçagem cultural da colonização sofre uma inversão narrativa, colocando em relevo um modo de olhar que vem de base, por assim dizer, que se projeta de baixo para cima, do indivíduo escravizado para o senhor, produzindo efeitos analíticos para além da bizarrice.

Pepetela redimensiona o passado em Angola sob a perspectiva de uma família mestiça cujos enlaces afetivos e econômicos se concretizam em prol da sobrevivência dos seus entes naturais e bastardos. A consciência da historicidade, em Pepetela, se dá em um movimento duplo: a ficção histórica abrindo brechas e fraturas na linearidade do discurso oficial sobre a História de Angola, e a família gloriosa negociando com portugueses, holandeses e africanos a manutenção do seu poder na terra colonizada.

Neste sentido, o romance histórico de Pepetela, busca abalar o logocentrismo, o falocentrismo e o grafocentrismo europeu, já que um mulato diferente (até na forma como chegara a seu dono Baltazar), que não fala a nenhum dos integrantes dessa extensa família, é o narrador que enuncia sua voz a partir do seu lugar de escravizado, de sua condição de (analfabeto, mudo, sem nome) um quase fantasma que transita na periferia da família Van Dum, como a lhe confrontar. Porém, e aqui o truque do autor se acentua, trata-se de um narrador esquisito que fala aos leitores diretamente, numa interferência seca e rascante do tecido uniforme daqueles que detinham a escrita da História. Assim, o sujeito narrador se insinua para nós, leitores:

Mas a minha condição de escravo não me dá o direito de manifestar sentimentos, juízos. Apenas tenho a liberdade da imaginação e por isso entendo a razão da súbita nostalgia do meu dono, quando devia rir e dar pinotes por não lhe terem cortado a esbranquiçada cabeça. (PEPETELA, 1997, p.18)

Usando a estratégia de negar a si mesmo o que lhe era negado como escravo, isto é, um ser de sentimentos e juízos de valores, o narrador-personagem defende a imaginação como força de compreensão do que se passa ao seu redor. Uma força narrativa revelada tão somente a nós, leitores, com intuito de nos fazer repensar o lugar de cada um (senhor e escravo) no jogo do colonialismo europeu no século XVII.

Com foco narrativo em primeira pessoa, a reconstrução ficcional, a partir da voz do escravo, traz à ribalta o recalcado, uma vez que a estrutura do discurso da obra **A Gloriosa Família** (1997), de Pepetela, busca investigar o latente. Ao colocar a mudez do narrador, projeta-se um olhar que rompe com o legado cultural de neutralização do africano e dá legitimidade à fala de um sujeito-narrador violentado, no plano físico e psicológico pela lógica da escravidão.

Essa seria, pois, a função do romancista, estrategicamente camuflado na máscara do bufão: trazer a público o que não é do conhecimento geral, o que está sonogado como informação ou como saber. E Pepetela faz isso admiravelmente em *A gloriosa família*, mostrando o que há por detrás das entidades conhecidas apenas superficialmente, como a famosa Companhia das Índias Ocidentais, que se ocupou, principalmente, de fazer lucro de investidores pela captura de escravos e do odioso tráfico negreiro. (GOULART, 2007, p.139)

Na obra de Pepetela (1997), a identidade representa um questionamento da imagem - um escravo, fosse ele mudo ou não, não poderia ser o narrador da história da gloriosa família de um holandês vencedor, durante sete anos, na África, principalmente aos olhos e vozes eurocêntricos. Entretanto, a cisão de um sujeito constituído por outro constituinte em seu lugar histórico de enunciação rompe com *status quo* da narrativa tradicional, aquela em que o narrador-personagem deveria explicitar como sabe e por que sabe dos fatos narrativos. Tal mudança obriga aos leitores a uma nova forma de leitura, crítica e tateante. Nós, leitores, ficamos atrás do escravo-narrador, pois é através de suas observações e contra-discursos que

apreendemos as leis de ordenação do mundo africano sob a mão dos conquistadores. (SOUZA, 2005).

Pepetela, através do seu narrador inominado, mas não anônimo, adentra ao dinamismo dos contatos e conflitos cotidianos das relações de luta, resistências, ainda que miúdas por se circunscreverem no âmbito da família, em que benesses e estigmas são disseminados pelo patriarca Van Dum, num jogo em que as epígrafes de abertura dos capítulos da obra são recontadas de dentro para fora. Ou seja, o autor promove um olhar sobre as relações colonialistas que ali se desenvolviam a partir de uma família mestiça, cuja manutenção do prestígio e dos negócios advinha da habilidade de como Baltazar impunha a todos o jugo do seu mandato. A ficção de Pepetela lê a contrapelo os registros históricos para ressignificá-los com outras vozes e versões sobre os ditos *factos*, como sustém o olhar da especialista:

A perspectiva do romance, incorporando o senso histórico, não dispensa a invenção. Pelo contrário, a imaginação do escritor percorrerá os espaços vazios, as frestas que os discursos já formulados não conseguem preencher e, de forma deliberada, a história se vai completar apoiando-se, agora, na consciência de quem não quer ocultar a sua intervenção no modo como se constroem as versões, os mitos e/ou lendas em torno dos fatos que ganharam consistência, tenham de fato ocorrido, ou não. As fronteiras tornam-se difusas, esbatidos que ficam os limites entre o factual, o científico, o analítico e o artístico. Tudo a partir de uma noção do real para que outras noções se criem. O passado assim visto é matriz de indagação, é porto para se interrogar a respeito do presente, é exercício de prospecção do futuro. (CHAVES, 2005, p. 58)

A dimensão humana de um escravo adquire uma dimensão transreal que favorece ao leitor ao ler a história pela voz do oprimido. O olhar do narrador recai sobre aqueles que decidem a sua vida e o seu mundo, entretanto o narrador-escravo é um sujeito angolano que vive e conta a História e a sua história. Dentro do universo ficcional, a História mistura-se às subjetividades, ultrapassando, assim, a descrição fatural. Esse narrador não detém a autoridade plena, mas inventa, ficcionalmente, e preenche os espaços vazios. O passado torna-se, portanto, matriz de desconfiança e relativização, é um ponto a se indagar na construção do homem escravizado. (SANTIAGO, 2000)

Sem dúvida o ser humano encontra-se no personagem romanesco. Mas encontra-se catarticamente integrando as suas dimensões transreais. A atividade humana está dirigida no sentido do atendimento de necessidades imediatas; o seu ideal, a sua preocupação, é uma meta concreta. Na ficção não é a meta o principal; é a força que, em função da meta, tudo mobiliza. Porque a estrutura da obra é mais complexa, nela estão inseridos o real, o irreal e as categorias intermediárias que articulam esses dois mundos. (PORTELLA, 1985, p.64)

Pepetela, ao optar pelo narrador-personagem, faz questão de ressaltar a mudez do seu narrador-escravo que não partilha o seu conhecimento da realidade com os outros personagens da obra. Apenas conosco, leitores, há este envolvimento crítico do olhar de um homem, que não é visto como tal na tessitura da trama, sequer nomeado. Insere-se, portanto, numa perspectiva de apresentar-nos o escravo como sujeito histórico ativo, ao contrário de objeto sem humanidade e vontade própria; resgata, pois, as possibilidades de resistência e manobras dentro do cativeiro.

A identidade silenciada é, aos poucos, recuperada pelo escravo sem voz, mas que pensa e aprende o ritmo dos estrangeiros; aprende a ouvir as línguas do dominador, seja o holandês, seja o português, seja o francês.

Posso dizer que sou um filho do Kuanza, pois nasci no meio dele [...]. Olhar o Kuanza sempre me deu um nó de saudade na garganta e o dia de hoje tem sido particularmente sentido, com o regresso ao berço, o que embacia os olhos e endurece os ouvidos, por isso decidi ali, *tenho de ser imparcial e objectivo*, o meu passado não interessa, apenas tenho de relatar os factos tal como os viveu o meu dono e a sua gloriosa descendência, para isso fui criado. (PEPETELA, 1999, p.259)

Observamos que o narrador-personagem começa a descobrir a sua utilidade: “para isso fui criado”, ou seja, a sua história, por menor que seja, compõe o mosaico das vidas e dos corpos em que se inscreveram a dominação europeia na África, em particular em Angola. Ironicamente, o narrador-personagem tem consciência da sua missão dentro da narrativa e do seu apagamento como personagem principal ou protagonista. A ironia está em ser o narrador não de si mesmo, mas do outro, que teria o poder narrativo: o europeu conquistador cuja violência se expande no discurso sobre a África. A narrativa oblíqua, porém, acaba nos revelando o olhar africano sobre as ações do colonizador. A invasiva presença do colonizador dá oportunidade ao escravo de ser um atento observador dos fatos, uma aguda

testemunha dos fatos que vê e ouve. Interessado e curioso sobre o que passa a sua volta, esse “criado-mudo” avalia o que toma conhecimento e preenche os interditos com liberdade e imaginação ficcional, já que detém o poder narrativo.

Um escravo não tem direitos, não tem nenhuma liberdade. Apenas uma coisa lhe não podem amarrar: a imaginação. Sirvo-me sempre dela para completar relatos que me são sonogados, tapando os vazios. [...] eu é que estou a saltar de um tempo para o outro, pois é a única liberdade que tenho saltar no tempo com a imaginação e assim tenho ido nesta caminhada para casa, saltitando da amizade do major para os negócios e o sofrimento que se passou e passa nesta terra. (PEPETELA, 1997, p.16)

Também Pepetela, em sua opção pelo foco narrativo em primeira pessoa, explicita a sua origem angolana, valoriza o ser marginalizado. Essa opção é estética e confere ao discurso literário complexidade e criatividade. Dois planos são evidenciados na obra: a representação histórico-social de uma família mestiça em Angola, no século XVII e a realização estético-expressiva que se apropria de recursos específicos para a consecução dos significados desejados pelo autor.

O espaço de indagação é Angola, sobre cujas personagens angolanas e europeias recai o especioso olhar do narrador a contar-nos a versão dos fatos, subjetivando-os, multiplicando-os em desvãos que foram esquecidos ou apagados pela História contada por outra voz, outro continente, de fora para dentro, num movimento exógeno. Ao construir o romance de forma polifônica, Pepetela impõe ao leitor uma narrativa em que vozes distintas contam os fatos: as epígrafes representam a oficialidade dos fatos, e o escravo, em sua narrativa, representa a outra história, aquilo que houve, mas que não pode ser ouvido ou visto por todos. O passado angolano, então, não deve ser rejeitado nem glorificado. Pepetela o transforma em objeto de elucidação, buscando entendê-lo pelo viés de um subalterno, o escravo, sobre essa família gloriosa e mestiça que ascende, durante o período de dominação holandesa em Angola. Vale ressaltar que a maioria das histórias da África foi contada pelos europeus, por seus conquistadores: as epígrafes, em cada capítulo, marcam essa voz europeia, culta, cristã, “civilizada”. Já a narrativa do escravo, sem nome, se torna o contrapelo (BENJAMIN, 1994) do que se afirmou – a versão de quem ouviu contar e guardou na memória da pele não só as violências do corpo, mas também a resistência muda, silenciosa e estratégica para a sua vida. A

condição escrava do narrador lhe dá oportunidades de testemunhar os fatos e de usar a sua imaginação cuja essência é própria do narrador em primeira pessoa.

A privação da fala, porquanto mudo, pode ser tomada como translação metafórica do silenciamento imposto pelos colonizadores aos africanos, de que o narrador seria metonímia, revertendo-se o quadro pelo tomar a palavra para contar a história. Observe-se ainda que o romance se abre com a expressão “[o] meu dono”, com o qual o narrador identifica-se a partir do Outro, índice dos caracteres relacionais da construção de identidades e da narrativa, para praticamente fechar-se com a determinação de assumir-se como sujeito pela ação discursiva a que se impõe enquanto “desforra”, pela mediação de outrem, dessa feita aliado. Como resultado, subvertem-se os estigmas obsedantes do discurso colonial referentes ao homem africano, marcados sobretudo por subalternidade e denegação. (RIBEIRO, 2007, p.243)

O narrador-personagem, escravo angolano, destituído de nome e voz, refuta a ideologia colonialista europeia da ausência de uma história africana própria; busca, ao contrário, afirmar a resistência cultural de seu povo, as variadas estratégias de negociação material e simbólica com o dominador para a preservação da sua vida e, por fim, o caráter de mestiçagem constituindo o espaço de conquista de Angola, cada vez mais pela representação de uma família mestiça.

A dicção do escravo, ouvida apenas por nós, leitores atentos da obra, insere o subalterno como mais um sujeito histórico, tirando-o da condição de objeto do processo colonialista que o posicionava como ser alienado de sua própria condição de escravizado. Dos subterrâneos, emerge a voz narrativa a nos explicitar que o europeu Baltazar, há muito, se mestiçou pelas trocas corporais e comerciais que se faziam necessárias para conseguir sobreviver em Angola.

Pela sua voz, vemos que a família mestiça se constitui num jogo de contrastes, de imagens antitéticas em relação ao comportamento de filhos e filhas que se estendiam desde a escolha do cônjuge até a prole futura. A própria esposa de Baltazar “D. Inocência de um modo geral se metia muito pouco nas conversas do marido com os filhos. A sua influência se exercia indiretamente. Mas desta vez tinha mesmo de intervir e fê-lo a favor de Rodrigo.” (PEPETELA, 1997, p.83)

É a partir de Dona Inocência que sabemos como se deu o casamento, dentro dos princípios católicos, entre ela e Baltazar:

Também comigo não querias casar pela Igreja, só querias ir para o capim, eu é que não deixei, conheço como são os homens. E agora estás a obrigar o teu filho a fazer o mesmo. Também disseste ao teu genro para fazer assim com a tua filha Gertrudes, heins, ó Baltazar Van Dum? E dizes que és um bom católico? Deixa quando eu contar isso ao padre Mateus [...] (PEPETELA, 1997, p.83)

Dona Inocência explicita a marca de uma nova ordem colonial, mesmo não sendo branca, tampouco nascida católica, assume a posição do dominante, impondo as tradições e costumes europeus para a sua família, ou seja, se constitui como representante de uma elite africana europeia. Convém notar a sua imposição ao marido. Aqui os valores europeus, o casamento na Igreja, superpõem-se aos valores africanos.

A família Van Dum forma-se numa sociedade fragmentada em que as culturas europeias e africanas se misturam num processo de adaptação e assimilação: de um lado a cultura renascentista e católica, do outro lado, uma cultura negra, com seus mitos, ritos e religiões. Entretanto, numa Angola em que transitavam europeus distintos, lusitanos e o malufos, essa família não só mimetizou os hábitos do europeu. Como a família mestiça dos Van Dum cria proles em que a mestiçagem acaba se transformando numa reação àqueles invasores que, de certa forma, estão representados, inicialmente, na figura do pai – Baltazar Van Dum.

Comparando com o Brasil, Samara afirma que

A consecução do ideal de ser senhor (através da monopolização da terra, de cativos e de mercês e honrarias) representa a reconstrução sobre novas bases dos valores e comportamentos básicos da velha sociedade portuguesa aqui na Colônia. É a cristalização de uma sociedade hierárquica-estamental-cristã, mas escravista também, resultante da integração da grande propriedade, da escravidão e dos princípios estamentais provenientes do mundo ibérico. (SAMARA, 2003, p.27)

A família mestiça acaba por desempenhar um papel fundamental nas trocas entre um mundo africano e outro europeu. Os filhos de Baltazar se movimentam entre os dois blocos culturais, como intermediários num espaço de cruzamento. Os espaços *in between* (MIGNOLO, 2003), criados pela colonização, representaram novas formas de pensar em que a herança ocidental e africana sofre transformações e questionamentos.

Pepetela se utiliza, também, da transfiguração da realidade, através não só do narrador-personagem, como também de Matilde, filha da casa dos Van Dum, cuja pecha de feiticeira a acompanha durante a obra. O escritor usa essa via do maravilhoso, do sobrenatural, para discutir os fragmentos da realidade angolana:

Ao estabelecer um diálogo entre literatura e a história a obra de Pepetela adquire uma dimensão extraordinária. Primeiro porque naquela conjunção entre ideário político e invenção ficcional, a que me referi, percebe-se que em A gloriosa família é a parte literária que vetoriza a relação, uma vez que em nenhum momento a narrativa deixa-se arrastar pelo contorno político que subsiste nela, ainda que esse contorno ocupe um lugar de destaque no registro do mundo simbólico que se explicita. (GOULART, 2007, p.138).

A família, então, na obra de Pepetela é o fio condutor de contatos e conflitos que se dão no plano concreto e do maravilhoso. Por ser extensa e estratificada pela epiderme dos filhos, essa família gloriosa, afro-holandesa, opera, na paisagem de Luanda, vários movimentos que vão da vontade de Ambrósio em ser padre e dominar a leitura e a escrita do português; e se inserir, assim, noutra cultura, a letrada, a do dominador, até a vontade de Matilde de não se manter recatada e inviolável, à espera daquele escolhido por seu pai. Aliás, as vontades dos filhos vão criando fissuras na teia do patriarcalismo do branco-mestiço, Baltazar Van Dum.

4. O PATRIARCA MESTIÇO E AS RELAÇÕES DE CONQUISTA EM ANGOLA

O lugar do patriarca Baltazar Van Dum na obra **A Gloriosa Família** de Pepetela é representado pelo percurso de um europeu num espaço de negociação em que forças de conquistadores. O escravo-narrador nos revela as ações desse holandês, através de uma estratégia literária, denominada por Rorty de “exercício hermenêutico da conversa” (RORTY, 1989, p. 289), uma vez que só os leitores o ouvem. Como a “puxar conversa”, usando o mote de Silviano Santiago para os narradores interferentes (SANTIAGO, 2002), o escravo-narrador fala aos nossos ouvidos e explicita os comportamentos culturais diversos entre o europeu colonialista e o africano colonizado.

A família patriarcal dos Van Dum pode ser assim descrita: extensa, formada por um núcleo conjugal constituído de sua prole legítima, ao qual se somavam escravos e até mesmo filhos bastardos. Essa *entourage* se divide em espaços de domínio: a casa e o quintal. Mas, aparentemente, todos estavam sob o domínio e a autoridade do patriarca, dono da terra, dos escravos, que fazia valer a sua influência no meio político de Angola. Podemos ainda caracterizar esse grupamento primário com os traços de baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco com bastardos e ascendentes, constituindo-se num grupo de múltiplas funções dentro da sociedade angolana. A casa representava a convergência da vida mercantil, social e política do lugar. O poder de Baltazar colocava em ordem um microcosmo angolano em que a sua influência demarcava limites de ação dentro da colônia portuguesa, invadida pelos holandeses.

Dentro dessa perspectiva, a casa de Baltazar Van Dum constitui-se como espaço de ligação entre os colonizadores e os colonizados: os escravos. A casa concentra as grandes decisões do poder local: a política, os vínculos de amizade e clientelismo, além de compactuar com as idéias dos invasores lusos e holandeses. Já a senzala, as cubatas, o quintal, os matos, os kimbos e o jardim acabam se constituindo em espaços periféricos do poder instalado, mas que a ele estão sujeitos. Baltazar Van Dum transita pelos dois espaços com desenvoltura de dono, senhor, patriarca

colonialista; sendo, pois, a representação da mentalidade europeia, cujo capital escravista-mercantil já estava arraigado em Angola em meados do século XVII.

A estrutura do conquistador fortalecia a família patriarcal, uma vez que os portugueses não conseguiam se fazer representar, totalmente, em Angola por conta dos holandeses. Nesse vácuo, o proprietário de escravos tentava tirar proveito das tramas do poder local. O sistema familiar era formado pelos filhos naturais, denominados de filhos da casa, pelos filhos bastardos, chamados de filhos do quintal, pelos agregados e pelos escravos do senhor proprietário. Assim, o poder de Baltazar se constituía na ausência das rédeas de um Estado controlador, no caso, Portugal.

Os espaços de poder na moradia do patriarca Van Dum, a casa e o quintal eram espaços dicotômicos em relação à família mestiça. Há os espaços de ação e de relação com os europeus: portugueses, franceses e holandeses, como a bodega de Dona Maria, que revela o comportamento desse maluco de espírito lusitano. É o escravo-narrador que vai apresentar-nos o patriarca e a sua forma de relacionar-se socialmente em Angola:

Eu não vi, quem sou eu para entrar na casa onde despacham nobres directores da majestática Companhia das Índias Ocidentais? Tinha uma certa curiosidade em conhecer o director Nieulant. Diziam ser o melhor dos dois representantes da poderosa Companhia, fundada para colonizar os territórios à volta do Atlântico. Mas tive de ficar na rua, à espera de Baltazar Van Dum. Tudo o que possa vir a saber do ocorrido dentro do gabinete será graças à imaginação. Sobre este caso e sobre muitos outros. Um escravo não tem direito, não tem nenhuma liberdade. Apenas uma coisa que não lhe podem amarrar: a imaginação. Sirvo-me sempre dela para completar relatos que me são sonogados, tapando os vazios. (PEPETELA, 1997, p.14)

Mesmo sendo um escravo mudo, analfabeto, trata-se de um narrador-personagem que se revela, poliglota de oitava e de grande imaginação. Entretanto, esses paradoxos servem para nos dar a representação do ser-fictício do narrador. Ou seja, a história e a ficção convivem no discurso de Pepetela para impedir que o leitor veja o texto de uma única maneira. Assim, as versões do escravo convivem com os fatos históricos no mesmo patamar de existência e importância para nós, leitores.

Entendendo a literatura como representação, Pepetela nos dá a chance de, também, ver os fatos sob a ótica dos vencidos ou escravizados.

O narrador-personagem se utiliza da ironia retórica (DUARTE, 2006), uma vez que o monólogo interior se estabelece em diálogo apenas com os leitores, num exercício crítico em relação ao poder estabelecido pelo seu dono, Baltazar.

Retoricamente, essa ironia busca estabelecer verdades que interessam a determinada perspectiva. A questão da relatividade do mundo e do homem, supostamente sujeito e produto de uma cultura – é assim normalmente relegada, conforme o interesse do ironista por determinada significação. Por isso, a idéia de partidos em oposição é fundamental para a ironia retórica, que pode apresentar-se através de personagens em luta pelo poder ou pela incongruência entre uma voz enunciativa e outras vozes do texto. (DUARTE, 2006, p.23)

No caso de Pepetela, evidencia-se a segunda opção da ironia retórica, a voz enunciativa do narrador-personagem em choque com as vozes oficiais anunciadas nas epígrafes de abertura de cada capítulo. A literatura de Pepetela serve-se da ironia buscando um leitor ativo, atento e participante com capacidade de perceber que a ficção traz significados que não são fixos; trazendo-lhe, muitas vezes, jogos de mentiras e de quase verdades, armadilhas tecidas que para empreender a leitura, faz-se necessário participar do risco envolvido.

A paródia e a caricatura de personagens históricas são utilizadas por Pepetela, também, nos espaços do poder, como o Palácio dos Governadores, na figura do diretor da Companhia das Índias Ocidentais. Redinckove, maior autoridade em Luanda, cujo comportamento é ironizado, assim como a personagem do Major Gerrit Tack, que aceita compartilhar uma prostituta francesa com o diretor, são modelos de comportamentos avessos à pretensa religiosidade da época. Os governadores portugueses não escapam à ironia do narrador, principalmente Pedro César de Meneses, por conta de sua ambição e medo. O próprio patriarca Baltazar Van Dum é descrito como covarde logo no início da narrativa, ao se urinar nas calças, quando chamado pelos holandeses para dar explicações sobre as suas relações com os portugueses, sem contar os gases que, quando ele se irritava, soltava sem nenhuma cerimônia.

O meu dono, Baltazar Van Dum, só sentiu os calções mijados cá fora, depois de ter sido despedido pelo diretor Nieulant. Mijado mas aliviado, com a cabeça de raros cabelos brancos ainda em cima dos ombros. O meu dono saiu do gabinete do director tão pálido como entrou, mas com o risinho de lado que fazia tremer o bigode. (PEPETELA, 1997, p.11)

Segundo Linda Hutcheon (1989), de forma contraditória, a paródia possui o poder de provocar a confrontação entre o estético e o mundo de significação exterior. Ou seja, dentro do discurso paródico ocorre uma “transcontextualização” no plano da ironia, para usar expressão da autora, cuja inversão de papéis (senhor e escravo) marca, criticamente, a função do narrador-personagem na obra. Ao assumir uma posição de refração à ideologia dominante, o narrador-escravo traz à tona os valores e elementos angolanos que se misturam aos do europeu.

Baltazar Van Dum representa um sujeito mutante, uma figura do discurso cujas representações do mercantilismo europeu foram-lhe moldando o comportamento humano e social. Segundo Stuart Hall (2005),

O nascimento do ‘indivíduo soberano’, entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado. Alguns argumentam que ele foi o motor que colocou todo sistema social da ‘modernidade’ em movimento. (HALL, 2005, p.25)

O processo colonialista representou para os europeus a chance de deslocamento para novos mundos. Para Baltazar, representou um descentramento (HALL, 2005) não apenas geográfico, mas também ideológico e, profundamente, econômico. Ao sair da Europa, de sua pequena cidade na Holanda católica para África, esse homem faz um movimento de risco e de mudança de sua identidade estabilizada para outra identidade mestiça em que se misturam velhas e novas idéias para a sua sobrevivência. Primeiramente, a memória do seu lugar de origem e os motivos da viagem que o trouxeram até Angola.

Tinha feito estudos em Burges, onde nascera numa família católica, e em outra terra que esqueci o nome, demasiado complicado. Mas na altura de entrar na universidade, resolveu conhecer o mundo. O pai era comerciante, pequeno, segundo Baltazar. Ficou todo triste, tinha esperanças de ver o filho mais velho seguir carreira de médico. Em vez de curar feridas, tentou fazê-las. Alistou-se no exército espanhol que estava em guerra permanente com a Holanda, escolhendo esse partido por ser o dos católicos. Mas também

procurou no exército a fuga de uma gravidez que deixou na barriga da vizinha, demasiada estúpida para o prender, opinião dele, evidentemente. (PEPETELA, 1997, p.17)

Na descrição do escravo-narrador, o colonialista Baltazar Van Dum, apesar de católico, não hesita em cometer um pecado ao engravidar a vizinha sem matrimônio previsto, ignora a vontade do pai em relação à sua carreira profissional e foge para a guerra, simulando um gesto nobre. No discurso do escravo, coexistem duas vozes: a do escravo a interferir na história de seu dono (“Em vez de curar feridas, tentou fazê-las”) e a voz recomposta de Baltazar, “opinião dele evidentemente”.

Baltazar Van Dum percebera que Angola ainda não tinha mudado o rumo da colonização portuguesa; centrada, principalmente, no tráfico negreiro para o Brasil, para o investimento agrícola. A estabilidade patriarcal de sua família viva ameaçada por não ter a agricultura como base de seus negócios, uma vez que o regular trabalho escravo não se concretizava na própria terra, e sim na exploração e exportação desses homens – considerados utensílios ou peças pelos europeus.

A composição da sociedade angolana, no século XVII, era, aparentemente, agrária em sua estrutura econômica. Entretanto, o que a mantinha era a exploração do tráfico negreiro. Em sua formação étnica, essa sociedade se caracterizava como mestiça do branco e do negro. Nisso, Baltazar era mais lusitano do que holandês.

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-se em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo e ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. (FREYRE, 1980, p.43-44)

Em Angola, a agricultura estava ligada a dois aspectos fundamentais: os fatores socioculturais e o clima, uma vez que as condições eram impostas tanto pelo meio ambiente como pelos condicionantes naturais. Já o trabalho no campo exigia uma atividade predominantemente social. (PAREIRA, 1990)

Na atividade agrícola, cabia às mulheres semear, colher e preparar a terra. Aos homens cabia derrubar as matas, limpar os terrenos e construir casas e artefatos. Também a caça e a pesca eram importantes para a sobrevivência das comunidades. O que caracterizava a sociedade angolana dos seiscentos era a pequena divisão social do trabalho e falta de especialização para o trabalho. (PANTOJA, 2000)

Destaca, ainda, Parreira que

Os aspectos mítico-religiosos estão também presentes em outras representações relacionadas diretamente com a agricultura, como é, por exemplo, o caso dos rituais associados aos fenômenos atmosféricos, entre os quais merecem atenção especial os rituais para atrair ou repelir as chuvas [...]. (PARREIRA, 1990, p.42)

Selma Pantoja acrescenta que

[...] o processamento do minério do ferro tomou o aspecto de um ritual sagrado. Em algumas comunidades os fornos eram mesmo colocados em um ponto central da aldeia ou, então, em local secreto. O ferreiro, o mestre do ferro, tinha um tão alto prestígio que, por vezes, originava rivalidades com o mestre caçador na disputa por maior poder na coletividade. Com o tempo, o ferreiro se transformou no mais importante artesão da ladeira. (PANTOJA, 2000, p.43)

A família mestiça, formada por Baltazar e D. Inocência e pelas escravas do quintal, se constituía por uma tipologia de classes sociais conflitantes e complementares (RIBEIRO, 1995). O *modus vivendi* do patriarca torna-se cada vez mais distante do europeu, uma vez que o seu *establishment* social e econômico dependia das suas negociações filiais. Afinal, ele era, em Angola, um holandês a serviço de si mesmo, transitando entre os interesses de Portugal e Holanda, tentando tirar o máximo de proveito para si, independentemente da nação que se instalava no local.

Baltazar vive nas brechas do poder oscilatório entre portugueses, holandeses e africanos. Dentro de uma ordem colonial violenta cujos mecanismos o desvelam na sua engrenagem de sobrevivência. A família, então, seria um produto para cambiar na lógica mercantilista.

Nas palavras de Darcy Ribeiro, Baltazar vai fazer de sua família um “criatório de gente mestiça” (RIBEIRO, 1995, p.82) cuja finalidade era tomar posse e manter o principal negócio de Angola – o tráfico negreiro. Sua mulher oficial (matriz) e suas

mulheres do quintal (filiais) geraram juntas, um novo gênero humano, o mestiço, o mulato. Em direção símile, reflete o antropólogo brasileiro, “Esse gênero de gente alcançou uma eficiência inexecidível, a seu pesar, como agentes da civilização. Falavam sua própria língua, tinham sua própria visão do mundo, dominavam uma alta tecnologia de adaptação à floresta tropical.” (RIBEIRO, 1995, p.109)

Um holandês católico cuja religiosidade era fundamental para algumas negociatas, a exemplo do casamento das filhas. Já o dos filhos, Baltazar até gostaria de interferir, mas não conseguiu levar isso a cabo.

Goran Therborn, em sua obra **Sexo e Poder**, A família no mundo 1900-2000 (2006), destaca a família como um espaço em que o poder e o sexo, a força biológica e social, se imbricam. O patriarcado é descrito em duas dimensões: a dominação do pai e do marido. Temos, então, a dominação por geração e gênero dentro da família. O gênero se destaca pela construção do homem através do discurso que mantinha o seu poder sobre a mulher e as filhas. Desse modo, o gênero seria uma construção social cujo suporte seria as diferenças entre os sexos desde o nascimento. Os comportamentos do homem e da mulher estariam já definidos pelos meios sociais, assumidos como naturais a um e ao outro, principalmente na colônia. (SCOTT, 1992)

Durante grande parte da colonização européia no Novo Mundo e na África, o modelo do patriarcalismo seria o dominante, apesar de sofrer variados abalos e ranhuras. O antigo patriarcalismo exercia severa vigilância sobre as mulheres da família, controlava a esposa e decidia o casamento das filhas. A reclusão doméstica, para assegurar a virgindade das filhas, somava-se à prisão dos conventos.

Porém,

Clausura doméstica, celibato perpétuo ou recolhimento provisório, nenhum desses mecanismos era suficiente para salvaguardar os valores da família, a fidelidade da esposa e a honra dos maridos. Com muita frequência, as mulheres rompiam esse cerco familiar ou institucional, expondo-se a violências, agressões e homicídios consagrados pelos costumes e até por leis. (VAINFAS, 1997, p.137)

O sociólogo Therborn (2006) elenca cinco sistemas familiares no mundo, com base histórico-geográfica: o da África (subsaariano), o do europeu e americano (ocidental), o do leste-asiático, o da Ásia do Sul e o da Ásia ocidental e norte da África. Acrescenta mais dois sistemas intersticiais que surgem da intersecção dos sistemas do sudeste asiático e o da América crioula. As famílias mestiças constituídas em situação de colônia pertencem a este último subsistema em que as tradições e valores do catolicismo-cristão e crioulos se mesclam.

Baltazar Van Dum, em sua descrição, não condiz com o retrato de um colonizador ideal:

[...] um homem de grande estatura, bronzeado pelo sol, calçado com botinas, apoiado em uma pá – pois ele gosta de pôr mãos à obra, fixando seu olhar ao longe no horizonte de suas terras; entre duas ações contra a natureza, ele se devota aos homens, cuida dos doentes e difunde a cultura, um nobre aventureiro, enfim, um pioneiro. (MEMMI, 2007, p.37)

Gordo, com poucos cabelos na cabeça, covarde, preocupado com a sua situação em Luanda, Baltazar está longe dessa figura ideal. Ao contrário, a sua profissão de traficante de escravos exigia dureza e crueldade. Os escravos eram comprados e vendidos indiferentemente. Não havia nenhuma contradição entre o ofício violento e o catolicismo professado por Baltazar Van Dum. Aliás, bastante violento, senão como teria êxito como traficante? Talvez os olhasse com indiferença ou desprezo, talvez até, em alguns momentos, com a piedade que um dono tem do animal que está a sofrer. O provável, porém, é que Baltazar tinha os seus escravos de preferência como Mufolo e Dimuka, “pessoa de muitas valias, indo desde capataz e responsável pela lavra, a chefe de segurança do cercado e carrasco.” (PEPETELA, 1997, p.29).

Provavelmente, Mufolo era mais um filho de Baltazar com alguma escrava do quintal que ele não queria assumir, oficialmente, por conta dos humores de D. Inocência e, também, para poder usufruir de sua força de trabalho, mesmo que ele tivesse algumas benesses em relação à maioria dos escravos da senzala, inclusive em relação ao escravo-narrador.

Cabe perguntar o que levou Baltazar a sair da Europa para a África. Por que este exílio? No exército, Baltazar não encontrou a guerra que tanto queria. Bem o contrário: Holanda e Espanha celebram uma trégua de doze anos. Passou por Nápoles e pela Catalunha atrás de lutas, mas não as encontrou e pediu dispensa do exército. Foi para a Espanha e, finalmente, a Portugal,

[...] cujo trono estava unificado ao do país vizinho pelos reis Filipes e aí ouviu falar das árvores das patacas, a qual afinal estava também em África e não só na Índia. Essa árvore maravilhosa, que bastava sacudir para caírem moedas de ouro, na Índia era coberta de especiarias, enquanto na África era coberta de escravos. (PEPETELA, 1997, p.17)

A metáfora telúrica da “árvore coberta de escravos” (PEPETELA) explicita os motivos econômicos e violentos da empreitada colonial de Baltazar. A imagem mescla a paisagem e a moeda da época. Os frutos são homens vendidos como se assim não o fossem numa engrenagem materialista e racista. Não há nenhuma missão cultural ou moralizante do colonizador. As razões que o levam a expatriar-se, a viver em exílio são de base econômica: “Vai-se para a colônia porque as situações estão asseguradas, os tratamentos elevados, as carreiras mais rápidas e os negócios mais frutuosos.” (MEMMI, 2007, p.38)

O holandês Baltazar possui uma frase exemplar para o que todos estavam fazendo ali em Angola, onde se plantava e se colhia, da “árvore dos negros”, os frutos que atravessariam o Atlântico num sistema de exploração transnacional. Essa metáfora telúrica vegetal era sintetizada assim: “Ora estamos todos aqui para negociar os escravos, ou não?” (PEPETELA, 1997, p.135).

A situação vivida por Baltazar Van Dum não era fora do comum, uma vez que “as relações de poder assumiam o papel de relações de produção e a mobilidade social significava tornar-se senhor de homens.” (FRAGOSO, 1998.) Assim, o tráfico negreiro permitia uma visibilidade a esse holandês na colônia, bem como uma ascensão social em Angola. Mas, ao mesmo tempo, como não havia títulos, nem irmandades, nem honrarias dadas pela Coroa portuguesa, ou pela Holanda, a aquisição de prestígio se dava em negociações, em troca de informações de todos

os lados, a fim de obter lucros e estratégias de manutenção do poder local de comerciar escravos, principalmente para o Brasil.

Os bens sociais, para Baltazar, estão representados pelas redes de informação que ele mantinha através dos filhos que estavam em outras regiões, bem como através do amigo da Companhia das Índias Ocidentais e ainda através dos próprios africanos. Tudo constituía uma intrincada cadeia de informações que fazia com que ele obtivesse sucesso nas transações comerciais.

O esboço de uma genealogia do poder de Baltazar está intimamente ligado à formação de uma família mestiça sobre cujos desdobramentos ele não terá o controle esperado. A família Van Dum localiza-se entre aspirações patriarcais, ideais mercantilistas e tendências nativistas de alguns filhos, que não queriam seguir a profissão do pai. De certa forma, por meio dessa profusa rede familiar fixavam-se as transações comerciais e os casamentos; as trocas de informações e de favores para que se mantivesse o poder, o prestígio sobre as decisões locais.

As causas históricas para fuga de Baltazar são duas guerras: a “Guerra dos Cem Anos” e a “Guerra dos Trinta Anos”, sendo a última motivadora da expansão ultramarina para Angola.

A região de Flandres, de onde Baltazar Van Dum é natural, é o lugar que motiva, entre 1337 e 1453, a Guerra dos Cem Anos. Inglaterra e França disputavam essa região por conta da produção de tecidos que a tornou um grande centro comercial no final da Idade Média. (ALENCASTRO, 2000)

O declínio continua com a Guerra de Trinta Anos, no século XVII, de 1618 a 1648 e sofre um enrijecimento com o conflito entre católicos e protestantes, cuja consequência é o esfacelamento do Sacro Império Romano-Germânico. A Liga Sagrada reúne os católicos e a Liga Evangélica, os nobres da Boêmia (atualmente, República Tcheca). Os holandeses incrementam o domínio do transporte marítimo, fundando a Companhia das Índias Ocidentais (1621), cuja conquista do Brasil figura como principal plano. Duas colônias portuguesas, na verdade, interessavam aos holandeses: Angola e Pernambuco. (ALENCASTRO, 2000)

Segundo Evaldo Cabral de Mello, a tomada de Angola e Pernambuco pelos holandeses tinha o poder de convencimento de que todo o Brasil estava a perigo; sendo, pois, urgente “reverter as relações de força no Atlântico Sul.” (MELLO, 2003, p.50)

Afirma o historiador pernambucano,

Sabe-se que o domínio neerlandês no Brasil constituiu o episódio central do conflito que opôs Portugal aos Países Baixos pelo controle do açúcar brasileiro do tráfico negreiro de que este dependia e do comércio das especiarias asiáticas; e que a luta saldou-se, no balanço de C.R. Boxer, por “uma vitória para os neerlandeses na Ásia, um empate na África ocidental e uma vitória para os portugueses no Brasil”. (MELLO, 2003, p.13)

Acrescenta Alberto da Costa e Silva que

[...] muito do que se passava na África Atlântica repercutia no Brasil, e vice-versa. Os contatos através do oceano eram constantes: os cativos que chegavam traziam notícias de suas nações, e os marinheiros, os ex-escravos de retorno e os mercadores levavam as novas do Brasil e dos africanos que aqui viviam para uma África que era ainda, no início do século XIX, um continente sem senhores externos. (SILVA, 2002, p.55)

Baltazar Van Dum se via como um novo dono da terra. Sua luta, muito mais simbólica do que bélica, ora ao lado dos holandeses, ora ao lado dos portugueses, visava a sobrevivência de sua família em Angola. Ele não era um espectador da história colonialista da qual fazia parte. Ele era um ator, portanto representava um papel importantíssimo no teatro do processo colonial do século XVII. Esse homem preferia se esconder no cosmopolitismo econômico da época a revelar seus sentimentos mais íntimos. Numa das raras passagens em que isso vem à tona, Baltazar expressa sua parca subjetividade nostálgica ao falar de sua terra natal.

O vinho está a provocar nostalgia, vontade de se fechar nas recordações, sobretudo naquele espanto que foi entrar na baía de Luanda no dia 29 de outubro de 1616 e chocar contra o vermelho da terra, o azul divino do mar e a brancura da areia na Ilha coberta de coqueiros. Baía de Todos os Sonhos gritou ele, sabendo que mesmo à frente, do outro lado do Atlântico, havia a Baía de Todos os Santos. (PEPETELA, 1997, p.18)

O que vemos, no início do romance, é que Baltazar vai para Angola, fugindo da decadência européia, e aqui constitui uma extensa família mestiça – “Uma verdadeira ninhada” (PEPETELA, 1997, p.23). Entretanto, ele corre risco de vida, uma vez que permitiu que uma carta, com informações para Portugal, passasse por suas terras. Avisado por um amigo, consegue se safar das autoridades holandesas: “bom he ter um Amigo mesmo que seja no Inferno.” (PEPETELA, 1997, p. 9)

O amigo em questão era o major holandês Gerrit Tack cuja amizade foi construída na mesa de jogo de cartas e grandes bebedeiras na bodega de Dona Maria. Por que um militar ajudaria um civil, mesmo sendo ambos holandeses? Segundo, o escravo-narrador havia uma crise interna, dentro da Companhia das Índias Ocidentais, e ora os portugueses eram vistos como inimigos, ora eram vistos como aliados.

Embora case com uma nativa da região, dentro da Igreja católica, Baltazar continua emprenhando as escravas da senzala, “fazendo filhos, numa atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo, quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado.” (FREYRE, 1980, p.47). Ao desposar uma africana, o holandês colonialista passava a ter nela uma professora e sócia. Através dela, os vínculos com as estruturas de poder local se estabeleciam mais rapidamente, e ele ganhava status e segurança, intensificando ainda mais o espaço de mercadejo. Graças a D. Inocência, Baltazar familiarizou-se com os costumes do lugar, tornou-se mais próximo do kibundo, uma das línguas africanas mais faladas em Angola. Ao passo que D. Inocência aprendeu com o marido a ser mais européia, enquanto esse se tornava cada vez mais africano. Essas mulheres cuja metonímia ficcional de Pepetela é encarnada por D. Inocência

Continuavam a ser Donas. E começaram, lenta e habilmente, a construir para ela e sua descendência mestiça um espaço próprio, distinto do tradicional em que haviam sido educado, um ambiente cultural entre africano e europeu, antecipador e semente do que viria a ser o mundo das *nharas* ou *nhanhas*, das *senoras* do rio Gâmbia e das *signores* do Senegal – todas, palavras derivadas de “senhora”. (SILVA, 2002, p.239)

O poliglota Baltazar ensinava aos filhos a necessidade de comunicar-se tanto com os da terra, como com os estrangeiros: portugueses, franceses e holandeses. Até

mesmo na senzala, havia a convivência de variadas línguas, como o kimbundu, o português e o flamengo.

Kimbundo sobretudo por causa de D. Inocência, que não se sentia à vontade em mais nenhuma língua que a não a nossa materna. Já os filhos de Baltazar preferiam o português. Exceção feita a Nicolau e Catarina, os dois mais velhos do quintal, que usavam muito o kimbundo, talvez por terem mais trato com os negros. (PEPETELA, 1997, p.22)

Pepetela opõe o narrador-personagem, mudo, ao personagem Baltazar, poliglota. O europeu, como se fosse um tradutor do mundo angolano a partir de sua cosmovisão mercantilista, e o angolano, silenciado, uma vez que “A privação da fala, porquanto mudo, pode ser tomada como translação metafórica do silenciamento imposto pelos colonizadores aos africanos, de que o narrador seria metonímia.” (RIBEIRO, 2007, p.242) Entretanto, o que veremos, no decorrer do romance, é que o escravo, pelo poder da narração, dará conta dos dois mundos entrelaçados – o mundo do colonizador e o do colonizado.

A questão do domínio das línguas da região e o ensino das línguas hegemônicas (português e holandês) davam a Baltazar muitas vantagens em relação aos outros europeus que não viam na apreensão da diversidade lingüística um instrumento de poder. Aliás, o domínio dessa língua geral em Angola era o reconhecimento, também, de uma mestiçagem lingüística que envolvia transações comerciais e culturais. Baltazar encarna a ambigüidade de ser intérprete para os outros europeus e de ser interlocutor com os angolanos. Isso faz com que Pepetela o posicione à frente de vários de seus pares, relativizando as ordens lusitanas e holandesas dentro de uma visão, por vezes, periférica: “Baltazar era muito versátil em línguas e os filhos aproveitaram um bocado. Na senzala se falava kimbundu, português, holandês e flamengo.” (PEPETELA, 1997, p.21)

D. Inocência exerce seu poder de senhora, relativizado muitas vezes pela hierarquia do patriarca Baltazar que, de certa forma, representa, também, o seu senhor. Dele, ela é obrigada a acatar tudo, apenas exige uma parcela de brancura para a sua vida e que essa seja estendida aos filhos da casa. O que D. Inocência exigia de fato era que aquelas escravas, que deitaram com seu marido e deram-lhe os filhos do

quintal, fossem vendidas o mais rápido possível para o lugar mais longe de Angola – o Brasil de preferência. Punição que ela ensaia dar a Dolores para ficar com o neto branco, Gustavinho, filho de Hermenegildo com essa escrava, manca. Para isso, a senhora Van Dum articula um plano sórdido, inventando ser Dolores uma ladra e que, portanto, não deveria ficar na senzala.

D. Inocência exigia o afastamento de Dolores, se roubou uma coisa pode roubar muito mais, na senzala não fica. Baltazar fazia contas por uma escrava que quase nada lhe custara, por causa do defeito, e se revelara um trabalhador exemplar [...]. Vender a escrava era um desperdício, pois ninguém pagaria pelo verdadeiro valor, diminuída que estava logo a mercadoria por aquele andar fenomenal. [...] Escusas arranjar desculpas, o Brasil é a solução, disse para o marido. (PEPETELA, 1997, p.367)

A questão do sangue branco marcava definitivamente a aceitação dos filhos e netos na casa dos Van Dum. Gustavinho além de ser claro, representava o término de suspeitas sobre a virilidade de Hermenegildo, o filho-varão mais novo dessa extensa família: “O meu dono ganhava não só um neto, mas um filho macho” (PEPETELA, 1997, p.238-239)

Seguindo outra lógica, D. Inocência repudiava essa relação entre um filho da casa e uma escrava da senzala: “– Mais um a atrasar a raça.” (PEPETELA, 1997, p.239). Para ela, só as filhas Matilde e Gertrudes tiveram êxito em seus respectivos casamentos e proles. Rodrigo e Hermenegildo, não. As filhas ajudaram a melhorar a raça, já os filhos regrediram em relação ao ideal de cada vez mais se branquear a família. Quanto aos bastardos, os filhos do quintal, esses que fizessem o que quisessem.

O pensamento objetivo dessa negra da terra, filha de um soba da região, mesclado pelo catolicismo e pela ascensão a uma elite afro-européia, oriundos do casamento, buscava estratégias de garantir a sobrevivência de sua família. Isso explica a segregação ao filho de Rodrigo, por ele não estar dentro do ideal de brancura necessário para alavancá-lo à família Van Dum. Nota-se, portanto, que o preconceito de cor era maior do que o da ilegitimidade dos filhos. A articulação social estava, diretamente, ligada à dependência de embraquecimento, ou seja, havia possibilidades de ascender na sociedade (o casamento, por exemplo), mesmo

para os bastardos, contanto que fossem brancos ou mulatos claros. (SAMARA, 1987)

Na obra **A Gloriosa Família** (1997), o casamento seria representado pelo espaço social da casa; espaço permitido aos filhos do casamento, e a senzala, o espaço social do quintal, lugar dos filhos bastardos, fruto da relação entre o holandês e as mulheres do quintal. As mulheres negras, em condição escrava, estavam disponíveis para todo o trabalho, fosse o eito, fosse a cama. Eram mulheres dispensáveis. Segundo Gambini (1999), o homem descobridor se tornava um aventureiro fálico solitário, uma vez que possuía “a capacidade de penetração no desconhecido. Como um pênis ereto que entra no escuro do corpo, a atitude fálica é penetrar no mar desconhecido, na floresta, no sertão, na terra ignota [...]” (DIAS, 1999, p.33).

Para manter a força de produção de seus escravos, o senhor Baltazar controlava a taxa de natalidade na senzala. O número de escravos homens era superior ao de mulheres escravas. Poucos tinham direito a sexo, pouquíssimos a casamento. O escravo-narrador, por exemplo, não possuía direito a sexo; torna-se, então, ao longo do romance um onanista que, em qualquer lugar, se despacha rapidamente, pois tem de estar atento a qualquer chamado de seu dono.

Dentro dessa lógica, Thornton destaca que Baltazar seguia a estratégia dos africanos e portugueses no tráfico negreiro:

Muitos africanos retinham as mulheres capturadas nas emboscadas e vendiam os homens, porque o comércio atlântico solicitava com frequência mais homens do que mulheres. [...] Os portugueses, em Angola, seguiram essa prática, retendo muitos escravos em suas plantações ao longo dos grandes rios, e ainda vendendo muitos sobretudo homens. (THORNTON, 2004, p.164)

Os espaços sociais demarcavam os papéis dos filhos na construção dessa família mestiça.

D. Inocência estremece sempre que algum dos do quintal chamava pai ao marido, mas aprendera a calar. Ainda tentou impedir Catarina de se acostumar, numa *conversa secreta* das duas atrás da casa. Mas quando Catarina lhe perguntou então lhe chamo como, de

patrão ou de senhor Baltazar, ela sentiu que tinha perdido a batalha, disse deixa para lá, não liguês. (PEPETELA, 1999, p.24).

Casar com uma negra da terra, dentro de uma cerimônia católico-cristã não era visto com agrados por muitos holandeses que estavam ali como colonizadores, nunca como colonos:

De facto, eu não conhecia outro maluco que tivesse mulher africana. Com casamento religioso ou civil não haveria mais ninguém, só mesmo Baltazar. E a viverem maritalmente também não havia outros. As mulheres da terra serviam para uma hora no máximo, não foi para isso que serviu minha própria mãe? Alguns portugueses faziam como Baltazar, casavam mesmo, mas geralmente só depois de terem feito uns tantos filhos a uma mulher da terra e porque os padres insistiam no baptismo das crianças. (PEPETELA, 1997, p.95)

Os holandeses não suportavam misturas: fossem de negros e brancos, católicos e protestantes. Isso seria contra a natureza, assim pensavam os holandeses em Angola. (SILVA, 2002) Exceto Baltazar Van Dum que via o casamento inter-racial como meio de alargar o seu poder em variadas frentes. Entretanto, o narrador-personagem adverte:

Levando mais longe o raciocínio, o casamento de Rodrigo e Nzuzi não era misturado só por ser entre um mestiço e uma negra, mas por ser entre cidadãos de países diferentes. Mas qual era o país de Rodrigo, Portugal ou Holanda? Antes foi mesmo Portugal e agora é mesmo Holanda? Fiquei na dúvida. (PEPETELA, 1997, p.175)

A questão da mestiçagem ultrapassa a questão da cor, invade as nacionalidades, embaralha as identidades na colônia. Para o narrador-escravo, o filho de Baltazar possui uma identidade fluída, frouxa, flexível, cambiante a partir das questões orientadas pelo poder lusitano e holandês. O casamento entre sujeitos sociais tão diferentes (um mestiço e uma negra) opera uma fratura no controle patriarcal e nos territórios, uma vez que Rodrigo sairá da casa, irá para as terras do sogro. Neste contexto, então, existe uma ruptura do modelo colonialista que visa o controle e a posse da lucratividade advinda do trabalho dos filhos.

Assim Baltazar construiu um processo de assimilação e resistência cultural, ora puxando para o lado europeu, ora se aproximando de um lado africano; seu filho Rodrigo segue, em parte, o modelo paterno de desposar uma filha da terra, uma

negra nobre. Porém, não segue o pai em seu trabalho de traficante de escravo, não segue o pai em ofício de negociador local.

De certo modo, parece que D. Inocência repete algumas características de mulher branca: ao ser batizada, ao entrar num mundo católico do colonizador, deixa de ser um corpo disponível; deixa de ser um fruto prazeroso apenas, e passa a ter poder de senhora da casa. O poder de intervir e de mandar as mulheres do quintal, que se deitaram com seu marido, para os lugares mais distantes de Luanda, inclusive para o Brasil, lugar de onde não terão a mínima chance de voltar. D. Inocência não está reduzida à condição da maternidade biológica e ao trabalho coadjuvante em relação a Baltazar. Ela organiza o lugar dos filhos legítimos e bastardos dentro e fora da casa.

Um matriarcado incrustado no patriarcalismo mestiço do holandês. Afinal, D. Inocência tinha sobre o marido certo poder decisório em algumas questões, principalmente aquelas que não envolvessem os negócios econômicos e os escravos homens. Neste sentido, por ser a mulher principal, numa sociedade poligâmica, D. Inocência exercia o mando dentro da família. Era respeitada, ou temida, pelas outras mulheres; podendo exercer a sua maternidade, inclusive, sobre os netos advindos da conjunção carnal entre Baltazar ou entre os seus filhos e as escravas do quintal.

Neste ambiente familiar mestiço, havia a régua das graduações de epiderme marcando a divisão casa-quintal. O patriarca tinha nas mulheres do quintal ou da senzala, escravas do eito e escravas da cama, cuja reprodução era estratégica para a manutenção do tráfico negreiro. A procriação da família mestiça seria um exemplo de hibridização seletiva em que Baltazar exerceria papel decisivo.

As crianças brincam nas sombras e entre elas algumas são mais claras, certamente filhos de Baltazar, mas que não são reconhecidos. Ao menos não os vende para as plantações quando crescerem, penso eu. E terão trabalhos leves em casa. Ou até pode ser que os reconheça mais tarde, como aconteceu com Nicolau. "(PEPETELA, 1997, p.30)

Essa família mestiça é o grande vetor da colonização em Angola. Baltazar Van Dum constrói a sua família como uma unidade de produção: compra e vende escravos,

instala fazendas e manda filhos para comandá-las. Constituiu-se, assim, num aristocrata poderoso na colônia cujo patriarcado dominante possuía a religião católica como elemento de negociação, principalmente através de casamentos. O patriarca representava a tentativa de equilibrar as contradições do processo colonialista: a cultura europeia e a cultura africana; o catolicismo, o calvinismo e a religião africana e, evidentemente, a maior de todas as contradições, o senhor e o escravo.

Bhabha (1998) destaca a negociação em lugar de negação, uma vez que concebe a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios, que abrem lugares e objetivos mestiços e que promovem a destruição das polaridades negativas entre o saber e os seus objetos, entre a teoria e a razão prático-política. Dessa forma, agia Baltazar em seu percurso colonialista, africanizando-se, quando necessário, pois sabia que jamais voltaria para a Europa. O seu mundo, o seu universo, a sua família era outra agora, bastante distante daquela cuja origem, nos Países Baixos, ele deixara para trás e para sempre.

A família patriarcal mestiça era constituída por Baltazar Van Dum, holandês católico, casado com D. Inocência, “filha de um pequeno soba de Kilunda [...] bem mais escura do que eu, seu escravo [...]” (PEPETELA, 1997, p.21). As articulações entre escravidão, patriarcalismo e estruturação de poder ocorrem uniformemente. Apesar de holandês, para conseguir transformar-se em senhor (com a monopolização da terra, de cativos, de benesses e de honrarias), Baltazar representa a imagem de uma sociedade hierárquico-estamental-cristã e escravista, pois o escravo pertencia à propriedade no mundo ibérico. (SAMARA, 2003)

A família Van Dum é mestiça por estabelecer um intercâmbio transitivo entre culturas distintas, a começar pelos pais (Baltazar e Inocência), num processo de transculturação em que a assimilação e a resistência legitimam-se em Angola. No pólo da resistência contra o patriarcalismo europeu, Matilde é a voz mais forte. Em sua força sensual e erótica, incontrolável pelos ditames da casa e pelo decoro feminino, ela personifica a liberdade de escolher com quem deitar. E mais: separa sentimento de sexualidade. Já no pólo da assimilação, está o próprio Baltazar, que

não castiga os filhos, ouve a esposa, relaciona-se de forma diferenciada com vários escravos, cujos benefícios reconhece e os distingue dentro da instituição escravidão.

Pepetela lança mão de uma rede extensa e densa cuja busca maior é conhecer, de forma mais abrangente possível, os acontecimentos sociais do cotidiano, as instituições, os modos de comportar-se numa sociedade fragmentada entre africanos, portugueses e holandeses. Urdindo essa rede, rasurando as convenções, entrelaçando o joio e o trigo, seu discurso literário contempla o colonialismo de forma irônica e paródica, uma vez que a família patriarcal não se comporta uniformemente – ao contrário o patriarcalismo imposto por Baltazar se fragiliza diante das situações impostas pelos filhos e filhas de sua sentenciosa família.

A família grandiosa representada como espelho e farol por Pepetela. Como espelho, mimetizando o poder de reprodução do pai; como farol, buscando outras saídas que não a proporcionada pelo pai. Afinal, ser negreiro na costa do Atlântico, num tempo de guerras entre duas forças bélicas européias – não era simples ou fácil. Num jogo de confrontação entre o fato histórico, registrado pelos europeus, e as versões, guardadas na memória e oralidade dos angolanos, Pepetela transgride a ordenação do patriarcalismo de Baltazar, tornando-o articulador das diferenças culturais (BHABHA, 1998).

Para sobreviver – em Angola – Baltazar não hesita em criar um sistema em que os casamentos dos filhos trariam benefícios para os seus negócios, estuda a cartografia da época para escolher o melhor lugar para a sua casa e senzala, interessa-se pelas construções que possam melhorar a infra-estrutura da região, como a construção do canal que traria água do rio Kuanza para Luanda e, por fim, assiste à derrocada holandesa diante dos portugueses. Poderíamos defini-lo como um grande articulador local, um negociador, pois mantém relações de camaradagem tanto com portugueses, holandeses, franceses e angolanos. Dessa forma, através de sua rede de relações, a sua família manteria o empreendimento do tráfico negreiro, há muito iniciado por ele.

– Quem é que te disse? Boca calada. Vocês não sabem nada, não ouviram nada. Andem aí nas ruas a dizer essas coisas e vamos ter mais problemas. Não somos bem vistos porque estávamos com os

portugueses. Por isso temos de fazer como o macaco, não vi, não ouvi nada, não falei nada. Vocês a partir deste momento até nem sabem falar uma palavra de flamengo, entenderam? (PEPETELA, 1997, p.21)

Baltazar Van Dum representa a ideologia senhorial com seu ideário de dominação de classe da época. A partir de seu comportamento de chefe de família e senhor - proprietário, Pepetela analisa a hegemonia política e cultural que vige, historicamente, e que organiza a reprodução das relações sociais, particularmente dentro da família, de forma desigual. A dominação patriarcal se assenta na tentativa do controle sexual e de interdições a romances dos filhos, considerados inadequados para a gloriosa família Van Dum. A família mestiça constituída por Baltazar e D. Inocência, e pelas escravas sem nome da senzala, se organizava numa hierarquia em que ser filho da casa, e ter a cor mais clara representavam a ascensão dentro da genealogia familiar. Um exemplo disso é Catarina, a filha do quintal.

[...] era um ano mais velha do que Nicolau e ajudava na lide doméstica, como uma criada, pois D. Inocência aproveitava todos os momentos para lhe mostrar que era inferior de direitos aos seus filhos, nascidos dentro da casa e segundo todos os preceitos da Santa Madre Igreja. Mas Catarina aceitava tudo, se fechava num sorriso dócil, sonhando um dia que um rapaz rico ia reparar na sua beleza e levá-la a montar uma casa na Baixa. No entanto, já tinha vinte e três anos, a idade estava a passar e o pai não fazia nada para lhe arranjar partido. Como se esquecido. (PEPETELA, 1997, p.22)

Embora Catarina fosse a mulher do “encanto secreto” (PEPETELA, 1997, p.23) e por quem o narrador-escravo sentia uma imensa paixão, revelada apenas a nós, leitores, sobre ela recaem variadas formas de discriminação social e de gênero: a sua origem – filha do quintal, e a opressão patriarcal e machista. Catarina vivia no espaço da cozinha, diferentemente de Nicolau que, apesar de ser cria do quintal, era homem e já se sentava à mesa com todos e recebia benesses do pai.

D. Inocência nunca ousaria impedir o filho bastardo do marido de ir ao casamento, quanto a esse já ela se conformara. O assunto nem mereceu ser discutido, o primogênito dos Van Dum tinha adquirido o estatuto de filho por parte inteira graças à sua indispensabilidade e pronto. Tinha Nicolau catorze anos quando comeu primeira vez na mesa da sala, com toda a família. A senhora tentou refilar. Mas o marido foi cortante, se serve para me ajudar e é o único dos meus filhos que o faz, então também serve para comer à minha mesa. E

nunca mais voltas a falar nisto. Assunto definitivamente encerrado. Era chocante a diferença que o meu dono punha no tratamento de Catarina, condenada a não passar da cozinha, mas as mulheres nunca podem aspirar ao mesmo que os homens, isso também é verdade. (PEPETELA, 1997, p.99)

Como pumbeiro, caçador de escravos em terras distantes, Nicolau possuía privilégios, dentro da família, que o permitia burlar algumas interdições de D. Inocência, uma vez que a sua profissão o permitia ser o grande provedor de peças para a manutenção do tráfico negreiro. O termo pumbeiro, inicialmente, estava ligado a grupos africanos que tinham importantes contatos com o interior das terras africanas. Posteriormente, passou a designar os europeus africanizados que se aventuravam à caça e comércio de escravos no sertão africano. No século XVI, o adjetivo pumbeiro designava os comerciantes portugueses que freqüentavam o mercado do Pumbo. Entretanto, com o passar do tempo, o termo passou por um processo de substantivação, designando os agentes itinerantes que adentravam o sertão africano para fazer negócios com as elites da terra. Esses pumbeiros eram a conexão entre os produtores de escravos e os traficantes europeus que abriam as portas do Atlântico através dos portos de Luanda e Benguela. (SILVA, 2002)

Dentro do cotidiano escravocrata, havia variadas formas de discriminação que eram representadas, nitidamente, pela epiderme dos indivíduos e pelo gênero. Dentro da casa, Catarina está na posição mais baixa na hierarquia dos Van Dum: é mulher, filha do quintal, seu espaço na casa se restringe à cozinha. Portanto, o racismo dos Van Dum se expressa na casa reproduzindo o colonialismo da senzala.

Em oposição a Catarina, temos Matilde, a única das filhas da família a participar das conversas do universo masculino e ter as suas opiniões ouvidas com respeito. Apesar de serem opostas, a primeira pelo recolhimento e descrição; a segunda pelo atrevimento e despudor, ambas se tornam amigas: Matilde faz de Catarina a sua confidente, e Catarina ganha uma protetora na casa. Matilde, também, revela-se uma bruxa, uma feiticeira que prevê o sucesso da hegemonia flamenga, durante sete anos em Angola, ligado à ascensão da família Van Dum. Cabe-nos indagar se ela se apresentava como bruxa no século XVII, em que a presença da Inquisição não só nas colônias, como nas metrópoles ainda grassava, de que modo transitou nessa sociedade? Provavelmente, ela percebeu que teria uma forma de poder que a

diferenciaria das outras mulheres da colônia, cujo destino servil e doméstico a homens que não seriam escolhidos por ela, não a interessava.

As mulheres do quintal pertenciam a Baltazar Van Dum. Ele, como senhor, tinha acesso sexual às mulheres escravas. O acesso sexual às mulheres podia ser negado aos escravos do sexo masculino – isso representava um controle e uma exploração.

O casamento era outra instituição de dependência, em que as esposas se subordinavam aos maridos. Algumas vezes, as mulheres podiam ser usadas em larga escala como força de trabalho. [...] a riqueza na África media-se pelas esposas, pois a poligamia indicava prestígio e as esposas constituíam com freqüência forças de trabalho. (THORNTON, 2004, p.138)

Matilde era uma rapariga diferente não só por ser filha preferida do senhor, mas também por participar das conversas dos homens, dar opinião, ser ouvida com atenção e sentar-se no meio deles, mas, mesmo ela sabia de suas limitações em casos políticos; mesmo ela sabia que sofria toda sorte de preconceitos por conta seu comportamento libertino. Quando o casamento dela com o tenente Du Plessis termina por causa da traição de Matilde, Baltazar não aceita isso, uma vez que o casamento católico “é para toda vida”. Mas o tenente Jean Du Plessis retruca que “isto não é um Estado católico. Aqui as leis são as das Províncias Unidas da Holanda, não as de Portugal.” (PEPETELA, 1997, p.171) e põe fim ao matrimônio. Rodrigo, seu irmão, condena esse comportamento luxurioso de Matilde, uma vez que envergonhava a família Van Dum “tão temente a Deus. Ela é pior que os hereges”. (PEPETELA, 1997, p.176)

As relações internacionais de Baltazar com portugueses, franceses e holandeses eram marcantes:

O êxito de um mercador que se lançava nas Costas da África não dependia, porém, somente de suas relações com os africanos. Resultava também dos laços que já tivesse ou lograsse estabelecer com as praças européias, com os navios portugueses e de outras nações que percorriam os litorais africanos [...]. (SILVA, 2002, p. 260)

A profissão de traficante de escravos exigia dureza e crueldade. Os escravos eram comprados e vendidos indiferentemente. Não havia nenhuma contradição entre o

ofício violento e o catolicismo professado por Baltazar Van Dum. Aliás, bastante violento, senão como teria êxito como traficante? Talvez os olhasse com indiferença ou desprezo, talvez até, em alguns momentos, com a piedade que um dono tem do animal que está a sofrer. O provável, porém, é que Baltazar fosse cego e surdo à maioria dos seus escravos e que exercesse a sua violência através de uma personagem, Dimuka, “pessoa de muitas valias, indo desde capataz e responsável pela lavra, a chefe de segurança do cercado e carrasco.” (PEPETELA, 1997, p.29)

Segundo Alberto da Costa e Silva (2002),

A relação entre o senhor e o escravo é baseada na violência. Desde a origem. Desde o momento em que se desnuda quem vai ser escravo de sua identidade social. Desde o instante em que ele se torna “socialmente morto”. Como regra, é arrancado do meio em que nasceu e transferido para outro lugar, longe, com outros costumes, outra fé e outro idioma. Onde, também como regra, é humilhado e sujeito à peia e ao chicote. (SILVA, 2002, p.87)

Entretanto, Baltazar Van Dum possuía escravos de sua preferência: Dimuka e Mufolo. O primeiro era o capataz, o feitor, aquele escravo responsável por fazer cumprir as ordens do senhor. Já o segundo era um escravo jovem, nascido na senzala, mas que não conheceu corrente ou chicote. Mufolo, muito mais do que qualquer outro escravo de Baltazar, conhecia a liberdade de ir à cidade e, provavelmente, seria um homem livre.

Mufolo era o escravo favorito de Baltazar. Ainda era jovem, nasceu na senzala. Muito trabalhador e alegre, tinha um estatuto especial. Ajudava o Dimuka na lavra, apoiava em trabalhos pesados do quintal ou na casa grande, tratava do cavalo do meu dono e fazia o que fosse necessário. Mas tinha sempre autorização para ir passear na cidade, nunca conheceu o chicote nem as grilhetas, e estava destinado a ser aforrado e poder casar, era só questão de tempo. (PEPETELA, 1997, p.190)

Havia um certo espaço de autonomia dos escravos. Eles não eram iguais, apesar da condição escrava perante aos seus proprietários:

Seja como for, já não é possível pensar os escravos como meros instrumentos sobre os quais operam as assim chamadas forças transformadoras da história. Não podemos, tampouco, pensá-los como um bloco homogêneo apenas por serem escravos. As rivalidades africanas, as diferenças de origem, língua e religião –

tudo o que os dividia não podia ser apagado pelo simples fato de viverem um calvário comum. (SILVA, 1989, p.20)

Já Dimuka, o feitor da senzala, apavora a todos os outros escravos de Baltazar, menos ao narrador-personagem cuja dependência com o patrão o protege das violências físicas. A relação entre Baltazar e Dimuka fora construída num momento de fuga do ataque dos malufos. Ele fora o único a permanecer na senzala para protegê-la da pilhagem. Por isso, é o único escravo a ter junto de si, na senzala, a família.

Devotado a Baltazar, é temido e odiado pelos escravos e meio desprezado pelos forros. Tem prazer em dar chicotadas nos castigados. E anda sempre de olhos nos escravos e a fazê-los correr. Menos a mim, eu só dependo do meu dono. Sinto arrepio quando tenho de passar perto de Dimuka, mas em mim não manda. Nem dá chicotadas. (PEPETELA, 1997, p.29)

Essa relação entre o colonialista Baltazar e o colonizado Dimuka ultrapassava a relação econômica. Ele, o escravo, era-lhe útil porque defendera a sua propriedade, mostrou-se leal ao seu senhor. E o seu senhor era-lhe útil por conta do prestígio adquirido no lugar. Segundo Eduardo Silva e João José Reis (1989), os escravos para defender as suas organizações e a si mesmos, inventavam astutamente estratégias de romper o poder senhorial.

É óbvio que os senhores e seus agentes detinham uma enorme vantagem inicial, baseada no acesso a poderosos recursos materiais, sociais, militares e simbólicos. Por isso os escravos tiveram de enfrentá-los com inteligência e criatividade. Eles desenvolveram uma fina malícia pessoal, uma desconcertante ousadia cultural, uma visão de mundo aberta ao novo. (SILVA, 1989, p.33)

A experiência de conquista em Angola favorecia Baltazar em criar, também, as suas estratégias para que a “máquina mercante” (GREGÓRIO DE MATTOS, 1684) não pare de funcionar. O percurso do quintal para a casa se dava a partir da necessidade de Baltazar em eleger, entre os parentes, alguém para substituir as tarefas de outro parente. Foi o que aconteceu com Diogo. Com a saída de Rodrigo, por conta de seu casamento e posterior mudança para a terra do sogro, fazia-se urgente substituir essa perda de um jovem colaborador em sua estrutura mercantilista:

Esta viagem se passou logo após o casamento de Rodrigo, como disse. Desde então, Baltazar levou Diogo duas semanas seguidas, depois mandou-o ficar na quinta três dias, depois uma semana, e foi alternando os períodos no arrimo e na senzala. Até que lhe disse um dia, agora passas a usar o meu nome, porque és meu filho e ficas a tomar conta da quinta em meu nome. (PEPETELA, 1997, p.115)

Isso demonstra como se dava a inserção dos indivíduos bastardos nas sociedades domésticas. Transformar-se em filho da casa era uma travessia longa que provocava controvérsias dentro da família. Benvindo questionou-se internamente por que não ele, e sim Diogo. O que pensava seu pai para preteri-lo por um filho do quintal. Segundo Meillassoux (1995), existe "... uma manipulação necessária das relações sociais, a fim de exercer uma gestão de reprodução, que não pode ser abandonada." (MEILLASSOUX, 1995, p.23)

A questão que se evidencia nesse processo de ascensão de um bastardo à casa do pai é, antes de mais nada, uma substituição. Rodrigo saiu de seu posto, era necessário alguém que desempenhasse aquela função, por isso Diogo é reconhecido como filho agora. A afetividade se instala em Baltazar num momento de perda. Afinal, contava ele que Rodrigo fosse, naturalmente, o seu substituto como negreiro. Mas o casamento e a saída para terra do sogro consumaram a ruptura entre o filho dileto e o pai. O próprio narrador afirma: "Eu já tratava Diogo como um Van Dum, [...]" (PEPETELA, 1997, p.114)

No dizer de Gilberto Freyre, Baltazar exercia um "patriarcalismo polígamo", por conta da sua filiação em espaços distintos, mas complementares, uma vez que os filhos, mesmo aqueles do quintal, podiam ascender dentro da posição, obedecendo às estratégias de ampliação do seu negócio. De fato, exercendo a sua libido de forma falocêntrica, na medida em que apenas os filhos tinham chance dentro do núcleo familiar, Baltazar acreditava que assim controlaria a sua prole e escolheria os maridos de suas filhas.

Havia uma exigência recíproca no sistema familiar dos Van Dum que envolvia o tráfico, a senzala (representada pelo quintal) e o monopólio da família. Baltazar já tinha desenvolvido as várias formas de assimilação luso-africana ou afro-holandesa, o que se observa no trato com os escravos e as violências asseguradas ao seu

papel de colono e de senhor branco. Cabia, pois, ao pai, senhor dessa família, reiterar o seu papel de desbravador e de povoador aos seus descendentes. Ele, Baltazar Van Dum, fora o pioneiro, o colonizador que viria a ser o colono, em cuja bagagem trazia um projeto complexo de ocupação da terra nova, de exploração do lugar e, principalmente, de exploração do tráfico negreiro.

A constituição de uma família mestiça o ajudaria nessa empreitada, uma vez que ele não era soldado, nem padre, nem ninguém de títulos nobiliários para que o negócio do tráfico se desenrolasse sem atritos com o poder holandês que ora se instalava em Angola. Ser um patriarca e possuir várias mulheres negras, gerar nelas filhos que seriam incorporados à sua propriedade, bens móveis úteis ao alargamento de seu poder numa terra que seria, aos poucos, cada vez mais sua conhecida.

Baltazar se enxerga como um colonialista, evidentemente ele não recusa o fato colonial; não há nele um mal-estar ou revolta por estar ali. Aliás, é um colonialista por atração como já vimos. Ele foi atraído para Angola por um motivo simples: a motivação econômica. A prática familiar lhe deu chances de fincar a pá da exploração da terra de forma mais rápida e produtiva. Mas, vale ressaltar, Baltazar nunca se viu como usurpador, pois em si mesmo nunca viveu uma crise existencial sobre sua situação de colonialista.

O usurpador, é claro, reivindica seu lugar, e quando necessário, o defenderá por todos os meios. Ele reivindica, porém, como admite um lugar usurpado. Isso significa que admite, no próprio momento em que triunfa, que dele triunfa uma imagem que ele mesmo condena. Sua vitória de fato jamais o preencherá: resta-lhe inscrevê-la nas leis e na moral. (MEMMI, 2007, p.90)

Ao matar Thor, Baltazar não sente remorsos, pois estava punindo a intromissão de um escravo em sua família. Não importava a vontade da filha em casar-se com ele. Na tentativa de usurpar, ao máximo, os corpos negros de sua senzala, o patriarca Van Dum tem a pretensão de ser dono de vidas e mortes, senhor de prazer e de dor. O seu interesse, muitas vezes, se revela escuso e degradante, relacionado ao lucro e riquezas, deixando explícita a mentalidade da época.

– Nenhum escravo toca em filha minha e fica vivo. Era uma sentença de morte. Não me surpreendeu nem chocou, estava à espera, nos tinha comprado, tinha o direito de fazer de nós o que quisesse. O

único prejuízo era perder dinheiro gasto na compra, mas nos negócios também se perde ao fazer mau investimento, não é? (PEPETELA, 1997, p.244)

Enquanto Baltazar Van Dum representa o poder eurocêntrico em Angola, Njinga Mbandi, ou Ngola Jinga, rainha dos Jingas, Dongo-Matamba, ou simplesmente Jinga representa o poder local, ex-cêntrico, periférico. Pepetela, em sua narrativa, trata da existência da rainha da Matamba, a soberana Nzinga ou Jinga. O próprio narrador-escravo nos indica a existência de seu reino, ao dizer que pertenceu à sua corte, e foi dado de presente a Baltazar. A origem miscigenada do escravo, filho de pai italiano e de mãe africana, uma das escravas de Nzinga, pode conferir ao nosso narrador-escravo a capacidade de entender diversas línguas e, conseqüentemente, as diferentes cosmovisões que compunham os homens daquela época.

A forma como Baltazar ganhou de prêmio o escravo-narrador é valorizada:

A propósito, foi muito ousada a maneira como Baltazar Van Dum aproveitou a sua ascendência flamenga para enganar a rainha, que de facto detesta que a tratem assim, pois ela diz que é rei, porque só o rei manda, e ela não tem nenhum marido que mande nela, ela é que manda nos muitos homens que tem no seu harém e que chama de minhas esposas. É Rei Jinga Mbandi e acabou. Rainha ou rei, no entanto, foi enganada e bem enganada pelo meu dono. (PEPETELA, 1997, p.23)

Sabendo que Jinga lutava contra os portugueses, Baltazar mudou a trajetória por onde os europeus entravam no território da rainha. Indo pelo norte do território, dizendo-se malufu de Pinda, no reino do Congo. Jinga sabia que os holandeses eram inimigos dos portugueses e espanhóis, por isso o negócios foram favoráveis a Baltazar, a ponto de ganhar o escravo-narrador como prêmio:

E para mostrar isso me deu de presente a Baltazar Van Dum, eu, uma das suas propriedades mais preciosas, filha de uma escrava lunda, é certo, mas também de missionário napolitano, louco pelo mato e pelas negras, que ela mandou matar, dizem sem prova alguma, talvez por ter me gerado, pois provocou grande escândalo na corte um padre que dizia uma coisa e fazia outra. (PEPETELA, 1997, p.24)

A rainha Jinga é mais uma personagem histórica visitada por Pepetela na obra **A Gloriosa Família**. Jinga, para se tornar rainha, enfrentou adversidades de muitas ordens: seja por não ser a sucessora direta do rei falecido, Angola Mbandi, uma vez

que era mulher, seja por ser filha de uma escrava e, portanto, não ter nenhuma nobreza matrilinear. (SILVA, 2002)

Num estado cuja chefia estava aberta à competição de várias estirpes e no qual o rei, a fim de poder arbitrar os novos conflitos entre elas, era despido ritualmente de seus laços de sangue, um novo soberano procurava, ao assumir, organizar uma estrutura de poder própria, desvinculada das linhagens, juntando ao seu redor não só estrangeiros que dele se faziam clientes e pessoas que haviam perdido os vínculos familiares, mas também escravos. (SILVA, 2002, p.436)

Na obra de Pepetela, Jinga é descrita como uma líder bélica que domina com maestria as negociações de tráfico negreiro com os europeus. De certa forma, ela centraliza o mando na periferia, por isso não queria ser chamada de rainha, e sim de rei. Ela era, socialmente, um homem e, no seu harém, os homens eram vestidos de mulher. Sua masculinidade era expressa, também, nas lutas onde, pessoalmente, liderava no campo de batalha. O que Jinga fazia, ao seu modo e ao seu tempo, era criar uma tradição que legitimava as suas netas a subirem ao trono sem contestação de poder e sexo. (ALENCASTRO, 2000)

Baltazar Van Dum dominava o comércio na costa, mas o sertão ainda era, para portugueses e holandeses, um lugar inóspito cujo trânsito em segurança dependia em muito das relações com Jinga.

– Não se preocupe pai, conheço os caminhos todos.

– A Jinga agora não é nossa inimiga, pai – disse Benvindo, o de fala de mulher, estridente. – É aliada dos holandeses, recebeu-nos com grandes festas.

– É verdade – respondeu o meu dono. – Mas com Jinga nunca se sabe. Pode se lembrar que antes comerciávamos com os portugueses, ou que somos amigos deles, ou outra coisa qualquer. É bom não facilitar, ela tem o seu próprio plano. (PEPETELA, 1997, p.25)

De acordo com Alencastro (2000), dois biógrafos europeus se dedicaram a contar a saga da rainha Jinga ainda no século XVII. Destacaram-se os capuchinhos, Antônio da Gaeta, napolitano, e o espanhol, João António Cavazzi: o primeiro foi responsável pela conversão de Jinga ao catolicismo, e o segundo acompanhou a rainha até a morte, dando-lhe a extrema-unção aos 81 anos. Jinga morreu em 1663,

e os capuchinhos, finalmente, receberam autorização de Portugal para a construção de igrejas em Matamba – maior território intermediário do tráfico negreiro.

Difundida em italiano, traduzida, adaptada por outros escritores, a narrativa dos capuchinhos sobre Jinga – uma rainha comedora de gente no sentido próprio e figurado – inflamou a imaginação de ilustres autores europeus. Com estilos e propósitos diferentes, Sade e Hegel vão se lembrar do que leram sobre a soberana de Matamba para ilustrar temas filosóficos e morais. Como o frei Cavazzi, o marquês de Sade acreditava na correlação positiva entre a crueldade e a sensualidade. (ALENCASTRO, 2000, p.280)

Segundo Selma Pantoja (2000), a mitificação em torno da figura de Jinga se deu por conta dos ritos de infanticídio e canibalismo, além de ter sobrevivido às doenças trazidas pelos europeus, principalmente à varíola, e às perseguições dos portugueses. Isso fez com lhe atribuíssem poderes sobrenaturais. Favorável à expulsão dos portugueses de Angola, Jinga foi uma forte aliada dos holandeses.

Em 1646/48 as forças holandesas, conjugadas a Nzinga, avançaram na derrubada dos portugueses. Em 1648, as tropas de Massangano foram vencidas, mas foi questão de pouco tempo, pois chegou do Brasil Salvador de Sá, que tinham por objetivo restabelecer o tráfico de escravos para o Brasil. (PANTOJA, 2000, p.119)

O destino da família de Baltazar está ligado às suas negociações com portugueses, europeus e africanos. Jinga é a representante do maior poder em Angola. Os europeus, claro, sabiam muito mais sobre os africanos e a África do que os africanos sabiam sobre a Europa. Porém, Jinga, assim como os líderes do Kongo, buscavam parcerias comerciais mais favoráveis aos seus interesses. Por isso, as transações comerciais pendiam para o lado dos holandeses e se degradavam para o lado dos portugueses.

Aos poucos, Baltazar Van Dum ia ficando só com sua família. Os amigos construídos em Luanda, como o major Gerrit Tack, embarcavam de volta à Europa. O grupo que se reunia em volta das cartas na bodega de Dona Maria estava desfeito. Essa perda de amizades representava um duro golpe para Baltazar, pois ele perdia a chance de saber como a instância do poder europeu iria agir na África.

Perdíamos definitivamente o acesso às antecâmaras do poder, que o major sempre facultara. E as informações confidenciais em primeira mão que permitiam estudar as melhores táticas a seguir pela

família, O golpe fora rude e só aos poucos me fui apercebendo que uma boa coisa vem sempre acompanhada de outras más. O meu dono lançou a notícia ao almoço, na casa grande, e foi tudo um mar de tristezas. (PEPETELA, 1997, p.319)

O discurso colonialista encontra eco em Baltazar, principalmente o mercantilista, pré-colonialista que lhe insufla antes a sede de lucro diante dos preceitos religiosos. Tornando-se em “sagaz brichote”, personagem que a pena satírica de Gregório de Matos e Guerra, poeta baiano do século XVII, descreve minuciosamente como do comportamento colonialista no Brasil, serve de espelho para esse holandês tão lusitano em sua religião e forma de traficar escravos. Como fidalgo da terra, Baltazar exerce uma estranha religião católica: “Estranha religião meio barroca meio mercantil! Religião que acusa os vencedores, depois entrega os vencidos à própria sorte. Religião que abandona o verbo divino, frágil, indefeso, às manhas dos poderosos que dele saqueiam o que lhes apraz.” (BOSI, 1992, p.31)

A relação Igreja e colonialismo envolve vários empreendimentos: da catequese à economia. Foi marcada, inicialmente, por uma aliança proveitosa para ambos os lados. Entretanto, a Igreja só dava a salvação moral e mítica fosse aos colonizadores, fosse aos colonizados. A questão mercantil teria de passar por cima dos preceitos religiosos para ter sucesso na colônia e produzir, seguramente, a riqueza das metrópoles. Afinal, era para isso que as colônias existiam: para sustentar e alavancar o desenvolvimento das metrópoles. Portanto, a missão do

[...] colonialista não podia favorecer um empreendimento que teria contribuído para a dissipação da relação colonial. A conversão do colonizado à religião do colonizador teria sido uma etapa no caminho da assimilação. Foi uma das razões pelas quais as missões coloniais fracassaram. (MEMMI, 2007, p.109)

A chegada à África traduziu-se em resultados díspares: a linguagem e o comportamento do europeu sofreram uma mestiçagem. O aculturador se relaciona de forma recíproca e dialética em relação àquele que será aculturado, catequizado, colonizado, escravizado. Ou seja, ele sofre, também, aculturação do dominado. Mesmo que não queira, para a sua sobrevivência, o ser mestiço será mais vantajoso do que a pureza racial preconizada na Europa. (MEMMI, 2007)

Baltazar Van Dum não queria e nem podia transformar a colônia à imagem da metrópole, tampouco o colonizado à sua imagem. Entretanto, o seu comportamento colonial agregava desde a esposa negra, a língua do Outro, uma família mestiça capaz de ser negociada em prol da sobrevivência de seu nome e legado. Como bem previu Matilde, a filha bruxa, que se daria, durante sete anos, a glória dos Van Dum em Angola. (MEMMI, 2007)

Segundo Rita Chaves (2005),

No texto de *Pepetela*, podemos dizer ainda que ele trabalha, sem complexos, a mesclagem de linhas externas com elementos da tradição angolana. Evitando o caminho da falsa originalidade, calcada no plano de exótico, a narrativa realiza um processo de apropriação ao selecionar e acolher modelos que transforma ao transpô-los para a sua realidade (CHAVES, 2005, p.74)

Nesse sentido, podemos dizer que Baltazar Van Dum corporifica a inter-relação entre diversos mundos. O mundo europeu a correr no seu sangue, o mundo africano, de cujo sangue se alimentou em seus negócios, mas que também o africanizou de forma inelutável. Afastado de um caráter de neutralidade ou de maniqueísmo, Baltazar está longe de ser o vilão do romance. Ao contrário, ele é o arquétipo daqueles homens que embarcaram para o Novo Mundo e fincaram o pé com força na terra atrás das benesses anunciadas pelas grandes navegações. Baltazar redimensiona o seu projeto econômico-cultural através da sua família, apropriando-se do que lhe seria útil, como o kimbundu, dialogando, também, com as diferenças, ele vai-se mestiçando ao adquirir a fisionomia do lugar que conquista em Angola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gloriosa Família – O tempo dos flamengos (1997), de Pepetela, traz vários fios para a tecelagem da temática da representação da família mestiça na África, em especial em Angola, maior território de língua oficial portuguesa depois do Brasil. Evidente que a comparação entre os dois espaços Brasil (Bahia, Pernambuco e São Paulo) e África (Angola) ultrapassa o passado em que conquistadores europeus (portugueses e holandeses) lutaram para se estabelecer no lugar, por conta do mercado negreiro e da produção de açúcar, no século XVII.

Ao escolher a narrativa em 1ª pessoa para o seu romance, Pepetela estabeleceu uma relação de contigüidade entre o eu-autor e eu-narrador, ou seja, ao instituir o escravo sem nome, mudo e analfabeto para ser o narrador, o autor angolano criou uma personagem que está dentro da história; que observa e julga os fatos, mas que não tem uma participação efetiva sobre eles. (SANTILLI, 2003)

O aparente paradoxo de esse narrador contar a história é dissipado no jogo inventivo de Pepetela ao tecer a sua ficção histórica. O escravo

[...] é um observador da história, que assiste aos fatos, que convive com as personagens, que experiencia sensações que vão desde ouvir segredos de ordem pessoal e política a suspiros e gritinhos sensuais que se desprendem das relações amorosas. Por isso, a palavra desse narrador está imantada de uma sabedoria que decorre do saber de experiência feito, estando apto, inclusive, a dar conselhos. (GOULART, 2007, p.145)

A ficção histórica de **A Gloriosa Família** (1997), ao abordar uma família mestiça num espaço em que conquistadores portugueses e holandeses lutavam por uma hegemonia no tráfico negreiro e nas transações comerciais, principalmente com o Brasil, levanta questões sobre a reinvenção do discurso histórico. Pepetela transita, então, num espaço de ambigüidade inerente à ficção, ou seja, ele cria a polifonia entre o fato e o verossímil. (SANTILLI, 2003)

A ficção de Pepetela permite-nos, então, conhecer a história possível, a dos que perderam, ou são vistos como perdedores. Ironicamente, quem não fala é quem registra e nos dá conta daqueles destituídos de nomes e que não figuram nos livros oficiais de história. A questão do colonialismo e seu enfretamento nas formas de

subversão da invisibilidade do escravo, imposta pelo europeu, num processo de revelação crítica de quem produz o discurso narrativo. Pepetela, ao debruçar-se sobre o arquivo histórico da colonização empreende um deslocamento da voz narrativa. Em vez de ignorá-lo, ele o expõe, em forma de epígrafes, de modo que o foco narrativo silente se contrapõe a esses fatos “irrefutáveis”. A estratégia narrativa se estabelece em confronto com os fatos consagrados. O escravo-mudo se legitima como narrador através da sua vinculação com o espaço telúrico de sua terra e com a perspicácia em tecer a narrativa. (CHAVES, 2005)

Eduardo Silva destaca que

A abordagem da escravidão a partir do escravo pode esbarrar, contudo, em alguns problemas sérios. O mais conhecido e lamentado destes é, sem dúvida, a carência de fontes. O historiador, contudo, está condenado a trabalhar com as fontes que encontra, não as que deseja. Esta é, aliás, a sua sina, ciência e arte. É necessário, pois, relativizar o problema das fontes, não imaginando nunca que ela possa impedir os avanços. (SILVA, 1989, p.14)

Nesse sentido, a compreensão de que a literatura por ser um fenômeno estético, uma manifestação cultural, possibilita a representação dos movimentos realizados pelo homem em sua historicidade, tem-nos dado chance de assumi-la como espaço de pesquisa.

Pepetela, um sujeito africano, interroga o poder e o saber do processo colonialista. Buscando “subverter a subalternidade” (SOUSA SANTOS, 2002, p. 32), a narrativa torna-se inesperada, transitando entre a ficção e a história, o narrador-escravo dedica-se a modelar a identidade angolana num viés mestiço e mágico, a partir da genealogia da família Van Dum.

Através da literatura, Pepetela dá conta que o passado colonial é ainda uma referência histórica importante para se pensar que descolonização está sendo oferecida aos países africanos. É importante estar atento para as formas de dominação pelas quais passou a África, como também pelas quais, modernamente, outras formas de dominação podem vir a aparecer.

Falar de nação na África implica, assim, muitas revisões e muitas reformulações que estão sendo elaboradas, até o momento, apenas

no nível intelectual da *intelligentsia* africana, muito longe ainda de uma prática por parte dos governantes e igualmente muito longe da internalização do seu potencial identitário por parte das camadas mais amplas da população. A literatura, nunca é demais repetir, é um possível instrumento para atingir essa finalidade. (AUGEL, 2007, p.42)

Na biografia não autorizada de Baltazar, inscreve-se outra narrativa que produz a visibilidade das rotinas hipócritas e violentas, de sujeição e de resistência, que disciplinava as sociedades constituídas sob a dominação patriarcal e mercantil. O narrador-personagem, ao produzir a história dessa gloriosa família, torna-se sujeito cuja experiência, marcada na pele, se estende na memória ficcional. A casa e o quintal, espaços de poder e de trocas simbólicas e materiais entre os membros da família representam a microestrutura doméstica das ambivalências e impasses do desejo colonial que se relacionam com uma macroestrutura de dimensão política, em que os processos de negociação obedecem à lógica do colonialismo do século XVII. Segundo Laura Cavalcante Padilha (2007), o processo de subversão que se instaura no romanesco, é o vetor da obra que se desloca do narrativo para o textual, o que produz novos sentidos ao discurso narrativo.

Pepetela combate a “esclerose da sociedade colonizada” (MEMMI, 2007, p.142) que destrói a identidade do colonizado e enfatiza que o processo de assimilação e mestiçagem é impossível de conter no processo dialético da colonização. (BOSI, 1992). Como a dizer que o processo colonialista não prescinde do colonizado e vice-versa.

Do texto de Pepetela, podemos dizer ainda que ele trabalha, sem complexos, a mesclagem de linhas externas com elementos da tradição angolana. Evitando o caminho da falsa originalidade, calcada no plano exótico, a narrativa realiza um processo de apropriação ao selecionar e acolher modelos que transforma ao transpô-los para a realidade. (CHAVES, 2005, p.74)

Dialogar com a historiografia do período pré-colonial em Angola e do período colonial brasileiro, notadamente do século XVII, fornece-nos exemplos sobre a importância da família no processo colonial. Entretanto, o conceito de família mestiça, no Brasil e em Angola, é bastante distinto, embora as trocas culturais, religiosas e econômicas fossem maciças nos séculos XVII e XVIII. No final da época colonial, os europeus eram 5% da população em Luanda. Somente 10% dos

angolanos são mestiços, a esmagadora população é negra. A influência islâmica não alcançou Angola, a população se divide, religiosamente, entre o catolicismo, o protestantismo e animismo. Ao passo que no Brasil, a mestiçagem vingou de diversas formas: índios e portugueses no início da ocupação e povoamento, depois se ampliou com a diáspora negra pelo Atlântico Sul. (SAMARA, 2003)

O conceito de família patriarcal pode ter sido trazido pelo holandês Baltazar Van Dum, entretanto a sua manutenção em Angola deve ser questionada a partir da representação da dinâmica de sua família. Isso implica a discussão dos termos família e modelo patriarcal onipresente no espaço pré-colonial de Angola.

A família extensa dos Van Dum era composta por Baltazar Van Dum, sua esposa D. Inocência, e seus onze filhos: oito legítimos e três bastardos, fruto de suas relações com as escravas do quintal. Acrescente-se a este grupo, os escravos e agregados. Essa família gloriosa torna-se uma “nobreza colonial” (SAMARA, 2003), uma vez que ocupa, com destaque, a esfera do poder local. Entretanto, rasuras irão deslocar a letra do pai cujo desejo era decidir os destinos dos filhos: legítimos ou não. Os casamentos começam a ser construídos independentes da aprovação dos pais; a vida de cada filho, também, começa a se distanciar do principal negócio do pai – o tráfico negreiro. As múltiplas hierarquias que se baseavam na propriedade da terra e de escravos, bem como no ideal da fidalguia começam a sofrer ranhuras na ordenação desejada por Baltazar. (SCHWARTZ, 1988)

No momento em que a experiência pré-colonial em Angola é ficcionalizada por Pepetela, há um movimento transgressor cuja proposta é romper com a alienação cultural, buscando articular as múltiplas culturas que se mesclaram, num entrelaçamento nada pacífico, entre europeus e africanos no século XVII. (TUTIKIAN, 2006)

Em seu projeto literário, o autor angolano não se prende somente aos compêndios de ciências políticas ou sociais, aos dados oficiais sobre o passado africano, o seu passado. A representação da família mestiça, em sua obra, realiza-se como metáfora da nação angolana e da identidade coletiva que transparece na polifonia

do seu discurso literário, abarcando a natureza plural da cultura angolana. (CHAVES, 2005)

Sob os abismos do tempo colonial e/ou sob as nuvens ambíguas de um país ainda distante de um céu democrático, faz-se uma literatura que, mesclando registro e invenção, intensifica aquele desejo de saber de que barro somos feitos. Desse modo, o escritor insere-se no conjunto de homens voltados para uma pesquisa que sem minimizar o artístico, abre-se para os ventos da História. (CHAVES, 2005, p.83)

A literatura de Pepetela se inscreve no sistema cultural de Angola. A busca pela identidade angolana não é uma oposição à cultura portuguesa, mas uma autoafirmação identitária que abrange o passado com a sua violência colonialista, mas que não nega o caráter mestiço enfeixado nas diferenças dos muitos povos que passaram por Angola. (AUGEL, 2007)

O escritor, que viveu o processo da colonização e escreve para o seu povo, faz uso do passado para nortear o seu porvir. (FANON, 2008) A literatura angolana contemporânea de cuja cena faz parte Pepetela pode ser caracterizada pelos questionamentos, problematizações e ressignificações do passado num claro ritmo dissonante do discurso hegemônicos europeus que, durante muito tempo, narraram a história da África.

Pepetela opera a desnarração através do seu narrador especioso que se vale de recursos variados, como a ironia, o sarcasmo, o burlesco e o humor para, de forma consciente e politicamente engajada, nos oferecer outra voz, nem branca, nem negra – mestiça como ele sobre a mundividência daqueles, esquecidos, marginalizados, pela história oficial. (AUGEL, 2007)

O autor angolano, então, retira dos “escombros” (PEPETELA) da colonização os vários fios de pequenas histórias; histórias de família grande, mestiça em que os desejos dos mais jovens nem sempre seguem os dos mais velhos; histórias que socorrem a identidade de uma nação em formação. Essas histórias são, também, um pouco nossas; pois o Brasil, em certa medida, passou por processos similares, mantendo as diferenças proporcionais. Essas histórias, que não foram contadas pelos conquistadores e colonizadores, são vitais para

[...] romper a aparência superficial das coisas, dar a ver as correntezas e abismos subjacentes. As histórias podem alimentar nossa mente, levando-nos talvez não ao conhecimento de quem somos, mas ao menos à consciência de que existimos – uma consciência essencial, que se desenvolve pelo confronto com a voz alheia. (MANGUEL, 2008, p.19)

Como escrita ficcional, a obra de Pepetela revela a preocupação com “aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real” (SEVCENKO, 2003, p.29). Ele parte da história da conquista portuguesa e do enfrentamento entre lusos e malufos em Angola. Entretanto, a sua literatura

[...] fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. Mas será que toda a realidade da história se resume aos fatos e ao sucesso? (SEVCENKO, 2003, p.30)

Pepetela foi um dos fundadores da União dos Escritores Angolanos, órgão responsável pela difusão da literatura angolana. Sua obra é traduzida em quinze línguas e objeto de estudos em várias instituições angolanas e internacionais. No Brasil, Pepetela é publicado, inicialmente, pela Ática, em 1973: **As Aventuras de Ngunga**. Em 1980, **Mayombe**. Depois a Nova Fronteira, publica as obras **A Geração da Utopia** (1992), **A Gloriosa Família – O tempo dos flamengos** (1999), e a Record publica **Jaime Bunda, o agente secreto** (2003). Até hoje, a sua primeira obra **Muana Puó** (1969) não foi publicada entre nós. Em 2008, já pela Língua Geral, é publicado, no Brasil, **Os Predadores**.

A leitura de **A Gloriosa Família – O tempo dos flamengos** nos leva a perscrutar o cotidiano dos angolanos e dos europeus num espaço fraturado pela lógica mercantilista, pelo tráfico negreiro e pela necessidade de viver. A família mestiça de Baltazar Van Dum vista como índice de agudização dos jogos materiais e simbólicos; sofrendo, pois, as conseqüências de fatos, muitas vezes, vindos de fora para dentro. É da intimidade dessa família que vemos melhor como funcionava o jogo das relações comerciais e afetivas do século XVII e como delas se derivaram a construção de poder não só em Angola, mas no Brasil também. Por ser a família palco de inúmeras interpretações, podemos captar a cena familiar dos Van Dum

como elemento cultural cujas ações e emoções se transformam em enredo para a trama romanesca do autor.

Espero, com esse trabalho, dar contribuição ao estudo maior da família afro-brasileira e da cultura africana, uma vez que ela está impregnada em nós, brasileiros; espero que a escritura desse trabalho suscite debates, críticas, sugestões e que possa fomentar novas pesquisas sobre a formação da família e da mestiçagem entre nós. Por fim, espero ter conseguido mostrar o quanto precisamos estudar a África, sobretudo para nos livrar dos pré-conceitos e suprir os vazios de conhecimento que são os aglutinadores dos maiores equívocos sobre a história do Brasil, da família brasileiro-mestiça – que não pode ser objeto de estudo desvinculado da África.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Literatura: História e Política**. São Paulo: Ática, 1989.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In **História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Faksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec: Editora UNESP, 2002.
- BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza/ Sobre o conceito de História. In: **Magia e Técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras Escolhidas Volume I**. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Alves, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992
- _____. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- CABAÇO, José Luís. A vida na África de língua portuguesa. **Biblioteca Entre Livros: textos fundamentais para ler e guardar**. São Paulo: Duetto. Vozes da África. Edição especial nº 6, p.14, 2007.

CADORNEGA, António de Oliveira. **História geral das guerras angolanas (1680)**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1972. Tomo I.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

CHAVES, Rita e MACÊDO, Tânia (Org.). **Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo: Alameda, 2006.

CHAVES, Rita (Org.). **A Kinda e a misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda, Angola: Nizla, 2007.

CUNHA, Eneida Leal. **Estampas do imaginário: literatura, história e identidade cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DIAS, Lucy. **Outros 500: uma conversa sobre a alma brasileira**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

DUARTE, Lélia Parreira. **Ironia e humor na literatura**. Belo Horizonte: Ed PUC Minas; São Paulo: Alameda, 2006.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**; Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo. Círculo do Livro, 1980.

FUENTES, Carlos. **Geografia do romance**. Tradução de Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

GOULART, Audemaro Taranto. A Gloriosa identidade: a afirmação da literatura africana num romance de Pepetela. In: CHAVES, Rita (Org.). **A Kinda e a Misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda, Angola: Nizla, 2007.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HAMILTON, Russel. **África & Brasil: letras em laços**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2000.

HEYWOOD, Linda M. **Diáspora Negra no Brasil**. Trad. Ingrid de Castro Vompean Fregonez. São Paulo: Contexto, 2008.

HILDEBANDO, Antônio. **África & Brasil: letras em laços**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2000.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1989.

LISPECTOR, Clarice. **Laços de Família**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUGARINHO, Mário César. Quem deve comer lagostas? Reflexões sobre os estudos pós-coloniais a partir de alguma ficção de Pepetela e Agualusa. In: CHAVES, Rita (Org.). **A Kinda e a Misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda, Angola: Nizla, 2007.

MANGUEL, Alberto. **A cidade das palavras: As histórias que contamos para saber quem somos**. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **História Oral**. São Paulo: Contexto, 1993.

MEILLASSOUX, Claude, **Antropologia da escravidão**: o ventre de ferro e dinheiro. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO E SOUZA, Marina. **Nas Rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Ilha de Vitória: EDUFES, 2006.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDES, Cleise Furtado. **Senhora Dona Bahia**: poesia satírica de Gregório de Matos /seleção, introdução, estudo crítico e notas de Cleise Furtado Mendes. Salvador: EDFUBA, 1986.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MILLER, Joseph. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In. PANTOJA, Selma, SARAIVA, José Flávio Sombra. **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo**: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais (inter-raciais) no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Unesp, 2004.

PADILHA, Laura Cavalcante. **Entre a voz e letra**: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. Niterói: Ed. UFF, 2007.

PANTOJA, Selma. **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Nzinga Mbandi**: mulher, guerra e escravidão. Brasília: Thesaurus, 2000.

PARREIRA, Adriano. **Economia e sociedade em Angola**: na época da rainha Jinga (século XVII). Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

PEPETELA, **As aventuras de Ngunga**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1983

_____ **A gloriosa família**: o tempo dos flamingos. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1997.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Brasil afro-brasileiro** / organizado por Maria Nazareth Soares Fonseca. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PETRINI, João Carlos. **Família XXI**: entre pós-modernidade e cristianismo / João Carlos Petrini, Lúcia Vaz de Campos Moreira e Miriã Alves Ramos de Alcântara, (organizadores). São Paulo: Companhia Ilimitada, 2003.

PINTO, Alberto Oliveira. Alguns aspectos do romance histórico pós-modernista em A Gloriosa Família de Pepetela. Lisboa, Dez. 1999. **NON! Revista crítica de opinião, idéias e artes**. Disponível em: <http://multiculturas.com/angolanos/alberto_oliveira_pinto.htm> Acesso em: 10 jan. 2009.

PORTELLA, Eduardo. **Teoria da comunicação literária**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos angolas**: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. 2005. 244f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: evolução e sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: relações culturais, identidade, alteridade. Salvador, 1999. Tese (Doutorado) em comunicação – Facom – UFBA.

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. **Discursos sobre a “África” e fantasmagorias colônias em obras de Mia Couto e Pepetela.** In: CHAVES, Rita (ORG.). *A Kinda e a Misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana.* São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda, Angola: Nizla, 2007. p. 241-257.

RORTY, R. **Contingency, Irony and Solidarity.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.). **Pensando a família no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e tempo/UFRJ, 1987.

_____. **Família, mulheres e povoamento:**São Paulo, Século XVII. São Paulo: EDUSC, 2003.

SANTIAGO, Silviano. **Uma Literatura nos Trópicos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **Nas malhas da letra:** ensaios. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Paralelas e Tangentes:** entre literaturas de língua portuguesa. São Paulo: Arte&Ciência, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In: Ramalho, Maria Irene & Ribeiro, António Sousa (Org.). **Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade.** Porto: Afrontamento, 2002.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org). **A Escrita da História:** novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Travessia e rotas das literaturas africanas de língua portuguesa (das profecias literárias às distopias contemporâneas). **Légua & meia:** Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana: UEFS, nº1, 2001/2.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na primeira república. 2. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org). **A Escrita da História**: novas perspectivas. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista / Eduardo Silva, João José Reis. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Alberto da Costa. **A manilha e o libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900 - 2000. Trad. Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

THORNTON, John Kelly. **A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico**. Trad. de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

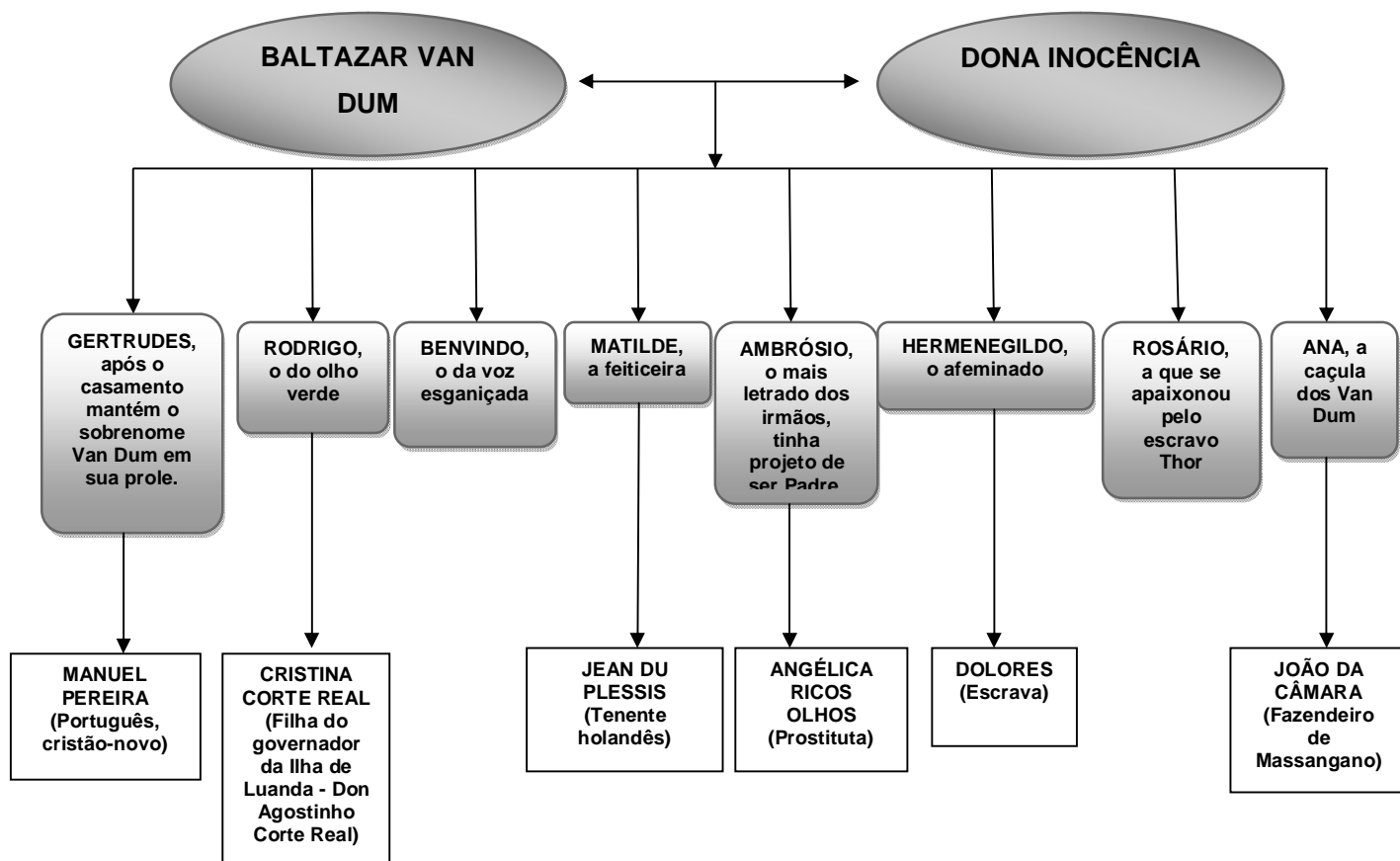
TUTIKIAN, Jane. **Velhas identidades novas** – o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

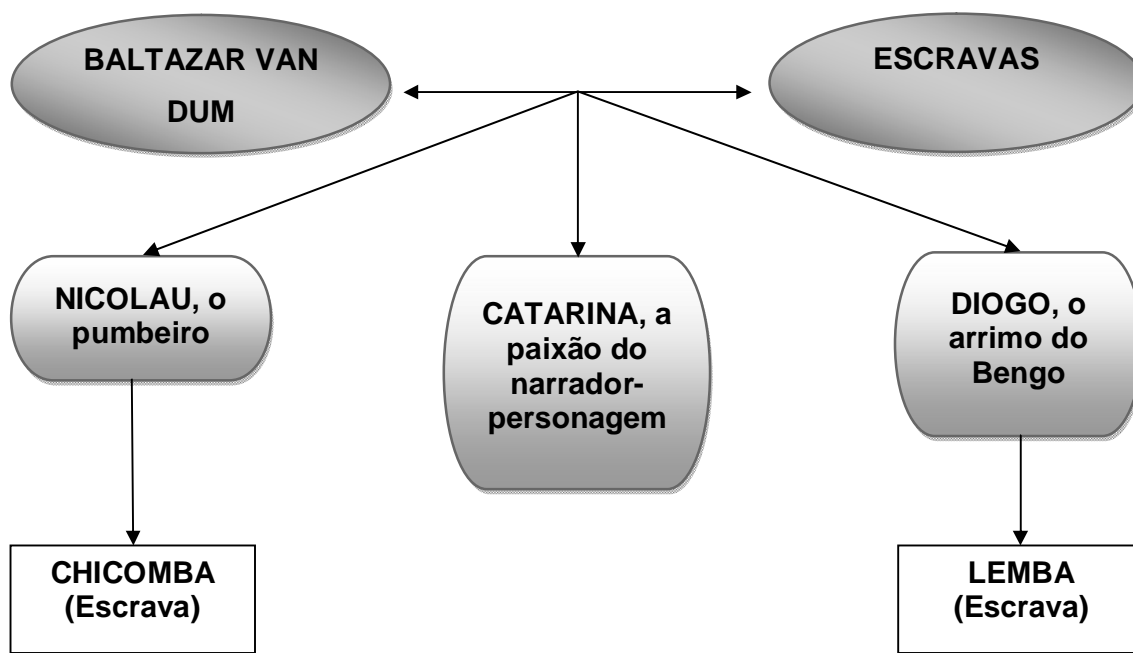
VAINFAS, Ronaldo. **Moralidades Brasília**: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: Laura de Mello e Souza (Org.). **Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. Coleção História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Cia das Letras, 1999, VOL.I.

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 1987.

APÊNDICE A: os filhos da casa e suas uniões



APÊNDICE B: os filhos do quintal e suas uniões



APÊNDICE C – Entrevista com Pepetela*

Como o Sr. vê o patriarcalismo em Angola, notadamente na obra em A Gloriosa Família?

As famílias grandes de Angola, e essa família Van Dum ainda existe hoje, é a mesma, apenas se chama Van Dunen. (risos) Se o patriarcado existe, em certo sentido de o chefe da família ter todos os poderes, no caso angolano isso é muito temperado pela enorme importância que as mulheres têm. Não se pode falar de um patriarcado de fato, já que dentro da casa quem manda é a mulher. Não é nada o homem. O homem dá ordens, mas faz o que as mulheres querem. Isso é característica das grandes famílias angolanas. A característica maior é a força que as mulheres têm dentro dessas famílias. Há um exemplo no livro que é verdadeiro: Gertrudes, uma das filhas de Van Dum, casa com um português, mas o último nome é o da família Van Dum. O sobrenome do português não vale nada, é um Pereira qualquer. O que vale é o sobrenome do seu pai. Isso é um episódio verdadeiro da família Van Dunen. Até hoje, as mulheres dessa família, quando casam, os seus filhos têm o nome da sua família, não o dos maridos. Elas perpetuam o nome dessa família. Isso é um fato que conheço dessa família. Então, é um patriarcado moderado pela força das mulheres que possuíam uma força espiritual particular também. Nos tempos atuais, isso pode não ser assumido, mas eram as mulheres que trabalhavam com os espíritos. Outra família importante, em Angola, é Vieira Dias, que diz que esse nome, dentro de uma das tradições, tem a ver com Brasil por causa de Henrique Dias que foi lutar contra os holandeses em Angola, e formou lá uma família. É um das versões que há. Mas a chefe da família, a chefe da família espiritual era uma mulher, a Tiazinhas que era uma curandeira, diz que onde ela punha a mão curava. Eu não sou de Luanda, mas eu conhecia as suas histórias. Não só tinha uma força curativa nas mãos, mas dominava os espíritos. Até hoje esta família Vieira Dias é muito importante, politicamente, em Angola. Um dos seus netos é um nome importante hoje em Angola.

* Entrevista realizada durante a FLIPORTO (Festa Literária de Porto de Galinhas - Pernambuco) realizada de 6 a 9 de novembro de 2008.

Mas a característica marcante desse patriarcado é a presença da poligamia dentro dessas famílias. Um homem com várias mulheres. Mas é uma poligamia muito matizada. Mas, a mulher principal é a chefe. O resto não... Dona Inocência é um pouco isso na obra.

O narrador do livro é escravo, mudo, analfabeto e que só fala com os leitores. Como foi a construção desse narrador em seu silêncio e silenciamento?

Realmente, eu represento, até certo ponto, as pessoas que não tinham voz. Eu empresto a minha voz às pessoas que não tinham voz. É o que, em parte, o escritor faz normalmente. Mas, até uma parte do livro, isso não foi premeditado. Eu, de repente, estava preocupado com o livro, com a sua escritura que não saía e lembro que estava a almoçar com a minha família: minha mulher e filha. E lhes disse: o narrador é mudo, pior é analfabeto. Minha mulher disse no ato: ai meu Deus, lá vem bomba! (risos) Minha filha, que tinha na época 18 anos, disse boa, nunca vi um livro assim! Foi pelo meio livro que descobri isso pelas atitudes dele. Ele foi se construindo como personagem assim. Claro que , quando conclui isso ao longo da narrativa, fui modificando. Mas o narrador-personagem era desde começo um escravo apenas que acompanhava o seu dono. Mas era um escravo que ouve e que pensa. Eu concebi um narrador assim, com liberdade de ficção. Alguns acham incoerente, mas não é. Eu concebi assim... Meu livro não é história, é um romance. Se fosse história, eu não teria posto batata na narrativa, uma vez que só trinta anos depois de 1646 chega a cultura da batata a Angola. No sentido geral, a ficção não tem de estar atrelada à histórica rigidamente. Eu sei disso, mas quis colocar. Eu não sei se o governador holandês era bêbado ou não. Lá eu pus que era, a família dele que me processe. Três séculos depois, a família não poder provar nada. O que interessava era o triângulo que havia entre Europa, África e América. O açúcar que movia o mundo. Pernambuco-Angola. Isso aqui, Porto de Galinhas. Essa triangulação é que dá o sentido geral das coisas. Isso é importante. Eu faço uma pesquisa, não invento só à toa. Mas pára aí, o resto eu faço o que eu quero. Não é por acaso que os capítulos abrem com epígrafes, e dentro ocorre o contrário. Isso era de propósito. Eu queria mesmo fazer uma provocação, oferecer outra versão àqueles fatos, a versão popular. Eu conheço a história da batata, até sei o nome do barco que a trouxe. Mas isso não me interessa...

E como é que um personagem chamado Thor entra nesta história?

Isso é outra coisa. Eu tinha que entrar com um personagem trágico, porque, para mim, o verdadeiro Thor morrera. Ele era uma pessoa que trabalhava na fazenda de meu pai. Ele vinha de uma região do Sul de Angola, confluente de três populações, todas criadores de gado que tinha como cerimônia de passagem da infância para a idade adulta roubar um boi de uma tribo inimiga. Até hoje isso ocorre, mas de forma pacífica. Isso é negociado. Ocorre o roubo e, depois, a devolução do animal. O governador desta região não é nada burro, mantém essa tradição, sem a violência do passado. Ele vinha dessa região do Sul e chamava-se Thor, o que não tinha nada a ver com Angola, com Portugal, com nada. Mas era o nome dele. Mas tarde eu descobri que Thor era um deus viking, por isso eu punha com h. Ele trabalhava com meu pai. E na frente da minha casa, em Benguela, havia uma acácia enorme. Benguela é uma cidade de acácias. A acácia é o símbolo da maçonaria. Mas aquela era maior de todas. Dizia-se que a rua, no passado, era um leito de rio que fora desviado. Neste leito de rio, os leões iam caçar e beber água. Diz uma história que houve uma luta entre um homem e um leão, e os dois morreram e o rio bebeu o sangue dessas duas figuras, desses heróis, que viraram mito. Era na acácia que nós subíamos e ouvíamos as histórias de Thor. E Thor contava-me história da região dele em cima da árvore. (Neste instante, Pepetela fica bastante emocionado, os olhos marejam). Eu não sabia nenhuma história. Até que fui pra escola e comecei a escrever. Ele ficou, quando vim estudar em Portugal. De repente, meu pai se mudou por problemas econômicos. Depois, não soube mais de Thor. Thor morreu. Foi uma perda enorme para mim. Eu tinha essa idéia de colocá-lo em uma história minha. É uma homenagem a alguém com força e coragem... (Pepetela fica mais emocionado ainda). Eu não sei até hoje por que ele tinha aquele nome, talvez influência de alguma missão alemã, dinamarquês... Eu não sei... Eu era miúdo demais para me preocupar com nomes, nunca lhe perguntei por que se chamava assim.

Pepetela, queria muito agradecer ao senhor por esta conversa!

De forma alguma, é a minha missão. É o meu dever como africano, angolano e escritor.